

temáticas

ano 6
número 11 / 12
1998

revista dos pós-graduandos em ciências sociais

ifch - unicamp

temáticas

ano 6
número 11 / 12
1998

revista dos pós-graduandos em ciências sociais
ifch - unicamp

TEMÁTICAS

Publicação semestral dos pós-graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ISSN 1413-2486

Conselho Editorial:

Alexandro Dantas Trindade, Daniel Romero, Igor José de Renó Machado, Jaime César Coelho, Lea Carvalho Rodrigues, Luciana S. Freitas, Regina Claudia Laisner e Roseli de Fátima Afonso.

Editor Responsável

Henrique José Domiciano Amorim

Chefia de Redação

Aldo Durán Gil, Claudio de Carvalho Silveira e Gilberto Coutinho Freire

Projeto gráfico/Editoração

Marilza A. Silva

Capa

Alexandro Dantas Trindade

Impressão

Gráfica do IFCH/UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

Paulo Miceli

Diretor Associado

Rubem Murilo Leão Rêgo

Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Leila da Costa Ferreira

Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

John Manuel Monteiro

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Heloísa André Pontes

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Rachel Meneguello

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia

Marcelo Siqueira Ridenti

SUMÁRIO

Ao Leitor	v
Oliveira Vianna: um ensaio de interpretação <i>Alexandro Dantas Trindade</i>	11
A sociedade civil falante e o projeto político da modernidade <i>Sergio B. F. Tavoraro</i>	55
O debate sobre a construção da democracia no Brasil: contribuições teóricas de Hannah Arendt <i>Regina Laisner</i>	91
O impacto do processo de globalização no Brasil: os números da privatização e o nível de cumprimento da cartilha neoliberal <i>Cristina Carvalho Pacheco</i>	109
O Banco do Brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação: reflexão sobre as lógicas cultural e empresarial <i>Lea Carvalho Rodrigues</i>	127
Trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença <i>Igor José de R. Machado</i>	167
Uma reflexão sobre a ação social em Weber e Geertz <i>Juliana Gonzaga Jayme</i>	195
Normas para apresentação de originais	223

SOLICITA-SE PERMUTA / EXCHANGE
DESIRED

AO LEITOR

A revista *Temáticas*, revista de pós-graduandos em Ciências Sociais, passa por um período de reorganização editorial e de redefinição de seus limites e objetivos no meio acadêmico. Seguindo ainda a perspectiva de outros conselhos editoriais, este novo conselho visa incentivar a publicação de textos excelentes, de pesquisadores nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Para tanto, buscamos reorganizar os padrões e regras de publicação, aprimorando a organização do periódico e a seleção dos textos.

Diferente dos anteriores, o corpo de redação da revista é formado por um redator responsável, uma chefia de redação composta por três conselheiros e mais oito outros conselheiros. A cada número proposto, e caso haja interesse, o redator responsável e a chefia de redação são substituídos por seleção dentro do próprio conselho, criando assim, uma lógica interna que estabelece responsabilidades e afazeres na revista de acordo com a disponibilidade de cada conselheiro.

A nova comissão editorial passa, vale saber, por um período de adaptação que, de antemão, já vos fica salientada e escusada. Dessa

forma, tentaremos a cada novo número criar um ambiente editorial que estabeleça uma discussão de qualidade acadêmica e de interesse coletivo. Esta intenção, deveras complexa, necessita de um grau de maturidade e descolamento editorial que ainda não adquirimos, entretanto, estamos prontos a enfrentar tais problemas e ambicionamos resolvê-los, contando com a participação de todos os pós-graduandos do IFCH.

Devido ao atraso dos números anteriores – e aqui já deixamos claro que este atraso não é de responsabilidade do conselho anterior, e deve-se ao acúmulo de trabalho e responsabilidades de dois ou três integrantes daquele conselho – os volumes nove e dez serão agrupados em apenas um, referentes ao ano de 1997, como também serão reunidos os volumes onze e doze, referentes ao ano de 1998. Assim, finalmente entraremos em dia com a periodicidade de *Temáticas*. A partir daí tentaremos estabelecer uma rigidez para a publicação dos números subseqüentes.

Sem mais ressalvas, para este número da revista foram selecionados sete textos que resumem bem a nova estratégia editorial que a revista tenta articular. O primeiro texto, de **Alexandro Trindade** discute a obra de Oliveira Vianna à luz da metodologia teórico-estratégico de Antonio Gramsci. Com isso, Trindade pôde aplicar os conceitos como o de “revolução passiva” ou “revolução-restauração” à uma análise historicamente datada e apta a tal problematização. Nesse sentido, Vianna é considerado como um homem de sua época, como um intelectual que constituiu seu pensamento num determinado momento histórico, no qual se caracterizara uma “revolução passiva”.

No artigo seguinte **Sergio Tavolaro** nos apresenta uma discussão de alguns pontos da obra de Jürgen Habermas. A perspectiva de uma nova razão criadora de sociabilidade é revelada. Segundo Tavolaro, pensar a ação social a partir de uma nova matriz filosófica, que não a marxista, torna-se essencial para a compreensão do “real” em um momento em que a sociedade vive transformações nunca antes ocorridas. Os movimentos sociais revelam-se centrais no momento em que se tornam o meio de uma possível representatividade social e política. Nesse sentido, o autor analisa o que Habermas denominou de “modelo procedimental de democracia”, estabelecendo, assim, a necessidade da discussão de um projeto político para a “modernidade”.

Em um sentido próximo ao do texto anterior, **Regina C. Laisner** discute prioritariamente a representatividade dos movimentos sociais em uma nova “arena” política que hoje se constitui. A autora analisa a importância desses movimentos sociais à luz do trabalho de Hannah Arendt, revelando uma preocupação com a formação de espaços públicos nos quais a participação política seja efetiva. Essa problematização teórico-política vem reforçar o debate que discute a crise da “sociedade do trabalho” e a constituição de novas formas de sociabilidade.

O avanço e a constituição da ideologia neoliberal é tema de discussão do artigo de **Cristina Carvalho Pacheco**. Partindo de uma suposição arrolada por Hobsbawm — a de que o neoliberalismo com sua ideologia própria implementará transformações sócio-econômicas que nos conduzirão a uma barbárie sem precedentes — a autora reali-

za um trabalho de análise sobre a constituição da ideologia neoliberal no mundo e, especificamente, de como a “cartilha” neoliberal vem sendo constituída no Brasil.

Em seguida, **Lea Rodrigues** faz uma reflexão sobre a relação entre o Banco do Brasil e os signos de nacionalidade. Analisa a característica principal dessa empresa, no seu modo de ver: o fato de ser atravessada por componentes culturais que historicamente construíram e sedimentaram vínculos simbólicos entre si e a nação. Para a autora, esses elementos simbólicos, fundamentais para o entendimento da empresa, seriam também parte de um repertório comum à sociedade brasileira. O artigo desenvolve essa argumentação ao analisar o confronto e/ou articulação entre esse universo simbólico e a lógica empresarial mais recente do Banco do Brasil.

Igor Machado em seu texto analisa as implicações de um projeto familiar elaborado pelos Rennó (uma família rural sul-mineira) focando em três questões interrelacionadas: divisão de trabalho, herança e gênero. O autor relaciona processos informais de antecipação de herança com o deslocamento sistemático de parte da família à cidade. Através de um recorte histórico essa análise procura demonstrar os efeitos de um processo de contínua inserção no sistema nacional e vida urbana na reconstrução do universo simbólico familiar.

Por fim, o artigo de **Juliana Gonzaga Jayme** tenta criar uma base de comparação entre Max Weber e Clifford Gertz quando pensa a ação social. Calcula nos pressupostos da sociologia compreensiva,

Jayme articula uma possível, porém preliminar, análise da obra de Gertz ao considerá-la como uma “antropologia interpretativa”.

A revista *Temáticas* espera estar alcançando um nível de problematização teórico-social que represente um valor coerente e comparável à produção acadêmica de toda UNICAMP. Reforçar nas ciências sociais o debate político nunca foi tão necessário e aqui está nossa contribuição. Desde já agradecemos o empenho e o respeito de todos os colaboradores e leitores dessa revista.

A Comissão Editorial

OLIVEIRA VIANNA: UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO

Alexandro Dantas Trindade

RESUMO: Este texto pretende abordar alguns aspectos da obra de Vianna sob a luz de determinadas problematizações de Gramsci, tais como a noção de “história ético-política”, a noção de “revolução-restauração” ou “revolução passiva”, o conceito de “estadolatria”, as definições em torno do intelectual como “chefe de partido”, dentre outras colocações.

UNITERMOS: Oliveira Vianna; Antonio Gramsci; Pensamento Social Brasileiro; Reforma do Estado; Sindicalismo corporativista; autoritarismo; pensamento político conservador; revolução passiva.

INTRODUÇÃO

Oliveira Vianna (1883-1951) é reconhecido como um dos intelectuais brasileiros de maior influência. Independentemente das qualidades intrínsecas de sua obra, cuja leitura ocupará as páginas a seguir, Vianna foi também funcionário do primeiro Governo Vargas, e muitas de suas teses puderam ser executadas mediante esta posição privilegiada: consultor jurídico do Ministério do Trabalho a partir de 1932, participou da Comissão Encarregada do Anteprojeto de Constituição e da Câmara Federal de Reajustamento Econômico, em

1933, da Comissão Revisora das Leis da União, em 39, e por fim foi ministro do Tribunal de Contas da União, em 1942.

O pensamento de Oliveira Vianna revela, acreditamos, tanto originalidade intelectual como persistências de antigas questões. Sua obra, por um lado, revela orientações comuns a vários intelectuais do período, tais como a preocupação com a constituição da nossa organização social e política e com a formação do povo. A sua originalidade vai por conta de, ante a tal desafio, ter elaborado uma análise da realidade que transcendera os limites do discurso de seu tempo, predominantemente de caráter jurídico, debruçando-se antes num amplo leque de disciplinas que iam da Antropologia à História, da Sociologia ao Direito e à Etnologia. Neste sentido, se pudéssemos definir a problemática anterior na pergunta: *Somos ou não uma nação?* Oliveira Vianna poderia respondê-la em outro patamar, situando-a sob dois registros diferentes: *o que constitui uma nação?* e, concomitantemente a ela, *quais as tarefas necessárias para a sua constituição?* de tal forma que a originalidade do autor estaria em equacioná-las e elaborar uma visão normativa e de conjunto do Brasil.

Tanto do ponto de vista analítico, como em relação ao conteúdo manifesto de sua visão normativa, acreditamos ser possível caracterizar o conjunto da obra de Vianna como expressão de uma perspectiva que se realiza nos quadros de uma revolução-passiva. Este é o ponto-chave de nosso ensaio de interpretação. Problematizar a originalidade e o comprometimento com questões pretéritas em Vianna coloca, desde já, uma discussão fundamental: trata-se de problematizar a própria criação intelectual, considerar o papel dos intelectuais. Ao adotarmos a perspectiva gramsciana, a análise da obra de Vianna deixa de estar ligada puramente à sua personalidade e se desenvolve tendo como horizonte teórico a própria história de sua época.

Para Gramsci, o “homem” deveria ser concebido como um “bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de ele-

mentos de massa e objetivos ou materiais com os quais o indivíduo se acha em relação ativa” (GRAMSCI, 1986, p. 215 [X-II<48>II])¹. A personalidade individual do intelectual em geral é dada também pela relação entre ele e o “ambiente cultural” que ele quer modificar, “ambiente que reaje sobre o filósofo,(...)obrigando-o a uma contínua autocrítica” (GRAMSCI, 1986, p. 210, [X-II<44>]). Para Gramsci a definição de intelectual não é dada por suas atividades intrínsecas, mas pelo conjunto de relações sociais. O pressuposto disto é a afirmação de que todos os homens são filósofos, em níveis diversos, uma vez que mesmo nas atividades práticas “está contida implicitamente uma concepção do mundo, uma filosofia”(GRAMSCI, 1986, p. 150 [X-II<17>]). A preocupação com a mudança social é um elemento que articula a definição do intelectual com o ambiente cultural mais amplo:

“transformar el mundo externo, las relaciones generales, significa potenciarse a sí mismo, desarrollarse a sí mismo. Que el ‘mejoramiento’ ético sea puramente individual es ilusión y error: la síntesis de los elementos constitutivos de la individualidad es ‘individual’, pero ella no se realiza y desarrolla sin una actividad frente a lo externo, modificadora de las relaciones externas, desde aquellas con la naturaleza hasta aquellas con los otros hombres en varios grados, en los distintos círculos sociales en que se vive, hasta la relación máxima, que abraza a todo el género humano. Por eso puede decirse que el hombre es esencialmente ‘político’, porque la actividad para transfor-

¹ As notações entre colchetes dos textos de Gramsci referem-se à tradução para o espanhol (Ediciones Era, do México) da edição crítica dos *Quaderni del Carcere*, publicado pela Einaudi Editore de Torino. As edições em português da Editora Civilização Brasileira não acompanham a edição crítica, mas é possível ao leitor localizar as passagens consultando a *Bibliografia de Gramsci*, organizada por Antônio Carlos de Oliveira e Edmundo Fernandes Dias, nos *Textos Didáticos*, IFCH, n. 2, maio de 1995.

mar y dirigir conscientemente a los otros hombres realiza su 'humanidad', su 'naturaleza humana'."(GRAMSCI, 1986, p. 215 [X-II<48>]).

Daí a importância da categoria “concepção de mundo” como elemento do processo histórico concreto. Longe de ser uma postura idealista, o papel das ideologias contempla uma gama variada de articulações que se dão no terreno da materialidade e da subjetividade, da construção da hegemonia como visão de mundo, que articula economia e política. Como afirma Edmundo F. Dias, trata-se de “afirmar essa unidade indissolúvel de economia e política que se expressa, se faz, refaz e desfaz, se reforça ou se enfraquece, pela expressão ativa das classes em confronto. Economia, Direito, Ideologia, Política... Estrutura de Classes em movimento.” (DIAS, 1996, p. 37).

Isto abre um leque bastante amplo de problemas que têm a ver substancialmente com o fato de que, para Gramsci, as ideologias são o contrário de arbitrárias ou puramente construções “geniais” de seus autores. Significa abandonar o terreno da distinção teórica entre estrutura e superestrutura e a concepção de ideologia como “falsa consciência”. Trata-se de reconhecer o papel propositivo das ideologias, entendendo-as como potencialidades que são, no sentido de construção de novas realidades, novas materialidades. Para Gramsci,

“... las ideologías son todo lo contrario de arbitrarias: son hechos históricos reales, que hay que combatir y revelar en su naturaleza de instrumentos de dominio no por razones de moral, etc, sino precisamente por razones de lucha política: para hacer intelectualmente independientes a los gobernados de los gobernantes, para destruir una hegemonía y crear otra, como momento necesario del trastocamiento de la praxis.(...) Para la filosofía de la praxis las superestructuras son una realidad (o se vuelven una realidad, cuando no son puras elucu-

braciones individuales) objetiva y operante; ella afirma explícitamente que los hombres toman conciencia de su posición social y por ende de sus obligaciones en el terreno de las ideologías, lo que no es pequeña afirmación de realidad(...)" (GRAMSCI, 1986, p. 201 [X-II-<41>]).

Para nós, trata-se de entender a obra de Vianna dentro deste quadro mais amplo de construção e difusão (bem como de tentativas) de uma *concepção de mundo*. Vianna, neste sentido, faz um diagnóstico da realidade brasileira e apresenta soluções com base nele. É na análise deste diagnóstico que podemos perceber que Vianna não esteve sozinho, mas inserido num debate nacional e internacional, no contexto dos anos 20 e 30: a “questão racial”, o “amorfismo” do povo brasileiro, a crítica às instituições liberais, a centralização política, a defesa da técnica em detrimento das questões políticas, a crítica aos “transplantes” e às “ideologias exóticas”, a eugenia. Gramsci entende que a história da filosofia tal como entendida pelo senso comum seja a “história das filosofias dos filósofos” considerados individualmente. Embora aceite que sejam iniciativas que visam a mudança das concepções de mundo existentes em determinada época, o esforço teórico deve ser enriquecido com a análise das concepções de mundo das grandes massas, dos grupos dirigentes mais restritos e com os vínculos entre estes complexos culturais e as filosofias individuais (GRAMSCI, 1986, p. 151 [X-II<17>]). Trata-se de conceber as idéias como parte inseparável da história, formando uma totalidade, um “bloco”:

“la filosofía de una época histórica no es, pues, más que la ‘historia’ de esa misma época, no es más que la masa de variaciones que el grupo dirigente ha logrado determinar en la realidad precedente: historia y filosofía son inescindibles en este sentido, forman un ‘bloque.’” (Idem, ibidem).

Assim, considerar sob este aspecto a obra de Vianna significa pensar na sua importância para a difusão de uma determinada concepção ou visão de mundo. Entretanto, é-nos impossível uma análise que considerasse e debatesse todas as correntes do seu tempo. Procuraremos, assim, desenvolver uma leitura da obra de Vianna, fazendo analogias com as reflexões de Gramsci sobre alguns pontos.

Como não poderia deixar de ser, Vianna tem sido objeto de várias interpretações. Consideramos, contudo, o fato de haver pelo menos duas grandes orientações analíticas, bastante distintas, que procuram interpretar seu pensamento. Ambas são bastante profícuas do ponto de vista da exegese dos textos do autor: a primeira veria nele a defesa das elites aristocráticas pretéritas e atuais, dos valores pré-capitalistas da formação social brasileira, do arianismo e da teoria do branqueamento, ou seja, uma perspectiva centrada sobre o elitismo e conservadorismo do autor; a outra apostaria nos elementos modernizadores e autoritários do autor fluminense, leitura esta que privilegiaria os aspectos ligados à sua atividade teórica e prática no Estado, enquanto funcionário estatal e enquanto ideólogo (PRADES, 1991).

A primeira orientação surge logo após a primeira publicação do autor, *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, e constitui-se como crítica ao reacionarismo e a apologia da aristocracia rural². Contemporaneamente, esta leitura ressurgiu também como denúncia às concepções racistas do autor (Paiva, 1976), concebendo-o como um autor conservador e defensor arraigado da ordem e das elites. Entretanto, para nós esta interpretação deixa lacunas quanto ao empenho de Vianna em uma modernização institucional, além da crítica que ele mesmo faz às elites de seu tempo. A própria questão racial está imbricada profundamente com

² Caberia a Astrogildo Pereira as primeiras críticas dirigidas a Vianna, segundo Nelson Werneck Sodré.

sua visão de “modernização”. A visão de mundo de que está informado, acreditamos, anima-o a debruçar-se sobre a realidade a partir de uma perspectiva demiúrgica, salvadora, relegando à *ciência* e ao Estado um papel crucial.

Já a outra tendência, mais difundida e consolidada que a primeira, procuraria identificar em Vianna os elementos de um “pensamento autoritário”. Esta segunda vertente é inaugurada na década de 1940, com Fernando de Azevedo, Djacir Menezes, L. A Costa Pinto, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, dentre outros e é aprofundada na década de 1970, sobretudo por Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier. Segundo M. Dolores Prades, essa vertente seria a responsável pela institucionalização do “caráter ‘autoritário’ de um setor das elites políticas nacionais”, e ter-se-ia convertido no “paradigma fundamental” tanto das análises de Oliveira Vianna como das idéias políticas no Brasil (PRADES, 1991, p.3). Nesta perspectiva podemos claramente perceber que seus autores fazem uma dissociação fundamental entre Estado e Sociedade Civil.

Acreditamos que ambas as tendências constituam, na verdade, expressões de momentos distintos no conjunto da obra de Oliveira Vianna, e a individualização de determinadas questões pode obscurecer a visão de conjunto que o autor elabora: sua reflexão sobre o Estado é indissociável de uma leitura da história, não apenas política mas sobretudo social e antropológica. Notadamente, o autor faz uma história do Brasil nos marcos de uma história ético-política, isto é, uma história como “história da racionalidade”: tal é o caso da valorização da aristocracia fundiária e das elites e do II Reinado: uma história que relega a segundo plano os momentos de luta e de conflito, bem como o papel do “povo” na história, isto é, para ele, toda a população não-branca. À reflexão racial do povo brasileiro está associada uma reflexão sobre a constituição jurídico-política que lhe deva fazer juz. O fio condutor passa pela constatação,

segundo Élide Rugai Bastos, da "tragédia resultante da dissociação entre o arcabouço jurídico formulado para a nação pelas elites e o modo de ser e de pensar do povo" (BASTOS, 1993, p. 406), e os dois momentos analíticos orientam-se no sentido de superar esta tragédia.

A reflexão de Vianna pode ser periodicizada ao longo de sua trajetória intelectual: até fins de 1920 se dedica a estabelecer um diagnóstico da sociedade e de sua evolução (*Populações Meridionais* (1920), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923), *Raça e Assimilação* (1932), dentre outras); um segundo momento reflete-se nas obras que publica em consonância com o exercício de suas funções junto ao Ministério do Trabalho, nas quais a análise sobre a formação do povo se articula com um discurso jurídico (*Problemas de Política Objectiva* (1930), *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *Problemas de Direito Sindical* (1943); por fim, um terceiro momento, pós-30, constitui-se na retomada e redirecionamento de reflexões anteriores, como a questão racial, agora articuladas a um exame da história social da economia e das instituições políticas e complexos culturais (*Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (póstuma, 1991)(BASTOS, 1993, p. 406).

Embora estes momentos constituam diferenças notáveis, tanto de ordem teórica como metodológica, é possível analisarmos a obra de Vianna sob a perspectiva de um bloco unitário e coerente de temas e proposições. Já nas suas primeiras obras é possível perceber um núcleo de idéias que se manteria inalterado até as últimas obras (MEDEIROS, 1974, p. 33). Qual seja: a preocupação em elaborar uma análise que servisse também como condição para a formação de um "novo" Estado brasileiro, capaz de contrarrestar os elementos negativos de sua formação social. Sua concepção de Estado é, com certeza, uma questão central: não é a mera reproposição da tese da centralização e fortalecimento do Executivo, vai mais além. Por certo, o elemento "autoritário" está contido nela, mas não se reduz a isto. Vianna, todavia, não concebe a integralidade da formação histórica, onde "sociedade civil" e "sociedade

política” constituem dois momentos indissociáveis. Ao contrário, para Vianna acreditamos que a acertiva de Gramsci sobre a “estadolatria” seja válida, isto é, ele entende por Estado o “governo dos funcionários”, ou “sociedade política”, com o intuito de “construir no invólucro” dela uma “complexa e bem articulada sociedade civil” (GRAMSCI, 1979, p. 217). Por outro lado, também não se trata de uma concepção restrita aos seus aparatos coercitivos. A dificuldade (e originalidade, por certo) de Vianna está em que, para além destes aparatos, o autor desenvolve um discurso, senão orgânico, ao menos polifônico acerca do Estado (por exemplo, os sindicatos não devem ser integrados ao Estado, embora constituam elemento fundamental na inculcação de uma mentalidade solidarista e, portanto, estão a serviço do Estado-Nação). De qualquer forma, trata-se sempre de uma via de mão única: a ele é concebida a primazia da racionalidade, e mesmo quando há descentralização técnica e administrativa, é sempre em *decorrência* e em *direção do e ao* Estado.

Antes de analisarmos as consequências desta reflexão, cabe caracterizar o papel de Vianna enquanto intelectual, pois a originalidade e a recorrência de seu pensamento o colocam numa posição singular no panteão da intelectualidade brasileira. Já mencionamos a importância de sua análise historiográfica. Por certo, se, como afirma Gramsci a respeito do *Risorgimento* italiano, escrever história é fazer a história do presente, Vianna faz um “grande livro de história”, isto é, elabora uma história “que en el presente ayuda a las fuerzas en desarrollo a convertirse en más conscientes de sí mismas y por eso más concretamente activas y factibles.” (GRAMSCI, 1974, p. 86).

Seu projeto político, de fato, rasgou fronteiras. Como afirma José Murilo de Carvalho, os elogios vinham de “vários quadrantes ideológicos” (CARVALHO, 1991, p. 13-4). Podemos ainda interpretar Oliveira Vianna como “líder intelectual” de diversas representações e concepções políticas: o Sindicalismo corporativista; o pensamento tecnocrático; determinadas “engenharias institucionais”; o “autoritarismo”; o reformis-

mo a partir de instrumentos jurídicos. Enfim, uma série de elementos de sua obra ressurgem em vários momentos da história recente do País, defendidos por diferentes grupos sociais e intelectuais. Seu pensamento ressoa, mais ou menos seletivamente, nas Forças Armadas, junto à Escola Superior de Guerra, nas décadas de 60 e 70; na escola sociológica de Guerreiro Ramos; no pensamento nacionalista e desenvolvimentista dos anos 50.

Considerando que, embora Vianna nunca tenha sido membro de qualquer partido político, e, acima disto, tenha condenado ferrenhamente a própria idéia de *partidos políticos* em nome da cooperação, da solidariedade e da harmonia de interesses (amparados pelo Estado tutelar), ele não deixa de ser um “homem de partido”, em termos gramscianos: pertence a um partido entendido como “ideologia geral”, superior aos diversos agrupamentos imediatos (GRAMSCI, 1986, p. 227 [X-II<59>]). Esta distinção só pode ser feita na medida em que se concebe a luta política para além da luta político-partidária, e a análise do partido para além de sua estrutura interna. Torna possível circunscrever, portanto, o esforço intelectual, no caso, de Vianna, num quadro dinâmico em que a construção de uma visão de mundo está colocada de maneira fundamental. Como veremos, por mais “objetividade” e “cientificidade” que Vianna queira dar à sua análise, ele não deixa de ser homem de partido. Nem o seu projeto político é algo arbitrário e desnecessário, nem a análise “objetiva” e “realista” é mera caracterização fria e imparcial, ou constatação apenas das “coisas”, quando se concebe a luta cultural. Para Gramsci, o intelectual de partido move-se no equilíbrio dinâmico da criação individual e do confronto entre as concepções de mundo de seu tempo, entre o elemento de utopia e criação da vontade e os elementos da realidade que lhe são externos (GRAMSCI, 1991, p.43). A amplitude desta visão de partido político, portanto, conecta-se intimamente ao terreno movediço das lutas e dos antagonismos, no fazer-se e desfazer-se das concepções de mundo e da criação da vontade. Inscreve-se no terre-

no da historicidade. Analogamente à questão da filosofia como expressão que transcende a criação individual, a história de um partido, entendendo-o, para os nossos propósitos, enquanto projeto político, é a própria história do país através de um pequeno recorte:

“a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.” (GRAMSCI, 1991, p. 24).

Embora saibamos que Gramsci evoca estes argumentos na tentativa de compreender determinados fenômenos historicamente concretos do drama italiano, não nos parece fora de questão a possibilidade de generaliza-los. Para Franco de Felice, por exemplo, o conceito de “revolução passiva” ou “revolução restauração” não se referem apenas ao processo histórico do *Risorgimento*, mas, uma vez que a revolução passiva tenha como premissa a ausência de iniciativa popular, tal constatação pode ser inserida num quadro mais amplo, no qual possam ser percebidas as condições econômico-sociais sob as quais se dão as próprias formas do processo revolucionário. Não se trata evidentemente de interpretar tais condições de forma estática e determinista, ou mesmo economicista, mas, ao contrário, pressupor as mudanças que, no caso, caracterizam-se pelo fato de serem acompanhadas por processos contrarrestadores de manutenção e restauração.

Uma vez colocados os termos acima, o conceito de revolução passiva teria como dupla dimensão revelar aspectos tanto formais como

historicamente precisos e significativos. Assim é que seria possível entender o fascismo, por exemplo, como *forma* da revolução passiva no século XX, como o liberalismo o tinha sido no século passado, através da Restauração. A análise do *Risorgimento* teria já este empenho de diagnosticar as particularidades do choque de classes na Itália num determinado período histórico, e ao mesmo tempo permitir a compreensão do presente, isto é, no caso da revolução passiva, “as razões de um êxito não transitório do choque de classes, diferente daquele que pode ser registrado em outros países” (DE FELICE, 1977, p. 195). As notas históricas de Gramsci, portanto, trabalhariam com as duas dimensões: tornariam possível a compreensão do presente, ao mesmo tempo em que esclareceriam as particularidades nacionais. Daí a possibilidade de compreender o fascismo como “forma” e “representante” da revolução passiva: o fascismo seria uma especificidade italiana, ao mesmo tempo em que não poderia ser separada de um processo internacional. Em suma, ele seria a “solução” italiana para a crise internacional do pós-guerra (DE FELICE, 1977, p. 215). Se o fascismo foi esta “solução” italiana para a crise internacional dos anos 20 e 30, cabe perguntar qual teria sido a “solução” brasileira para a mesma crise. Significa, portanto, um exercício de articulação entre questões teóricas e conceituais e questões históricas concretas. É o que veremos quando nos referirmos ao “governo dos técnicos” na obra de Vianna.

A FORMAÇÃO DO POVO: UM DIAGNÓSTICO DO BRASIL

Condição indispensável para o diagnóstico da realidade, as reflexões antropológicas de Vianna permitem a identificação de certos pressupostos analíticos com os quais o autor constrói sua visão do processo histórico. Inspirando-se em autores que rejeitam as teses darwinista, spenceriana e haeckeliana da evolução unilinear da espécie humana, e

aceitando a idéia de Gabriel Tarde da *pluralidade de linhas evolutivas*, Vianna recorre – recorrência tardia, por certo – à tese *poligenista* de Louis Agassiz, para quem não haveria *uma* humanidade, mas povos distintos, de origens distintas. A aproximação com Tarde teria como fundamento descartar a vertente universalista presente em Darwin e Spencer: nem a família, nem a língua, nem as fases de evolução seriam idênticas para todos os povos, da mesma forma que suas origens. Por outro lado, Vianna afasta-se de uma concepção genética unidimensional como explicação para a formação dos povos. Ao contrário, adota uma perspectiva *multicausal*, isto é, a de um “formidável complexo de fatores de toda ordem, vindos da terra, vindos do homem, vindos da sociedade, vindos da história: fatores étnicos, fatores econômicos, fatores climáticos, que a ciência cada vez mais apura e discrimina, isola e classifica.” (VIANNA, 1933, p.21).

A *Pluralidade* de linhas evolutivas no tocante às raças, combinada com o *multicausalismo* de sua gênese, permitem apreender o *particularismo* de cada povo, do ponto de vista genético e evolutivo. Deste particularismo Vianna infere a impossibilidade de uma perfeita integração inter-étnica: “cada agregado humano é hoje, para a crítica contemporânea, um caso particular, impossível de assimilação integral com qualquer outro agregado humano”, e a atuação de todo um complexo causal acaba por promover “entre eles diferenças irreduzíveis, mesmo entre os que vivem mergulhados na mesma atmosfera de civilização” (idem, ibidem p. 19 e 24, respectivamente). Das diferenças de estrutura surgem diferenças “sutis de mentalidade” que se apresentam enquanto “complexos” nascidos da acumulação de mil “causas obscuras” (desde a história, passando pelos elementos étnicos e tradição de comportamentos, etc). (idem, ibidem, p. 36).

Decorrência fundamental desta afirmação é a crítica à “transplantação” das idéias e das instituições. A defesa que faz do “realismo” e da objetividade frente as soluções “idealistas” e “liberais” é desta ordem. Da ação poderosa de uma complexidade de agentes resulta a singularidade

de um povo, e, portanto, a inintercambialidade de seus valores e modos de vida. Consequentemente, de suas instituições políticas:

“O grande movimento democrático da Revolução Francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltomiza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial, e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, made in Europe – sorte do cosmorama extravagante, sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar, passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias.” (VIANNA, 1987, p.19).

Desde já podemos perceber as sinalizações em torno de uma história biográfica do País, ressaltando suas singularidades. Fazendo uma alusão às reflexões de Gramsci, podemos encontrar aqui uma conclusão análoga a determinadas interpretações sobre o *Risorgimento* italiano. Questão de suma importância dentro da análise historiográfica, a construção de uma identidade nacional extrapola inclusive o ambiente intelectual de uma época inteira, como pode ser exemplificado pela instrumentalização da obra de Alfredo Oriani (1852-1909), *Lotta Politica in Italia*, repleta de retórica nacionalista, pelo movimento fascista no século XX (GRAMSCI, 1974, p. 82).

Senão, por que, afinal, a análise da formação do povo o preocupa tanto? Acreditamos que uma possível resposta esteja no fato de que, ao menos até recentemente a Oliveira Vianna, o debate sobre a formação do povo tenha sido elemento fundamental para a construção da nação. Ele já vinha sendo colocado desde a Independência, na construção pau-

latina do mito das três raças³. Entretanto, seria apenas com o fim da escravidão e com a instituição da igualdade jurídica que este debate ganharia o estatuto teórico e político de que se revestiria até então, perdurando ao longo do Século XX. Os dilemas decorrentes da coexistência inter-étnica e a necessidade de se estabelecer novas relações contratuais, agora pautadas pelo trabalho livre, com ex-escravos, resultaram em esforços de intelectuais no sentido de se questionar a viabilidade do País enquanto nação. Identificava-se na composição étnica e cultural do povo, majoritariamente não-branco, as razões do “atraso” brasileiro. Daí a singularidade deste “aggiornamento”.

Poderíamos fazer aqui um paralelo com a situação descrita por Gramsci a respeito das interpretações do *Risorgimento*, quando afirma que a literatura nacionalista mais xenófoba, cujo caráter político é ideológico no sentido mais imediato, florescêra em épocas de “crise político-social”, isto é,

“(…) cuando la separación entre gobernantes y gobernados se torna más profunda y parece anunciar sucesos catastróficos para la vida nacional; el pánico se difunde entre ciertos grupos intelectuales más sensibles que el resto y se multiplican los conatos para determinar una reorganización de las fuerzas políticas existentes, para suscitar nuevas corrientes ideológicas en los desgastados y poco consistentes organismos partidarios y para exhalar suspiros y gemidos de desesperación y de negro pesimismo.” (GRAMSCI, 1974, p. 81).

³ Em 1843, o naturalista alemão Carl F. P. von Martius fixara a “pedra fundamental da fábula das três raças” (Monteiro, J.M. “As ‘raças’ indígenas no Pensamento Brasileiro do Império”. Mimeo) junto ao recém constituído Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um dos centros formuladores e difusores de nossa história oficial. Pensando com Eric Hobsbawn, poderíamos dizer que este emblema constituir-se-ia numa das tradições inventadas de maior alcance teórico e político brasileiro.

Esta literatura, ademais, assinalaria o desnível entre camadas pequeno-burguesas de intelectuais e as classes econômicas atrasadas ou politicamente incapazes: o mito da unidade nacional transfigura-se assim em “fatalidade histórica”, como forma de “curar as debilidades de estrutura e impedir o temido descalabro” (Idem, *ibidem*, p.83).

Ora, o clima de *debâcle* que se seguiu à abolição da escravatura no Brasil merece ser considerado nesta perspectiva. Diversos intelectuais e correntes de pensamento, entre fins do século XIX e início do XX, se polarizaram e se imiscuiram tendo como tema fundamental a questão da formação da nação⁴ e, em seu bojo, a questão “racial”. A “escola de Recife” de Sílvio Romero, Tobias Barreto e outros intelectuais, por exemplo, afirmava a necessidade inadiável de um estudo científico da população brasileira, particularmente da parte não-branca desta população; Alberto Torres em *A Organização Nacional*, que vai exercer uma profunda influência sobre o pensamento de Vianna, chama a atenção para o imperativo de um Estado centralizador, combatendo o chamado “bovarismo” das elites, clamando por uma solução “nacional” para os nossos problemas; o “racismo científico”, que tem em Nina Rodrigues um de seus maiores expoentes, propunha o diagnóstico dos elementos ‘patogênicos’ que compunham a sociedade brasileira, e unia Medicina e Direito⁵, ciência e política, tanto na análise como na profilaxia social. Conclamava a

⁴ Evidentemente, trata-se de um nacionalismo tardio, não mais o identitário anterior à contituição do Estado-Nação, mas aquele posterior à sua constituição, de que fala Raoul Girardet, no qual o “clima de civilização” parece se constituir na chave interpretativa de um amplo processo de “invenção” de tradições. GIRARDET, Raoul. (BASTOS, 1986, p. 104).

⁵ Nina Rodrigues é o fundador da primeira escola de Medicina Legal no País, e uma das suas maiores “contribuições” ao Estado é a instituição da obrigatoriedade da identidade civil. Formou também diversas gerações de intelectuais, dos quais se destacam Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos.

necessidade imperiosa de uma solução supremacista branca, que negasse substancialmente a agenda político-jurídica liberal, ao negar aos não-brancos o estatuto burguês de cidadania, em virtude da constatação “científica” da incivilidade dos povos não-brancos (RODRIGUES, 1988, p. 4).

Oliveira Vianna estabelece novos patamares para este debate, embora corrobore o racismo (e o racismo), as críticas ao universalismo e à igualdade da agenda liberal, o papel da “ciência” enquanto legitimadora da ação do Estado, bem como o ponto de inflexão no tocante à derrocada do regime escravocrata.

A diferença, contudo, quanto ao “racismo científico” e outras correntes se estabelece por conta de sua adesão à tese da Eugenia. Elemento essencial de sua análise, a adesão à eugenia rompe com o pessimismo da época, que via o País fadado ao eterno atraso atávico. Podemos ler em toda a obra de Vianna uma orientação eugênica, e não apenas no nível mais imediato dado pela perspectiva do “branqueamento”, ou “arianização”: ela está presente tanto no caldeamento étnico propiciado pela imigração oficial de trabalhadores europeus como no cimentamento de novas relações sociais, e mesmo o sindicalismo corporativo orienta-se neste sentido. Em suma, há uma constante de “aperfeiçoamento”, seja racial, social ou político, e sua obra está mergulhada numa perspectiva “civilizatória” em amplo sentido. Esta perspectiva civilizatória ainda atribui ao Estado o papel plasmador e configurador da sociedade, concede-lhe uma prática pedagógica.

HISTÓRIA ÉTICO-POLÍTICA E REVOLUÇÃO-RESTAURAÇÃO

Gramsci caracteriza a historiografia conservadora como uma “história ético-política”, como um programa político que, a partir da seleção de momentos pretéritos, seja um esforço para o presente e para o futuro. Assim, a historiografia que versa sobre a Revolução Francesa,

compreendendo-a como o período da Restauração, teria esta característica: refutar os momentos de antagonismos e de luta, e apenas ressaltar os momentos de suposta hegemonia de determinados grupos sociais. A própria periodização pode evidenciar isto, e é precisamente o caso de Croce: a história da Revolução Francesa, na verdade, começa para ele com a restauração monárquica. A característica mais marcante desta historiografia é a de “(...) un temor pánico a los movimientos jacobinos, a toda intervención activa de las grandes masas populares como factor de progreso histórico” (GRAMSCI, 1986, p. 123 [X-I<6>]). De tal forma que a “história” se configura apenas como “história da racionalidade”:

“(...)irracional era el jacobinismo, antihistoria era igual a jacobinismo. Pero ¿quién podrá nunca probar históricamente que los jacobinos fuesen guiados sólo por la arbitrariedad? ¿y no es una proposición histórica banal el que ni napoleón ni la Restauración destruyeron los ‘hechos consumados’ por los jacobinos? (...) No parece plausible sostener esto porque la historia no se reconstruye con cálculos matemáticos, y por otra parte ninguna fuerza innovadora se realiza inmediatamente, sino que es precisamente siempre racionalidad e irracionalidad, arbitrariedad y necesidad, es ‘vida’, esto es, con todas las debilidades y las fuerzas de la vida, con sus contradicciones y sus antítesis.” (GRAMSCI, 1986, p. 206 [X-II<49>]).

O aspecto ideológico da história ético-política está precisamente em que, ao aludir aos aspectos a serem considerados como sendo “a” história por excelência, e ao excluir os momentos de antagonismos, de conflito e de rupturas, afirma *a priori* o que deve ser conservado na *démarche* política presente e futura. Mais do que uma ideologia pelos seus conteúdos, é através da *forma* de sua construção que se evidencia a sua potência discursiva: desqualifica os oponentes, a “antítese” do processo

histórico, e constrói uma hipótese mecânica e arbitrária do momento da hegemonia, apreendendo a história como um processo evolutivo de revoluções e restaurações, onde apenas o segundo termo é válido (GRAMSCI, 1986, p. 129 [X-I<9>]).

Uma conexão importante da história ético-política é com o que Gramsci entende ser a “revolução-restauração”, ou “revolução passiva”. Referindo-se a Croce como caso exemplar, esta tendenciosidade historiográfica, componente importante que é da luta cultural, teria como meta final

“crear un movimiento ideológico correspondiente al de la época tratada por Croce, de restauración-revolución, en el que las exigencias que hallaran en Francia una expresión jacobino-napoleónica fueron satisfechas en pequeñas dosis, legalmente, reformisticamente, y se consiguió así salvar la posición política y económica de las viejas clases feudales, evitar la reforma agraria y especialmente evitar que las masas populares atravesaran un período de experiencias políticas como las que vivieron en Francia en los años del jacobinismo, en 1831, en 1848.” (GRAMSCI, 1986, p.128 [X-I<9>]).

Revolução-restauração, ou revolução passiva, são fórmulas que expressam o fato histórico da ausência de iniciativa popular unitária, além de prescrever o desenvolvimento verificado como reação reformista das classes dominantes aos débeis movimentos contestadores das classes subalternas (o “subversivismo esporádico, elementar, inorgânico das massas populares” (GRAMSCI, 1986, p. 205 [X-I<9>])). O fenômeno do moderacionismo político é interpretado, portanto, como um exemplo de “revolução passiva”, posto que se reconhece como único método de ação política “aquele en el que el progreso, el desarrollo histórico, resulta de la dialectica de conservación e innovación. En lenguaje moderno este concepto se llama reformismo” (Idem, *ibidem*).

Acreditamos ser bastante plausível considerar esta hipótese tendo como exemplo a obra de Vianna. Os elementos que permitem esta interpretação são, como veremos: a perspectiva de sua história sem rupturas e soldada pelo sentimento de passividade do povo brasileiro, e, portanto, a desqualificação do mesmo; a inteligência do processo histórico admitida apenas para o grande latifúndio, a classe política Imperial e, normativamente, os técnicos e administradores do Estado Novo; o sentido de sua profilaxia, toda baseada em reformas jurídicas as quais, todavia, não devem dissociar-se substancialmente do “direito costumeiro”, isto é, da tradição; a perspectiva de mudança de “mentalidade” das oligarquias, e não a sua derrocada; o moderacionismo político quanto a aplicação das técnicas autoritárias; o sentido da legislação trabalhista, tendo como núcleos fundamentais o sindicato e a Justiça do Trabalho como formas de harmonia e cooperação.

Em Vianna, a história brasileira configura-se num contínuum de evolução sem rupturas, a não ser pela grande crise instaurada com a derrocada do regime escravista. Toda a análise do processo de colonização está orientada na perspectiva da inteligência do *elemento branco português*, na sua “superioridade” demonstrada pelo sucesso em formar uma civilização nos trópicos. Embora todas as “raças” fossem dotadas de alguma dose de eugenia, seriam desiguais na sua capacidade de gerar “tipos eugênicos”. De tal sorte que há uma simbiose bastante nítida entre elementos “eugênicos” e “elites”, e a “superioridade” e “inferioridade” raciais determinam ordens sociais e políticas distintas:

“O valor de um grupo étnico é aferido pela sua maior ou menor fecundidade em gerar tipos superiores, capazes de ultrapassar pelo talento, pelo caráter ou pela energia da vontade, o estalão médio dos homens de sua raça ou do seu tempo. Esses homens são os únicos elementos que 'marcam' numa qualquer sociedade, são eles que dirigem as massas, eles que, modelando a consciência dos indivíduos sem personalidade,

que são a maioria, modelam a alma e a fisionomia dos grupos a que pertencem.” (VIANNA, 1933, p. 155).

Dividido em *dólico-loiros* e *branquicéfalos* de acordo com a taxa da eugenia, os primeiros representavam a nobreza e a eles coube a tarefa por excelência de colonização, representada pela grande propriedade territorial. Nota-se a complementariedade entre eugenia e posição social através desta passagem:

“O latifúndio cafeeiro, como o latifúndio açucareiro, tem uma organização complexa e exige capitais enormes: pede também uma administração hábil, prudente e enérgica. É, como o engenho do açúcar, um rigoroso selecionador de capacidades. Só prosperam, com efeito, na cultura dos cafezais as naturezas solidamente dotadas de aptidões organizadoras, afeitas à direção de grandes massas operárias e à concepção de grandes planos de conjunto. O tipo social dela emergente é, por isso, um tipo social superior, tanto no ponto de vista das suas aptidões para a vida privada, como no ponto de vista das suas aptidões para a vida pública. *Dai formar-se, nas regiões onde essa cultura se faz a base fundamental da atividade econômica, uma elite de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidades administrativas*” (Idem, ibidem, p. 104. Grifos do autor).

Já os *branquicéfalos*, “sedentários” e de “hábitos pacíficos” teriam um papel fundamental no aproveitamento do território colonizado, compatibilizando-se os efeitos sociais da sua “estabilidade” com sua própria índole de “elementos menos intrépidos, menos aventureiros, menos belicosos e mais amigos do repouso, da tranquilidade e a paz” (Idem, ibidem, p. 128). Dotados de menor carga eugênica, os *branquicéfalos* formariam os componentes europeus da “plebe” nacional, generalizando-se, e com isto forjando a “tradição pacífica e ordeira do povo”, característica essencial do brasileiro.

Os índios e os negros, por sua vez, considerados raças “exóticas” (Idem, *ibidem*, p. 124), entram de forma subalterna. São, aliás, dispostos pelo colonizador branco visando a estabilidade da colônia, e maximizados quanto ao potencial econômico peculiar a cada etnia, pois a vocação administrativa da aristocracia branca é eficaz em “distinguir essas aptidões e orientar a distribuição e a fixação das duas raças inferiores no sentido do seu melhor aproveitamento.”(Idem, *ibidem*, p. 150).

Também os mestiços, assim divididos em “inferiores” e “superiores”, serão alocados nas atividades econômicas pela aristocracia branca em decorrência de suas “aptidões” e “vocações profissionais”, da mesma forma que as perspectivas de ascensão social dos mesmos.

O processo civilizatório, portanto, é *inteligentemente* orientado a partir da perspectiva do grande latifúndio. É ele quem possibilita ainda a “arianização” da população brasileira (VIANNA, 1991, p. 30), reforçada posteriormente pela imigração de trabalhadores europeus, de tal sorte que “tudo parece indicar que o futuro tipo antropológico brasileiro será o ariano modelado pelos trópicos(...)” sem nunca deixar de ser o “homem moreno que sempre foi” (Idem, *ibidem*). Vianna reconhece no latifúndio o “grande formador das almas” do Brasil:

“Desde a nossa vida econômica a nossa vida moral, sentimos, sempre, poderosa, a influência conformadora do latifúndio; este é, na realidade, o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional.”(VIANNA, 1987a, p.54).

Foi graças a esta formação, inclusive, que nos teríamos constituído num povo pacífico. A história brasileira teria sido uma história sem rupturas. A inteligência do processo tornara possível o fato de que

“nunca derrubamos castas. Nunca vencemos privilégios. Libertamo-nos da Metrópole; libertamo-nos da Coroa; libertamo-nos da Escravidão; libertamo-nos da Igreja – sem efusão

de sangue, sem sacrifício de vidas, sem sequer um levante geral da Nação. Temos vivido sempre na igualdade, na tranqüilidade, na paz, descansando no governo e dele esperando a chuva d'ouro das benesses e dos favores." (Idem, *ibidem*, p. 253).

Entretanto, com a mesma potência com que moldara a sociedade brasileira no sentido de seu "melhor aproveitamento", o grande latifúndio teria sido responsável por uma de nossas mais graves lacunas: a inexistência de um "regime de opinião", decorrente da preponderância de um "espírito de clã", isto é, do faccionismo e do caudilhismo, mais tarde combinados com o federalismo oligárquico dos primeiros anos da República. Impedira ainda a formação de uma classe média, considerada essencial para a organização social, na medida em que sufocara a pequena propriedade por conta de sua auto-suficiência. A dependência do "agregado" frente ao grande proprietário, combinada com a situação de autosuficiência do latifúndio, seriam os responsáveis pelo "insolidarismo" e pela não cooperação, resultando daí um quadro multifacetado e desorganizado da sociedade. O paralelo com a república oligárquica não é sem sentido: o regime federativo e a descentralização política teriam uma mesma raiz na história social e política do latifúndio *omniprodutivo*. Resultaria dele a solidificação de um "espírito de clã". Sua nocividade está em que que "contaminara" toda a sociedade, jogando sombras sobre a possibilidade de um convívio "democrático", nos moldes existentes entre os povos anglo-saxônicos.

"DIREITO COSTUMEIRO", SELFGOVERNMENT E O ESTADO

Esta seria a peculiaridade brasileira que nos faria inaptos para a democracia burguesa: o prevalectimento de uma cultura clânica, anárqui-

ca, descentralizada, caudilhesca, e a inexistência de um “espírito público”, calcado num sentimento coletivo e de sacrifício individual.

O “espírito solidarista” existente entre os povos europeus, mais precisamente entre os anglo-saxões, presente nas mais remotas localidades e comunidades de aldeia, explica a permanência da democracia entre eles, porque esta é na verdade, para Vianna, *necessária* à convivência harmônica dos indivíduos. Vianna tem em vista aqui o *direito costumeiro* destes povos, expresso pelo “selfgovernment”, o qual permite a existência e permanência da democracia. Não são normas escritas, nem idéias genericamente formuladas em bases abstratas de igualdade e liberdade, mas antes a *experiência* e a *tradição*, expressas pela noção de “complexo cultural democrático” ou “complexo de democracia direta”(VIANNA, 1987b, p.75 e ss.). Além deste complexo, um outro elemento fundamental para sedimentar o selfgovernment provém da consciência, em cada cidadão, do “sentimento do Estado Nacional”, isto é, do complexo de solidariedade que transcenda os limites das aldeias. Isto é fundamental. Da fusão destes dois elementos Teríamos o “complexo democrático *nacional*” (Idem, p. 138.)⁰. É a partir deste pressuposto que o autor vai, por exemplo, considerar a importância da Revolução Francesa em instituir o “Estado-Nação” e, ao mesmo tempo, desqualificar o povo francês como perfeitamente democrático (só os povos anglo-saxões o são):

“o povo-massa, que o golpe da Revolução de 1789 elevava subitamente à condição de soberano da Nação toda, não tinha, realmente, saído da prática da gestão, como vimos, dos *interesses comunais*” (Idem, *ibidem*).

Como nota Quartim de Moraes, para Vianna, tanto o “regime de clã” e os “interesses de família”, como os interesses dos grandes partidos modernos podem ser considerados como expressões de um “espírito de clã”. Desta conclusão resulta que

“o sentimento do Estado nacional’, ‘de base democrática’, (...) é incompatível com as lutas do partido (ou facções), ou, o que vem ao mesmo, só é compatível com partidos programaticamente quase amorfos (...). Se estas considerações são justas, impõe-se a conclusão de que a plenitude democrática, para nosso autor, só se atinge numa *democracia sem partidos programaticamente opostos*.” (QUARTIM DE MORAES, 1993, p. 98).

Os grandes objetivos são antes a harmonia social e a estabilidade política. As condições sociais para tanto estão dadas pela articulação entre os complexos democráticos (solidariedade de aldeia, por exemplo) e os sentimentos que os ultrapassam, como o “sentimento de Estado”, a centralização política, etc. Paradigmático teria sido o sentimento de Estado no caso inglês durante a II Guerra Mundial:

“Foi este sentimento – jacente, com a força de um instinto, no fundo do caráter nacional inglês e no subconsciente social de cada cidadão britânico – que nos permitiu contemplar, ainda há pouco, este prodigioso espetáculo que foi a comunidade de ação do povo inglês em face da guerra, o espetáculo de unidade de sentimentos e de consciência nacional, em que cerca de 50 milhões de ingleses, sem distinção de sexos e idades, mulheres, homens, crianças – de Churchill ao último *boy* da mais obscura granja local, no fundo da Escócia, das Cornuálias, do Essex – nos aparecem agindo em uníssono, numa harmonia e conjugação perfeitas – como se for a uma só pessoa, sem o mínimo atrito ou desconformidade – no propósito comum da condução da guerra ao termo vitorioso” (VIANNA, 1987b, p. 147).

Particularmente interessante nos parece ser esta afirmação. Ela afigura-se nos bastante coerente com o fato de que, como afirma Gramsci, o “selfgovernment” tenha prevalecido apenas na Inglaterra, onde a classe dos proprietários territoriais “não se encontrava mais em

luta obstinada com a população”, como ocorrera na França, mas, ao contrário, gozava de prestígio entre as massas. A coerência está no fato de que Vianna, por conta de seu compromisso com uma revolução-restauração, tenha percebido no anglo-saxão o modelo perfeito de democracia. Para Gramsci, o autogoverno é uma instituição ou costume político-administrativo

“che pressuppone condizioni ben determinate: l'esistenza di uno strato sociale che viva di rendita, che abbia una tradizionale pratica degli affari e che goda di un certo prestigio tra le grandi masse popolari per la sua rettitudine e il suo disinteresse (e anche per alcune doti psicologiche, come quella di saper esercitare l'autorità con fermezza dignitosa, ma senza alterigia e distacco superbiioso). Si capisce che perciò l'autogoverno sia estato possibile solo in Inghiaterra, dove la classe dei proprietari terrieri, oltre alle condizioni di indipendenza economica, no era estata mai in lotta accanita con la popolazione (ciò che successe in Francia) e non aveva avuto grandi tradizioni militari di corpo (como in Germania), con il distacco e l'atteggiamento autoritario derivanti.” (GRAMSCI, 1979, p. 214).

Além disto, Gramsci entende que a colocação do problema do autogoverno nos países não anglo-saxões possui outro significado: a luta contra o centralismo da alta burocracia governativa e a defesa de uma burocracia controlada imediatamente pela base: a questão está na perspectiva de formação de uma “burocrazia onesta e disinteressata, che non abusi della sua funzione per rendersi indipendente dal controllo del sistema rappresentativo” (Idem, *ibidem*).

Ora, Vianna aspira este ideal de formar uma burocracia. Afinal, o que é a crítica à República Velha senão a crítica ao arbítrio das elites regionais, e dos partidos com interesses restritos aos seus Estados, sem compromissos com o que ele entendia por Estado-Nação? Entretanto,

no caso de Vianna, a defesa desta burocracia (que também deve ser honesta) se faz mediante a centralização e o fortalecimento do Estado, pois do contrário o fracasso seria iminente. Além disto, rechaça veementemente o sistema representativo como forma eficaz de “solução” de interesses.

Estabelece-se aqui a ponte entre o diagnóstico da realidade do povo e a solução para o nosso processo civilizatório: a necessidade de uma política autoritária, donde o Estado contrarreste a tendência dispersiva do clã e da inexistência de um “espírito público”. Isto é inevitável. A necessidade de mando é uma demanda da própria “psicologia política” do nosso “homem do povo”, incapaz de guiar-se a si mesmo. Veja-se a seguinte passagem:

“torna-se um dos atributos mais característicos das nossas classes populares, principalmente da classe inferior dos campos. O nosso homem do povo procura um chefe, e sofre sempre uma como que vaga angústia secreta todas as vezes que, por falta de um condutor ou de um guia, tem necessidade de agir por si, autonomamente. [... ele, ainda,] só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito. É este o seu prazer, o seu gozo íntimo, esta a condição da sua tranquilidade moral. O ter de conduzir-se por sua própria inspiração, o ter de deliberar por si mesmo, sem orientação estranha, sem sugestão de um superior reconhecido e aceito, constitui para ele uma grave e dolorosa preocupação, um motivo íntimo de angústia, de inquietação, de tortura interior. Desta tortura moral só se liberta pondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império. É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele e, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha de ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o tranqüiliza, o refrigera. Do nosso campônio, do nosso homem do povo, o fundo da sua mentalidade é esta. Esta é a base da sua consciência social. Este o temperamento

do seu caráter. Toda a sua psicologia política está nisto.”(VIANNA, 1987a, p. 147).

Chegamos aqui ao cerne do problema. Acreditamos poder ver em Vianna o esforço por uma solução não apenas do problema da burocracia, como também o do equacionamento das instituições com a realidade social, do “Brasil legal” com o “Brasil real”. Como veremos, o problema da burocracia está em que só através do fortalecimento do Estado (e, bem entendido, do “governo dos funcionários”, para dizer com Gramsci) este equacionamento seria possível. Esta questão de fundo está apontada logo na primeira obra de Vianna, *Populações Meridionais*, de 1920, e desde então é o mote de todas as posteriores reflexões: trata-se da necessidade de “realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade, à lei” (VIANNA, 1987a, p. 276).

Se os “homens de Estado” sempre tiveram o “sentimento *institucional* da comunidade brasileira”, nunca encontraram todavia nesta comunidade nenhum foco de inspiração e orientação política, uma vez que “ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo da sua finalidade histórica do seu destino como povo. Em suma: porque (...) ao nosso povo tem faltado uma ‘mística nacional’”(VIANNA, 1987b p. 285). Esta “mística nacional” seria a responsável pelo cimentamento do “sentimento de nação” entre os ingleses, alemães, japoneses e norte-americanos, os “quatro maiores povos da atualidade”. Esta “mística”, ainda, deve ser “militante, deve trabalhar os sentimentos de cada cidadão, de cada indivíduo”(VIANNA, 1987b p. 286). Vianna é enfático ao afirmar que chegamos à *idéia* de nação, não ao *sentimento* de nação, e isto faz *toda* a diferença.

“Equivale dizer que, entre nós, na generalidade do nosso povo, o Brasil não é *compreendido* e *sentido* como uma totalidade

orgânica, sob a forma de uma idéia determinante ou mística. Não se formou na consciência de cada brasileiro, esta sorte de ‘complexo afetivo’, que constitui, no inglês, no alemão, no japonês, no americano, o sentimento *institucional* da Nação.”(VIANNA, 1987b, p. 288 (grifos do autor).

Assim, coube somente ao esforço do Estado, durante o II Reinado, e particularmente ao Conselho de Estado e aos gabinetes conservadores, a unificação nacional, embora esta unidade nacional não criasse condições para a asfixia do regime de clã, subsistindo intacta a distância entre ficção jurídica e realidade, herança dos tempos da Colônia. Vianna torna explícita esta referência (e deferência) ao conservadorismo monárquico quando afirma, no texto de 1943 (*Problemas de Direito Sindical*), que o Estado Novo, e com ele toda a legislação trabalhista, consoante com a centralização e fortalecimento do Executivo, eram, na verdade, uma “*retomada da velha tradição conservadora*, que vinha do velho regime, extinto em 1889, e cuja alvorada resplandecera na reação autoritária de Feijó e na doutrina centralizadora de Vasconcelos e Uruguai”(VIANNA, 1943, p. 28). O Império teria formado esta elite, que até 1822 não existia, através de um “mecanismo seletivo” institucionalmente organizado no Ministeriado, no Conselho de Estado e no Senado, e pelo aproveitamento das “individualidades superiores” hereditariamente constituídas (VIANNA, 1987b, p. 297).

Confirma-se aqui o que foi dito alhures: Vianna passa da análise da perspectiva do latifúndio à perspectiva do II Reinado, sem passar pelas revoltas que eclodem em todo o País no período da Regência. As poucas passagens em que se detém sobre os conflitos são as relativas às revoltas escravas, e isto com o intuito de desqualificá-las.

Há, todavia, uma inflexão fundamental que merece atenção: é o peso do esfacelamento do trabalho escravo. A Abolição da Escravatura institui uma fase de “desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história”(VIANNA, 1987A, p. 18). Este é um momento crítico fundamental:

“desde o momento (...) em que a nossa tradicional organização do trabalho agrícola, assentada sobre a base da escravidão, é substancialmente refundida, toda a sociedade rural é, conseqüentemente, abalada(...). Dado o imprevisto e o subitâneo do golpe que lhe é desferido a 13 de maio de 1888, ela não tem, por assim dizer, tempo para reorganizar-se no sentido de uma adaptação imediata à nova ordem de coisas: e desmorona quase inteiramente.”(VIANNA, 1933, p. 107).

A desorganização, que não é só econômica mas sobretudo política, afeta o próprio Império, e deixa como legado à República o enfraquecimento das elites, que esta não soube e não quis reorganizar. É significativo que Vianna considere a política partidária como nociva à centralização. A qualidade da Monarquia, por exemplo, residiu no fato de que posicionou o regente “acima dos partidos, dos clãs e das suas rivalidades recíprocas (...). Este poder supremo – educado para as imparcialidades do governo pela natureza dos seu próprio cargo e possuído inteiramente da “consciência da Nação” – era quem selecionava os ‘homens de 1000’ e formava a elite(...)”(VIANNA, 1987b, p. 300).

É, portanto, na perspectiva de recuperação das antigas elites e na formação de novas que Vianna se detém. Todavia, isto se inscreve não na derrocada da oligarquia cafeeira, mas na sua *reciclagem*. Trata-se, bem entendido, de uma transformação no âmbito de uma “revolução-restauração”:

“Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: - e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxo, mas, numa democracia como a nossa, elas tem sido a nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias; é transforma-las - fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição - de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias

esclarecidas seriam então, realmente, a expressão da única forma de democracia possível no Brasil, porque realizada na sua forma genuína, isto é, no sentido ateniense - do *Governo dos melhores*.”(VIANNA, 1987b, p.139).

TÉCNICA LIBERAL E TÉCNICA AUTORITÁRIA

Embora papel fundamental às elites esteja assegurado quanto a necessidade de instituição do “espírito público” e do solidarismo, este papel não as isola no cenário político. Antes, elas seriam permeadas por toda uma engenharia institucional que privilegia a técnica na direção de uma “reforma” social e política. O problema passa, por conseguinte, pela formação de uma burocracia, embora não se resuma a isto.

No volume II de *Instituições Políticas Brasileiras*, de 1949, mais precisamente, na II parte, “Tecnologia das Reformas”, vamos encontrar o fundamento desta mudança. Embora seja flagrante seu ceticismo para com a eficácia que possam ter as legislações “(...) *preparadas pelo Estado* ou *forçadas por ele*, usando da *coação*, através da lei ou através dos golpes de força”(VIANNA, 1987b, vol.2, p.96), este ceticismo logo se desfaz, principalmente quando estipula que numa sociedade como a brasileira, a técnica propriamente coativa e autoritária do Estado é a que deve prevalecer. E esta constatação é precedida da percepção do fracasso da agenda liberal no País:

“Nenhuma dessas inovações *liberais* ou ditas *liberais* - tiveram aqui, em boa verdade, êxito real. O *self-government* regional, a autonomia das províncias ou dos Estados, na generalidade dos casos, falhou - como falhou a autonomia dos municípios. Falhou também a democracia - com o sufrágio direto e universal. Falhou o governo de partidos - falhou no Império e também na República. O parlamento

falhou igualmente: do regime parlamentar do Império o que, realmente se salva - e também o que o salvou - é, sem dúvida, o 'poder pessoal' do Imperante.”(VIANNA, 1987b, vol.2, p.104).

Por outro lado, Vianna rejeita as técnicas autoritárias de caráter acentuadamente 'ideológicas', ou explicitamente ideológicas, que não encontram traços no costume do povo. O fato de rejeitar tanto o comunismo como o fascismo e o nazismo alude a isto. Tanto um como outro, pondera, apesar de procurarem implantar um Estado moderno nos seus respectivos países, falharam ou falharão irremediavelmente, por conta desta inadequação aos costumes do povo. Sobre o fascismo italiano, é enfático:

“estamos vendo hoje que o fascismo não foi senão uma tentativa abortícia: porque o italiano saído do fascismo continua a ser o mesmo italiano faccioso de antes do fascismo – o ardente espadachim da Renascença. O que parecia mudança – expressão no 'uomo nuovo' do Fascismo – era produto apenas de coação. Cessada esta, o velho partigiane, do tempo dos guelfos e gibelinos – latente em cada italiano de hoje – ressurgiu.”(VIANNA, 1987b, vol 2, p. 99).

O mesmo ocorre com o caso soviético. Embora seus dirigentes, afirma, busquem a organização nacional e a instituição de um “sentimento de colaboração e cooperação”, a realidade do povo é distinta e baseia-se na “comunidade de aldeia”, de tal forma que o fracasso é previsível

Vianna postula a técnica autoritária desde que esta esteja desvestida de conteúdos explicitamente ideológicos. Esta técnica deverá ser conduzida em conformidade com o direito-costumeiro do povo:

“nenhuma reforma social ou política tem possibilidade de vingar e realizar-se praticamente se não tem base nas tradições

do povo-massa, ou se esta reforma obriga este povo-massa a uma atitude nitidamente contrária às atitudes consagradas nos seus costumes.”(VIANNA, 1987b, vol 2, p.106).

Deve proceder *gradativamente*, “com espírito de moderação e o senso de objetividade”, e ter “apoio ou assentamento nos costumes e tradições do povo-massa”(VIANNA, 1987b, vol.2, p.128). É evidente aqui a ênfase quanto ao moderacionismo político, elemento fundamental da revolução-restauração. E ela está em consonância com a substituição do debate político para as soluções técnicas.

Dentre as várias medidas concretas, profiláticas, temos a neutralização da luta partidária, e a profissionalização das questões anteriormente políticas ou a cargo do parlamento; a adoção da fórmula política de centralização política e descentralização administrativa; a negação do tratamento uniforme aos Estados e municípios da Federação; a negação do sufrágio universal e igual; a adoção de uma pluralidade de sistemas eleitorais, isto é, a instauração de um regime de “corpos eleitorais”, com “pesos” diferenciados, bem como com o estabelecimento da distinção entre *direito de votar* e *direito a ser eleito*; conseqüentemente, a concessão do direito de voto aos sindicalizados urbanos, melhor dizendo, aos “organizados” em associações, cooperativas, sociedades, ligas, sindicatos, etc.(MEDEIROS, 1974, p.51).

Estas medidas estariam em consonância, portanto, com a “necessidade de mando” do povo, alhures mencionada. Por outro lado, também refletiriam uma tendência internacional e cada vez mais acentuada: o “Estado Moderno”, nos próprios países de tradição liberal, afirma Vianna, seria cada vez menos federativo e mais centralizado, porque a própria democracia estaria se diluindo numa forma mais pragmática e “realista”(VIANNA, 1930, *passim*). Os parlamentos estariam sendo substituídos, por sua vez, por conselhos de caráter técnico, visando uma maior racionalidade política. Tudo isto aponta para uma questão que, acredita-

mos, esclarece o sentido desta centralização estatal em Vianna. Lançamos mão aqui de um elemento da reflexão de Gramsci sobre a chamada “estadolatria” que, por sua vez, deve ser pensada à luz da particularidade do pensamento de Vianna sobre a conjuntura internacional dos anos 20 e 30. Em linhas gerais, a “estadolatria” é um “*atteggiamento di ogni diverso gruppo sociale verso il proprio Stato*”(GRAMSCI, 1979, p, 216), que procura, a partir da visão unidimensional do Estado restrita à “sociedade política”, ou “governo dos funcionários”,

“(…)construire nell’involucro della società politica una complessa e bene articolata società civile, in cui il singolo individuo si governi da sé, senza che perciò questo suo autogoverno entri in conflitto con la società politica, anzi diventandone la normale continuazione, il complemento organico.”(GRAMSCI, 1979, p, 217).

Ora, não nos parece ser precisamente o ideal de um “autogoverno” o que inspira Vianna, embora seja o primeiro a admitir a sua inviabilidade no Brasil através de uma técnica liberal? Isto não está em contradição com a sua visão de selfgovernment, uma vez que o sentimento de Estado nacional era fundamental para sua constituição. No Brasil, cabe, portanto, ao Estado, entendendo-o enquanto “governo dos funcionários” esta tarefa de incentivar a organização coletiva, a cooperação e o espírito público necessários a uma convivência liberal. Trata-se da construção, bem entendido, da sociedade civil a partir do fortalecimento do Estado.

GOVERNO DOS TÉCNICOS

Faz-se necessário, portanto, uma compreensão, ainda que breve, da crise dos anos 20 e 30. No sentido de compreendê-la, poderíamos

ampliar o quadro ao conjunto de fenômenos ligados ao chamado “tema Europa-América” na reflexão de Gramsci, como propõe Giuseppe Vacca. O problema crucial para este autor residiria no deslocamento fundamental da formação capitalista mundial para os Estados Unidos, em fins do século XIX e inícios do XX. Este fato exerceria influências diretas e indiretas, inclusive, nos movimentos operários da Europa, para além, é claro, dos Estados Nacionais. A análise de Gramsci sobre estes acontecimentos se articularia à tese da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Para Vacca, trata-se, na verdade, da recuperação da *ótica da reprodução* do capital na análise da economia mundial, questão presente em Marx e todavia negligenciada pelos marxistas da II e III Internacional. Assim, esta lei seria ao mesmo tempo um processo lógico e histórico: lógico porque pressupõe um nexo essencial com a lei da mais valia relativa, a qual determinaria a expansão molecular do sistema de fábrica. É nesta expansão molecular, acreditamos, que poderíamos perceber as dimensões particulares do fenômeno mundial que é o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O modo concreto de opor-se à lei tendencial da queda da taxa de lucro e de intensificar a extração de mais-valia relativa, afirma Vacca,

“dipende, in concreto, dall’iniziativa dei capitalisti, singoli o raggruppati secondo le diverse conformazioni statali prodotte dalla divisione internazionale del lavoro. Il ‘fordismo’è, in questo campo, l’iniziativa che domina il presente”.(VACCA, 1983, p. 93).

Nesta perspectiva, poder-se-ia pensar o corporativismo e o fascismo italiano como respostas à crise e à necessidade de modernizar a indústria nacional, sem, contudo, modificar a estrutura de estratificação social. Gramsci afirma que as crises históricas fundamentais não são determinadas imediatamente por crises econômicas, mas, antes, estas criam “um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de

formular e resolver as questões que envolvem todo o curso anterior da vida estatal” (GRAMSCI, 1991, p. 52). O chamado “americanismo” na verdade, seria a expressão cunhada pela reação européia às transformações mundiais, isto é, uma

“crítica preventiva das velhas camadas que serão esmagadas pela nova ordem e que já foram atingidas por uma onda de pânico social, de dissolução e de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e insiste sobre os aspectos negativos da mudança. Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais ‘condenados’, mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem.”(Gramsci, 1991, p.412).

Para Vacca, esta resposta viria, no contexto dos anos 20 e 30, no bojo do “capitalismo regulado estatalmente”, isto é, uma rearticulação das relações entre o mercado mundial e os mercados nacionais:

“La base materiale di tali processi era costituita dalla riarticolazione dei rapporti fra mercato mondiale e mercati nazionali, a mano a mano che, a datare dalla prima guerra mondiale, le economie europee si riorganizzavano nelle forme del ‘capitalismo regolato statalmente’. La riorganizzazione dall’economia mondiale, sotto la guida del nuovo centro dell’‘economia-mondo’ capitalistica, gli Stati Uniti d’America, promuoveva una internazionalizzazione ed integrazione economica inaudite, fortemente antagonistiche. Il capitalismo regolato statalmente era la risposta a tali antagonismi, centrata sulla necessità, per i paesi capitalistici europei, di far leva soprattutto sulle potenzialità dei rispettivi mercati interni” (Vacca, 1983, p.86).

Para o nosso autor fluminense, o recurso a autores comprometidos com um Estado Corporativo, descartando um comprometimento mais estreito com o fascismo, repõe aqui a finalidade e o sentido das reformas e o modo em que devem ser feitas⁶: a perspectiva do capitalismo regulado estatalmente. Todas as questões que se seguem têm a ver fundamentalmente com este imperativo fundamental: dotar o Estado de instrumentos de controle da economia e da política, através de reformas jurídicas e institucionais: a “nova jurisprudência”; a engenharia institucional que permite a centralização política e descentralização administrativa; a perspectiva de interesses particulares das classes econômicas; o papel dos sindicatos e da Justiça do Trabalho.

Vianna postula uma série de transformações que se situam ao nível jurídico. Um elemento importante disto pode ser aferido pelo sentido da “exegese constitucional”. Lança mão, para tanto, de uma teoria do direito não restrita à interpretação mecânica da lei, mas que permita sobretudo a sua “construção”, expressa pela chamada “escola sociológica de direito”, ou “nova jurisprudência”⁷: tal escola se distinguiria das clássicas noções de direito no sentido de *particularizar* as questões que antes eram concebidas em termos de *princípios universais*. Aludindo ao New Deal, Vianna afirma que foi através desta “escola” que Roosevelt, em 1937, após luta acirrada contra as velhas concepções de direito, pudera implementar sua política centralizadora e, principalmente, intervir no âmbito da economia de forma a preservar os interesses nacionais:

⁶ Em *Problemas de Direito Sindical*, de 1943, Vianna afirma: “na elaboração deste ante-projeto [qual seja, o da Constituição de 1934, na qualidade de membro da Comissão Encarregada do Anteprojeto da Constituição], pus inteiro meu pensamento dominante e, devo confessar, só deixei filtrar, da doutrina, legislação e jurisprudência italianas, o que me pareceu mais compatível e consoante com as nossas condições, os nossos interesses ou o nosso espírito nacional (VIANNA, 1943, p. 30).

⁷ Os principais expoentes desta elaboração jurídica são Holmes, Pound, Brandeis, Lewellyn, Cardoso, Franck e Morris Cohen. (VIANNA, 1943, p. xvii).

“Roosevelt, ao subir à presidência dos Estados Unidos, em 1934, levava um programa de reformas sociais e econômicas, imposto pela tremenda crise sobrevinda em 1922. Esta crise, que não foi americana unicamente mas universal, subvertera toda a economia americana e criara problemas que exigiam, para a sua solução, um aparelhamento jurídico inteiramente novo, que só poderia vir através de uma larga política legislativa, moldada em padrões originais, for a ds clássicas *ornières* da tradição jurisprudencial americana”(VIANNA, 1991, p.160-1).

Esta tradição jurisprudencial americana estaria ancorada, afirma Vianna, nas exigências de uma “sociedade rural e patriarcal”, de uma “sociedade de necessidades limitadas e de composição ainda simples”(Idem, *ibidem*). O New Deal, ao contrário, clamava por soluções nunca dantes defrontadas pelos juristas da “velha mentalidade jurídica”, porque agora havia problemas que fugiam dos âmbitos locais e se tornavam problemas “*nacionais*; portanto, ao alcance da política e da legislação *federal*”(Idem, p.163). De tal sorte que, até 1937, o mecanismo judiciário tradicional “trancava ao governo toda e qualquer saída para a solução da crise formidável que sacudia a sociedade americana, crise no equilíbrio econômico, crise nas relações de trabalho”(Idem, p. 164).

Um outro aspecto, que aliás prende-se ao levantado acima, refere-se à fórmula política mais apropriada para a condução deste modelo jurídico casuista. Esta tem por essência a *centralização política* e a *descentralização funcional*, ou por serviço, caminhando no sentido de particularizar as questões políticas. Neste sentido, longe de representar uma ameaça ao poder central, este aspecto “particularizante” que a nova interpretação do direito representa, e que imprescinde da eficácia das organizações administrativas distintas, é antes a constatação da expansão das funções do Estado. A racionalização da ação política do Estado é fruto deste duplo movimento, em razão da complexidade da realidade social.

Assim, a questão da adequação da norma à realidade se desdobra em duas: na manipulação eficaz dos meios, “neutros” do ponto de vista político, “eficazes” porque distantes do parlamento (são as corporações de trabalhadores e empresários e os conselhos técnicos e a elite jurídica); e na formulação de uma “nova” tradição política, que, ancorada nas corporações e nos sindicatos, não se restringe a eles, posto que procura também fortalecer noções de solidarismo e cooperação.

A necessidade do desenvolvimento de um “espírito de solidariedade e cooperação no campo econômico” é imperativa frente aos interesses particulares dos partidos (VIANNA, 1930, p.122), e o meio mais eficaz para esta solidariedade advém da organização das classes econômicas. A noção de classe para Oliveira Vianna, por conseguinte, está mais orientada para a sua “organização” do que para a posição ocupada no sistema produtivo. As classes estão dispostas nesta equação visando única e exclusivamente a resolução de seus interesses específicos, e neste sentido sua organização permite o acesso a informações pelos especialistas e legisladores.

Assim é que os *conselhos técnicos* e a *estrutura sindical* são evocados como as instâncias privilegiadas de sua visão reformista. Em relação aos primeiros, seu argumento remonta à análise da experiência anglo-saxônica com os seus conselhos de aldeia. Inseridos na lógica da centralização política com descentralização funcional, os conselhos seriam importantes por servirem como fontes de informação ao corpo centralizado do Estado, tornando sua ação mais eficaz. Daí a caracterização da colaboração de classes do ponto de vista técnico.

“Sem a colaboração destas fontes de caráter técnico e profissional, toda a atividade administrativa arrisca-se a se tornar negativa ou pouco eficiente, por inadequação ou impropriedade das medidas executadas ou aconselhadas. (...) Nada há realmente que supra o conhecimento do técnico, do prático, do ‘entendido do negócio’. Nenhum homem de Estado, ne-

num administrador consciencioso, com o sentimento natural de suas limitações, há hoje que ouse resolver por si só (...) os problemas relativos a nenhuma classe, a não ser a classe a que ele realmente pertence. Uma das grandes causas da falência de muita legislação no Brasil ou da ineficiência de muita medida administrativa está justamente [em] que umas e outras têm sido feitas sem essa prévia consulta as classes interessadas, sem a audiência e o conselho dos profissionais, dos técnicos, dos 'práticos no negócio.'"(VIANNA, 1930, p. 153-4).

Ao lado da questão dos conselhos técnicos está o sindicalismo Corporativista. Apesar de terem funções distintas, ambos atuam no sentido de instituir o "espírito público", organizando as classes. O *sindicato profissional* é, na visão de Oliveira Vianna, e em caráter geral, um instrumento de caráter "profilático", porque assume uma função integradora e organizadora, promovendo a cooperação e mesmo a "comunhão" (VIANNA, 1943, p.IX) de interesses divergentes.

Assim, é antes a *função social* do sindicato que informa à análise o sentido proposto, pois, longe de significar conflito, o sindicato, na visão corporativa e tutelar do Estado, assume a configuração de um instrumento que concorre para o seu fortalecimento. O *modelo de sindicato*, por sua vez, integra-se ao modelo mais amplo de *estrutura sindical corporativa*, com as seguintes características:

1) Está inserida na problemática da racionalização da ação política do Estado, expressa através da fórmula política de descentralização funcional e administrativa e centralização política. Todavia, há algumas peculiaridades. Sobre ele, o Estado exerce um controle parcial, isto é, uma intervenção indireta. Vianna recusa a formulação fascista de controle total do Estado por enxergar nisto a politização da vida profissional, e, portanto, o esvaziamento da principal utilidade do sindicato, enquanto "força vivificante do espírito coletivo das categorias e tão educadora do seu sentimento de autonomia"(VIANNA, 1943, p.30). Por outro lado, a

total autonomia sindical representaria a anarquia, melhor dizendo, a “possibilidade do sindicato contra o Estado, posição natural e admissível num regime liberal de sindicato de direito privado, como o da Constituição de 1934, não, porém, num regime de sindicato de direito público e de organização corporativa - como o da Constituição atual [Constituição de 1937, sob o “Estado Novo]” (VIANNA, 1943, p.31). Neste sentido, a tutela estatal se exerce *vigiando* a liberdade de associação e a liberdade eletiva das diretorias.

2) É um sindicalismo por ofício, ou por categoria, que, pela homogeneidade da situação de seus membros, em termos de identidade profissional, renda, posição, etc., promove a consciência de unidade do grupo. É, portanto, uma força coesificadora, ao contrário do sindicato por indústria ou por fábrica, heterogêneo e permissivo à ebulição de lutas políticas internas.

3) Além disto, este modelo prevê a unicidade sindical, e isto é importante na medida em que acentua o caráter estritamente profissional do sindicato.

Cabe, portanto ao sindicato, um papel educativo, “comparável ao das escolas primárias, do nosso sistema de ensino: serão verdadeiras escolas primárias de educação do homem brasileiro no espírito de colaboração social e nos hábitos de solidariedade profissional.” (VIANNA, 1988, p.x). Conseqüentemente, este papel se reforça à medida em que somente através dos sindicatos há a possibilidade de participação das classes - trabalhadoras e empresariais -, na estrutura do Estado, nos seus Conselhos e Corporações, e

“(…) neles realizar a afirmação democrática da sua vontade e dos seus interesses. E isto em grau que o puro e exclusivo processo do sufrágio universal, dos partidos políticos e das assembléias parlamentares de modo algum poderia permitir - como nunca o permitiu. Será esta uma das funções mais altas e significativas que as instituições sindicais terão a exercer, no

mundo do após guerra, em nosso país.”(VIANNA, 1988, p.xii).

A partir destas explicações, podemos perceber que todos estes mecanismos atuam coordenadamente com o propósito de favorecer a intervenção estatal no campo da economia e da política sem, todavia, comprometer a ordem social. A resolução pacífica dos conflitos entre “capital” e “trabalho” demanda soluções técnicas, combinadas com o pulso firme do Estado. Nada melhor, como conclusão, do que a passagem abaixo para identificarmos o comprometimento de seu autor com a perspectiva de uma revolução passiva, cujos componentes este texto teve a função de explorar. Lembramos, evidentemente, que muitas questões ficaram pendentes, demandando, portanto, novas incursões no pensamento deste autor fundamental para o pensamento social brasileiro.

“Realmente, o Estado, no Brasil, está resolvendo os conflitos de trabalho por sua iniciativa própria, sem encontrar nenhum obstáculo sério, nenhuma oposição, partida de qualquer força organizada - seja a classe proletária, seja a oligarquia capitalista.”(VIANNA, 1988, p.125).

ABSTRACT: This text is an interpretation of some aspects of Oliveira Vianna's (1883-1951) thought, under some Gramsci's sociological problematizations like the notion of “etic-politic history”, the “restauration-revolution” or “passive revolution”, the concept of “selfgovernment”, the problematizations about the role of “intellectuals” in political and historical contexts.

UNITERMS: Oliveira Vianna; Antonio Gramsci; brasilian social thought; reform of state; state-building; corporative syndicate structure; authoritarianism; political conservatorism thought; passive revolution.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, 1986. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica – S.P.
- BASTOS, E. R. e MORAES, J.Q. (orgs). “Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil”. In: *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- DE FELICE, Franco. “Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci”. In: FERRI, F. (org.) *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- DIAS, Edmundo F. “Hegemonia, Racionalidade que se faz História”. In: DIAS, Edmundo F. (et alli) *O Outro Gramsci*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- GRAMSCI, A. *El “Risorgimento”*. Argentina: Ed. Granica, 1974.
- _____. *Passato e Presente*. Turim: Ed. Le Idee / Editori Riuniti, 1979.
- _____. *Cuadernos de la Cárcel*. Edición Crítica del Instituto Gramsci. (a cargo de Valentino Gerratana). México: Ediciones Era, 1986.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ: Civilização Brasileira, 1993.
- MEDEIROS, J. “Introdução ao Pensamento Político Autoritário Brasileiro – 1914/1945”. *Revista de Ciência Política*, vol. 17, nº2, abr/jun 1974. Inst. de Dir. Púb. e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.
- MORAES, J. Q. “Oliveira Vianna e a democratização pelo alto”. In: BASTOS, E. R. e MORAES, J.Q. (orgs.) *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- PAIVA, V. Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo? *Síntese*. Nº 6, vol. II. Jan/março: Edições Loyola, 1976.
- PRADES, M. D. *Ideologia e Política na Obra de Oliveira Vianna*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP - S.P.

- VACCA, G. Il Marxismo e gli intellectuali – Da Kautsky a Lukacs, da Labriola a Gramsci: due linee a confronto. *Crítica Marxista*. São Paulo, Nº 5 –settembre-ottobre. Ano 2, 1983.
- VIANNA, O. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.
- _____. *Evolução do Povo Brasileiro*. 2ª Edição. SP: Cia. Editora Nacional, 1933.
- _____. *Problemas de Direito Sindical*. 1º Vol. da coleção de Direito do Trabalho, org. por D. de Lacerda e E. de Moraes Filho. RJ: Editora Max Limonned, 1943.
- _____. *Populações Meridionais do Brasil*. vol. 1 BH: Editora Itatiaia Limitada / Universidade Federal Fluminense - UFF (EDUFF), 1987a.
- _____. *Instituições Políticas Brasileiras*. vol. 2 RJ: Ed. Universidade Federal Fluminense / Universidade de São Paulo / Editora Itatiaia, 1987b.
- _____. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. vol. 2. RJ: Itatiaia/UFF, 1988.
- _____. *Ensaio Inéditos*. Campinas: Editora da Unicamp:1991.

A SOCIEDADE CIVIL FALANTE E O PROJETO POLÍTICO DA MODERNIDADE

Sergio B. F. Tavoraro

RESUMO: O presente artigo pretende realizar algumas reflexões em torno do “modelo procedimental de democracia” de Jürgen Habermas, analisando os atores sociais que se encontram no cerne de suas possibilidades de implementação: os novos movimentos sociais. Finalmente, pretendemos considerar alguns dos aspectos que delinham as discussões a respeito da sociedade civil organizada no Brasil a fim de podermos vislumbrar as possibilidades de um projeto político-normativo como esse em meio as especificidades políticas brasileiras.

UNITERMOS: modernidade; teoria democrática; movimentos sociais.

Uma variedade incrível de fenômenos sociais, cada qual com sua dinâmica própria, independente, ocorrendo em simultaneidade para formar a totalidade do mundo moderno. Esse traço caracteriza a “polifonia” da modernidade, fonte inspiradora de inúmeras reflexões que procuraram dar ordem a esse conjunto de fenômenos aparentemente desconexos. As empreitadas teóricas que se colocaram como tarefa a apreensão desse “mundo polifônico” nos despertam sensações semelhantes às de Max Weber ao tomar contato com a obra wagneriana *Tristão e Isolda*, conforme nos revela Cohn (1979): “Não é difícil imaginar o fascínio de Weber por essa escritura que permite tratar de modo simul-

tâneo o desenrolar rigorosamente coerente de temas que ocorrem, conforme a lógica de cada qual, por linhas paralelas, para no final formarem um todo construído pela vontade livre mas disciplinada de um pensamento criador: a obra” (p. 3). O sentimento de estupefação, assombro frente ao inesperado, o temor da impossibilidade da apreensão teórica da nova (des)ordem parecem ter frequentado as empreitadas que se colocaram como desafio a análise do conjunto dos fenômenos modernos. Apesar de tudo, resultados positivos foram alcançados e, difícil imaginar, propôs-se até mesmo um modelo normativo para esse complexo mundo que nos salta aos olhos. Procurou-se caminhar de maneira a considerar os aspectos positivos que o processo de individuação trouxe, levando-se em conta, porém, a necessidade de se estabelecer normas intersubjetivamente elaboradas, com referência em “comunidades de comunicação”, sem que isso significasse o retrocesso a concepções de mundo provincianas. Também as novas formas de reificação foram consideradas na tentativa de estabelecer relações de nova ordem entre o mundo da vida e os subsistemas que, na modernidade, se autonomizaram e passaram a colonizar âmbitos sociais comunicativamente mediados.

Procuraremos discutir aqui três aspectos absolutamente interconectados: *a.* a elaboração teórica de um modelo político-normativo democrático, chamado “procedimental”, com base nas análises realizadas por Jürgen Habermas, autor que, como se sabe, credita o adjetivo “inacabado” ao projeto da modernidade iniciado com o Iluminismo; *b.* as reflexões em torno da revitalização da sociedade civil organizada que, conforme vem trabalhando a bibliografia, é elemento central para uma normatividade que leve adiante o potencial emancipatório (na medida em que autonomizante) do mundo moderno; *c.* o debate em torno do fortalecimento da sociedade civil brasileira, e o caráter moderno de suas organizações. É esse o objeto de nossas preocupações no presente artigo, tarefa das mais interessantes na medida em que, como nos lembra

Habermas (1987), a modernidade encontra-se completamente abandonada a si mesma, tendo que extrair de si mesma sua normatividade.

O MODELO PROCEDIMENTAL DE DEMOCRACIA: O PROJETO POLÍTICO DA MODERNIDADE

O conceito de modernidade, de acordo com Claus Offe (1987), apresenta um duplo status: de um lado, descreve as características dos processos sociais que resultaram na presente compleição social; de outro, estabelece uma dimensão de avaliação em que idéias ou relações sociais pré ou anti-modernas são criticadas como regressivas em relação a um ponto de vista moderno. Tal dualidade decorre do fato de que as estruturas que se desenvolveram nas sociedades modernas podem ser entendidas como a realização de intenções normativas e projetos revolucionários, gestados no seio de elites modernizantes, cujas origens datam do século XVIII; suas mais marcantes realizações foram a industrialização britânica e a economia política clássica, a Revolução Francesa e a filosofia do Idealismo alemão. A idéia normativa propulsora, segundo o autor, desse processo de modernização europeu foi a *emancipação da Razão* e a *subjetividade*.

Desde o século XVIII, o desenrolar desse processo, socialmente e intelectualmente moldado pela Renascença, pela Reforma e pelo Iluminismo, se concretizou em institucionalizações políticas que podem ser caracterizadas esquematicamente pela seqüência: Estado-nação > Estado constitucional > Estado democrático > Estado de bem-estar. Pode-se dizer que a passagem de cada uma dessas instituições para a seguinte significou um avanço na dimensão normativa: parece ser inegável que exista aí uma transformação em direção à expansão da autonomia e de autodeterminação já que os indivíduos foram gradualmente ganhando

capacidades crescentes de atuação e de escolhas independentes. Vale lembrar a análise de Habermas (1990) a respeito das quatro jornadas de “juridificação” em que se torna evidente a progressiva conquista de espaço de atuação política ao longo do processo que vai da constituição do Estado Burguês até o Estado Social e Democrático de Direito: enquanto no Estado Burguês a instauração de alguns poucos direitos se deu, fundamentalmente, em conseqüência da institucionalização dos subsistemas economia e administração, já na jornada seguinte, própria ao Estado Burguês de Direito, direitos de proteção à vida, à liberdade e à propriedade foram institucionalmente reconhecidos; no Estado Democrático de Direito, os cidadãos passaram a ser portadores de direitos de participação política e, finalmente, na jornada posterior, i.e., a do Estado de bem-estar social, são institucionalizadas proteções que absorvem os efeitos sociais externos do processo de produção material.

No entendimento de Offe (1987), o resultado desse conjunto de mudanças é uma expansão jamais vista do número de opções com as quais os indivíduos passam a contar nas várias esferas da vida social: na esfera da produção material, na esfera de reprodução cultural e na esfera política. Na esfera da produção material, o princípio de mercado concretiza, a todos os atores sociais que dela fazem parte, a existência de opções diversas frente às quais pode-se decidir onde comprar ou vender produtos, e o que e como produzir. Sem dúvida, isso se faz acompanhar de processos de reificação, de monetarização da vida social. Na esfera das normas culturais e valores, os monopólios tradicionais de interpretação, reivindicação do absoluto e doutrinas tornam-se obsoletos abrindo novas e extensas opções no tocante às normas de orientação, ocupação, lazer, arte, família, sexualidade, religião, educação, etc. Os riscos de desintegração social tornam-se, pois, freqüentes na medida em que padrões de comportamento perdem sua validade imediata. E, finalmente, na esfera política, Offe afirma que o sistema político liberal-democrático apresenta

um alto grau de opções de escolha aos cidadãos, sujeitas as mais rápidas variações a quem quer que tome uma posição, qualquer que seja a forma, quaisquer que sejam as questões e os interesses, ao mesmo tempo em que traz à tona situações de burocratização da vida social.

Diante disso, alternativas normativas precisaram ser elaboradas tendo em vista a necessidade de fundamentar a nova ordem social que emergiu com a modernidade. Em termos típico-ideais, pode-se afirmar que dois tipos puros de projeto normativo surgiram em resposta ao processo de individuação resultante da esgarçada dos laços sociais fundamentados tradicionalmente: o *projeto normativo liberal* e o *projeto normativo comunitário*. Esses processos percebem os resultados da modernidade de maneiras opostas, excluindo-se um ao outro: o modelo liberal vislumbra os aspectos positivos da modernidade, acentuando a importância da desvinculação dos destinos individuais frente às concepções de mundo tradicionais; leva às últimas conseqüências o processo de individuação. O modelo comunitário coloca-se de forma cautelosa diante do processo de individuação, salientando a natureza social do ser humano; apresenta como inevitável o restabelecimento de uma normatividade referenciada na coletividade de interesses e aspirações.

O que pretendemos fazer a seguir é apresentar cada um desses projetos típico-ideais de normatividade angariando elementos para, mais a frente, refletirmos sobre um projeto normativo que, ciente das características segmentadoras da modernidade, tire proveito do potencial emancipatório que ela traz em seu seio. Novamente, é preciso dizer que trabalharemos aqui de forma ideal, exagerando aspectos que na realidade mostraram-se menos precisos já que, nas suas formas concretas, resultaram do confronto de forças sociais em muitos momentos divergentes. Nossa intenção não é realizar uma análise histórica mas sim pensar estruturas normativas gerais a partir das quais se tentou responder ao processo de racionalização e individuação próprios à modernidade.

O MODELO NORMATIVO LIBERAL E SUA CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA

O modelo normativo liberal é o resultado direto do confronto do ideário moderno com as concepções de mundo tradicionais. O primado da Razão, resultante da revolução cultural impulsionada pelo Iluminismo, não media esforços “contra o poder do costume, da tradição e da autoridade” (CASSIRER, 1994, p. 315). Aqui, procura-se afastar a normatividade da idéia de direitos tradicionalmente adquiridos salientando a existência de “direitos que temos de nascença” (CASSIRER, 1994, p. 316). De acordo com Cassirer, a fundação do direito natural moderno travou combate tanto contra a doutrina teocrática, que via no direito a expressão de uma vontade divina absolutamente impenetrável e inacessível à razão humana, como também contra o absolutismo estatal.

“Em contraste com essas duas correntes, o direito natural sustenta como tese suprema a existência de um direito que sobreleva todo poder humano ou divino e que é dele independente. O conteúdo da idéia do direito como tal não teve sua fonte no domínio do poder e da vontade mas no da razão pura. Nenhum ato de autoridade pode mudar ou retirar seja o que for ao que essa razão concebe como ‘existente’, ao que é dado em sua pura essência” (CASSIRER, 1994, p. 322).

Quando se fala na “natureza da lei”, o modelo liberal não quer com isso chamar a atenção para a sua existência física, sua realidade material, mas sim para o seu “fundamento puramente imanente” (CASSIRER, 1994, p. 325). John Locke é, sem dúvida nenhuma, a principal referência desta concepção de normatividade que salienta a imanência racional dos direitos de *liberdade, igualdade e propriedade*. Locke (1973) defendia a idéia de que todos os homens se acham, naturalmente, num estado de perfeita *liberdade* “para ordenar-lhes as ações e regular-

lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem” (p. 41). Considerava natural a todo homem o direito à *igualdade* de tratamento já que “nada havendo de mais evidente que criaturas da mesma espécie e da mesma ordem, nascidas promiscuamente a todas as mesmas vantagens da natureza e ao uso das mesmas faculdades, terão também de ser iguais umas às outras sem subordinação ou sujeição” (LOCKE, 1973, p.41). Finalmente, a *propriedade* era considerada um direito inalienável do homem; o autor esforçou-se para mostrar “como os homens podem chegar a ter propriedade em várias partes daquilo que Deus deu à Humanidade em comum, e tal sem qualquer pacto expresso entre todos os membros da comunidade” (p. 51).

Diante desses direitos naturais e inalienáveis, o Estado só faz sentido e só se sustenta na medida em que proporciona as melhores condições para que tais direitos tenham livre curso. Frente a eles, “a função própria e o objetivo essencial do Estado consistem em dar-lhes um estatuto na ordem política, conceder-lhes sua proteção e sua caução” (CASSIRER, 1994, p. 334).

Pode-se dizer, ainda que típico-idealmente, que o processo político correspondente ao modelo normativo liberal é a democracia eletivo-representativa. Stuart Mill, um dos mais importantes liberais a refletir a esse respeito, acreditava que nas sociedades mais complexas e numerosas a participação pessoal de todos mostra-se inviável, a não ser numa porção muito reduzida dos negócios públicos; daí que, para o autor, em sociedades como as nossas, “o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo” (MILL, 1980, p. 38). Conforme o autor, “governo representativo significa que o povo inteiro, ou pelo menos grande parte dele, exercite, por intermédio de deputados periodicamente eleitos por ele, o poder do controle supremo, que deve existir em algum lugar em todas as constituições” (p. 47).

Nesse sentido, o voto é o meio através do qual os cidadãos têm a oportunidade de defender seus interesses privados, escolhendo parlamentares e governantes que irão representá-los. É essa escolha que fará o impacto dos cidadãos sobre a administração uma vez que a sociedade é percebida como um mercado estruturado de uma rede de interações entre pessoas privadas dentro de limites determinados por estatutos legais (HABERMAS, 1994).

O MODELO NORMATIVO COMUNITÁRIO E SUA DIMENSÃO POLÍTICA

O tipo ideal do modelo normativo comunitário caracteriza-se pelo ceticismo diante da aclamada positividade do processo de individuação. Suas respostas aos novos processos sociais atomizantes próprios da modernidade têm um caráter, de certa forma, regressivo. Os comunitaristas salientam que os homens inscrevem-se no interior de contextos históricos e sociais cuja dinâmica se impõe sobre os indivíduos. É a referência às coletividades, às comunidades das quais fazem parte, o lugar de onde os indivíduos moldam suas identidades, sua língua, sua concepção de mundo, suas categorias morais, etc. Neste sentido, argumentam que “os ideais liberais de autonomia moral e de desenvolvimento individual são fundados sobre um conceito de tipo atomista e abstrato, senão contraditório, do sujeito portador de direitos” (COHEN & ARATO, 1993: 49). Segundo os comunitaristas, aquilo que o modelo liberal qualifica como sendo normas universais enraizadas no caráter universal da humanidade nada mais são que normas particulares, originadas em comunidades específicas.

Dessa forma, não se considera como verdadeira a idéia da existência de direitos imanentes a indivíduos abstratos, mas sim os direitos próprios aos membros de um conjunto comunitário: “o verdadeiro fundamento da teoria moral é (...) a comunidade e seu bem, e não o indivíduo

e seus direitos” (COHEN & ARATO, 1993, p. 50). Há um compromisso com a comunidade que estabelece virtudes comunitárias de lealdade e virtude cívica a serem realizadas pelos indivíduos em suas condutas.

O processo político próprio a este tipo ideal de modelo normativo é a democracia participativa. Prima-se aqui pela autodeterminação, pela participação direta, pela igualdade política, pelos debates para a elaboração de escolhas políticas, e pela ação de uma opinião pública autônoma sobre as decisões. A democracia participativa exige que os indivíduos aprendam a tolerar as diferentes opiniões mas também a superar egoísmos (COHEN & ARATO, 1993).

Habermas (1994) entende que nesse modelo está presente a idéia de que a autoridade governamental emerge dos cidadãos, do poder produzido comunicativamente na práxis da autolegislação dos cidadãos. No procedimento político, induz-se a uma prática comunitária da cidadania pública, para todos os níveis das instituições sociais, devendo penetrar o caráter, os hábitos e os sentimentos morais de cada cidadão (COHEN & ARATO, 1993). Nesse sentido, a política é dotada de uma função que transcende a mera mediação de interesses privados: ela é mais constitutiva para os processos sociais na medida em que os membros da sociedade tomam consciência de sua interdependência (HABERMAS, 1994). Segundo o autor, a vantagem desse modelo em relação ao liberal é que ele “preserva o significado original de democracia em termos de institucionalização do uso público da razão exercida conjuntamente por cidadãos autônomos” (p. 3).

Feita essa breve discussão em torno dos dois tipos ideais modernos de modelo normativo, nos deteremos ao debate dos principais aspectos que dão sentido à elaboração do modelo normativo “procedimental”. Nos aproveitaremos, aqui, fundamentalmente, das reflexões de Jürgen Habermas, Jean Cohen, Andrew Arato e Claus Offe para apresentar essa nova alternativa de normatividade.

O MODELO NORMATIVO 'PROCEDIMENTAL' COMO PROJETO POLÍTICO DA MODERNIDADE

O *modelo normativo "procedimental"* parte de dois pressupostos que marcam o processo de modernização das sociedades ocidentais: em primeiro lugar, a complexificação e diferenciação dos subsistemas economia e administração são o resultado do processo evolutivo por que passaram nossas sociedades. Somente a complexificação e diferenciação desses dois subsistemas pôde garantir a reprodução material da vida social em complexas sociedades como aquelas em que vivemos. Os meios de controle dinheiro e poder, que mediam as interações nos âmbitos sistêmicos não podem, por isso, ser substituídos por outros meios próprios a comunidades sistemicamente mais simples¹.

Não se quer dizer com isso que os subsistemas economia e administração devam permanecer inacessíveis a uma regulamentação externa a seus funcionamentos. Offe (1987), inclusive, defende que em decorrência da expansão de opções por que passam as esferas de produção material e de política pública, surgem problemas de coordenação e de compatibilidade. Daí a necessidade de mecanismos de regulação que dirijam a seleção de opções de maneira a harmonizá-las mutuamente, impedindo o livre curso de estragos que a excessiva expansão de suas dinâmicas pode acarretar. O que está em questão não é a supressão da burocracia, da racionalidade econômica e da divisão social. Caso isso fosse feito, haveria um desabamento fatal da produtividade, perda de toda ori-

¹A respeito do meio poder, Habermas (1990b) defende que, nas sociedades modernas, "operando no âmbito das leis, a administração obedece a critérios próprios de racionalidade; da perspectiva da aplicação do poder administrativo o que conta não é a razão prática do uso das normas, mas a eficácia na implementação de um programa dado. Assim, o sistema político lida com o direito de uma maneira precisamente instrumental..."(p. 108-9).

entação social clara e supressão do pluralismo (COHEN & ARATO, 1993). Deve haver uma regulação externa, proveniente dos âmbitos de ação comunicativamente mediados, mas com uma postura *auto-limitada*: não se trata de tomar para a sociedade civil a tarefa de gerir a reprodução material da sociedade mas de estabelecer parâmetros e objetivos para seu funcionamento que estejam de acordo com necessidades apontadas como essenciais.

O segundo pressuposto do qual se parte é que a razão comunicativa é o meio pelo qual consensos podem ser atingidos num momento em que as concepções de mundo totalizantes perderam sua eficiência na tarefa de dotar os indivíduos de interpretações em situações do cotidiano e na tarefa de estabelecer-lhes objetivos comuns. Agora, as possibilidades de interação passam a depender das condições de um entendimento racionalmente alcançado. A partir da capacidade reflexiva que a modernidade dota os indivíduos, os pontos de vista subjetivos a cada participante da interação são superados por consensos racionalmente alcançados.

Portanto, o modelo “procedimental” parte do pressuposto de que é possível elaborar normas que regulem a interação dos indivíduos a partir da ação comunicativa; tal procedimento dá flexibilidade às buscas de consenso que vão se pautar pelas particularidades das situações que exijam um determinado acordo. Mas, vale dizer que, aqui, “uma norma só pode reivindicar sua validade a partir do momento em que ela é aceita sem constrangimento por todos os participantes à argumentação (...) e no mesmo nível. (...) toda discussão prática deve ter lugar nas condições de uma participação livre e com chances iguais de todos os sujeitos envolvidos” (HONNETH, 1991, p. 46).

Apontados esses dois pressupostos fundamentais do modelo “procedimental”, vamos aos elementos que o constituem.

O modelo normativo “procedimental”, que tem em Jürgen Habermas sua principal referência teórica, não se afirma em contraposição

absoluta ao modelo normativo liberal e ao modelo normativo comunitário. Na verdade, aproveitando-se de vários elementos que estão no cerne de cada um desses modelos, Habermas procura redirecioná-los e a eles acrescentar aspectos que melhor se adequem à dinâmica da modernidade, sempre tendo como horizonte futuro um projeto de emancipação.

Salientando o processo de individuação, o modelo liberal procurava fundamentos ontológicos individualistas na determinação de direitos. Em reação a isto, o modelo comunitário acentuou o caráter histórico e social da normatividade, defendendo a supremacia da vontade coletiva sobre os interesses particulares. O modelo “procedimental” procura assegurar as conquistas do processo de individuação que torna os indivíduos autônomos na consecução de suas preferências e aspirações mas percebe o princípio de universalidade como sendo fundamental para uma normatividade que garanta a integração social:

“Assumindo o fato de que as identidades individuais e coletivas são adquiridas pelos processos complexos de socialização, que implicam, a sua vez interiorizar as normas e as tradições sociais e desenvolver as capacidades de reflexão e crítica ‘vis-à-vis’ normas, princípios e tradições, a concepção que constitui o núcleo desta teoria é uma concepção intersubjetiva e interativa de individualidade e de autonomia”(COHEN & ARATO, 1993, p. 64).

O que se propõe aqui é colocar sobre o mesmo plano os componentes individuais e privados da esfera normativa e seus componentes públicos e associativos de tal forma que a idéia de autonomia moral não adquira a concepção de um individualismo possessivo e de tal forma que a idéia de universalidade não ganhe a concepção de preeminência do coletivo sobre o individual.

“Numa palavra, os direitos não asseguram somente a liberdade negativa, a autonomia dos indivíduos privados e autonomizados, eles garantem igualmente interação comunicativa...dos indivíduos entre eles nas esferas públicas e privadas da sociedade civil, como [também] uma nova relação dos indivíduos com as esferas públicas e políticas da sociedade e do Estado” (COHEN & ARATO, 1993 , p. 65).

Busca-se, pois, a igualdade sem com isso impor a similaridade.

A participação em igualdade de chances nas discussões práticas exige, de um lado, a possibilidade de acesso igualitário às informações sociais necessárias à afirmação argumentada de convicções morais e, de outro, o grau de reconhecimento social necessário à posição e à defesa das visões morais. Por isso, a concepção de justiça social aqui não se refere às condições de uma repartição igualitária ou contratual dos meios de existência, mas sim às condições institucionais e culturais que permitam aos indivíduos ter atitudes e qualidades para o exercício de liberdades (HONNETH, 1991).

Fica claro, agora, o termo *democracia “procedimental”*: a preocupação de Habermas está em institucionalizar os *procedimentos e condições ideais de comunicação*. Para Habermas (1994), é importante que se tenha em mente que um tipo legítimo de “barganha” política depende de uma pré-regulamentação de termos justos para a busca de resultados, termos estes que sejam aceitáveis para todas as partes sobre a base de suas diferentes preferências. Assim, o processo de formação de vontade política não retira sua força legitimadora de uma prévia convergência de um conjunto de convicções éticas, e nem de direitos imanentes aos indivíduos mas , sim, de pressupostos comunicativos que permitam que os melhores argumentos prevaleçam, e de *procedimentos* que assegurem processos justos de barganha (HABERMAS, 1994).

As discussões a respeito do processo político neste modelo normativo sugerem a criação de novas formas de mediação entre os indiví-

duos, entre si, e entre a sociedade civil e a economia e a administração. No primeiro caso, trata-se de garantir direitos de liberdade de pensamento, imprensa, fala, enfim, de comunicação com procedimentos que assumam o potencial reflexivo que o mundo da vida racionalizado dota os indivíduos. Revendo valores e comportamentos tradicionais, os indivíduos, isoladamente ou no interior de associações de caráter voluntário, podem pautar suas relações por uma normatividade elaborada a partir de uma motivação racional de busca de consenso.

No segundo caso, sugere-se a criação de novas relações, *auto-limitadas*, entre as esferas institucionais do mundo da vida e o Estado e a economia. No caso dos processos políticos, não se trata, como lembram Cohen & Arato (1993), de estabelecer um tipo de participação que substitua os organismos institucionais da democracia representativa. Trata-se, sim, de enriquecer a vida pública com novos valores e questões, contribuindo para a reprodução daquele consenso que o modelo eletivo pressupõe e não atinge. Tal modelo deve “coabitar com o sistema de partidos concorrenciais, e não ter por objetivo desbancá-los. Nossa concepção de sociedade civil conserva assim o núcleo normativo da teoria democrática afirmando-se compatível com os pressupostos da modernidade” (COHEN & ARATO, 1993, p. 62).

No debate em torno do modelo “procedimental” encontra-se explícita a idéia de que vivemos um momento de efervescência da sociedade civil que dá sentido à expectativa de que o “projeto emancipatório da modernidade” vem se concretizando na dinâmica da vida social de forma gradativa e efetiva. Os novos movimentos sociais, dinamizados por preocupações de uma nova ordem, parecem ser os atores sociais que estão no cerne dessas transformações. É sobre essa efervescência social que falaremos a seguir. Nosso referencial teórico a respeito do conceito de *sociedade civil* é a reelaboração que Jean Cohen e Andrew Arato fazem do

instrumental analítico habermasiano. Cohen (1985) defende a idéia de que Habermas, na *Teoria da Ação Comunicativa*, realizou uma análise incompleta deste conceito. Os autores procuraram melhor especificar o que se entende por sociedade civil a partir da idéia de mundo da vida. Entendendo o mundo da vida como um reservatório de tradições e conteúdos comuns no qual se nutrem os membros de um dado grupo social em suas interações cotidianas, Cohen e Arato se centram em sua dimensão institucional, que envolve aparatos cuja tarefa é preservar tradições, solidariedades e identidades, para definir o conceito de sociedade civil (ARATO, 1995; AVRITZER, 1993; COHEN, 1985; COHEN & ARATO, 1992 e 1993; COSTA, 1994).

A SOCIEDADE CIVIL FALANTE: UMA NOVA SOCIABILIDADE EM QUESTÃO

O momento histórico em que a revitalização do debate em torno do conceito de sociedade civil se deu nos é extremamente próximo. Pode-se dizer que é em meados da década de 70 que o papel político da sociedade civil passou a ser revigorado e apontado como o *locus* de um novo processo emancipatório. A efervescência das atuações de indivíduos associados voluntariamente deu margem a perspectivas de novas formas de sociabilidade. As dinâmicas que a vida social, política, econômica e cultural que o Leste europeu, a Europa Ocidental e os Estados Unidos, e a América Latina ganharam nos anos 70 são apontadas como a origem de processos que vieram se desencadear na redefinição de questões políticas e culturais. Afirma-se que esse processo teve início exatamente na Polônia quando da emergência de movimentos populares – como o *Solidariedade* – que levantavam a bandeira política da liberdade de expressão,

da liberdade de associação e reunião, de participação política, enfim, de termos correntes nas democracias políticas do Ocidente (AVRITZER, 1993; ARATO, 1995; COHEN & ARATO, 1993; COSTA, 1994).

Nos Estados Unidos e Europa ocidental esse processo é associado à emergência dos novos movimentos sociais em reação a um conjunto de fatores que atestava a incapacidade do Estado de bem-estar social de encontrar respostas a problemas de ordem social e cultural. Reage-se contra as perversidades do excessivo intervencionismo do Estado keynesiano em esferas da vida que passaram a ser regulamentadas e controladas por meios administrativos, prejudicando os processos de reprodução cultural, integração social e socialização e de formação da opinião pública e da vontade política.

Na América Latina, o revigoramento do debate em torno do conceito de sociedade civil se deu em meio a um processo em que, paralelamente à abertura política, surgiram novas formas de se fazer política e de se exigir direitos. Os movimentos sociais na América Latina representaram a entrada em cena de setores sociais tradicionalmente excluídos da vida política que, desvinculados da dinâmica partidária e dos sindicatos, lutavam pelo atendimento de carências básicas e pela ampliação do acesso ao espaço público (Cardoso, 1984; DURHAM, 1984).

Assim, esses três contextos marcam o início de um debate que passa a salientar a organização autônoma de setores sociais, desvinculados dos espaços de circulação dos meios de controle administrativos e econômicos, que deram início à reconstrução de laços sociais, referências sociais e espaços de socialização que vinham se perdendo ao longo dos anos que os antecederam. Assinala-se, pois, a emergência de um grande número de associações espontâneas, em que os indivíduos relacionam-se livres de quaisquer coerções, onde prevalecem contatos horizontais que refletem o adensamento de práticas intersubjetivas de deliberação e execução de questões em torno das quais esses indivíduos se coadunam

(HABERMAS, 1990b). Afirma-se que tal emergência liga-se ao surgimento de problemas que se localizam nos “pontos de sutura” entre as esferas sistêmicas e o mundo da vida fato que as faz adotar uma postura de ‘defesa’ dos âmbitos comunicativamente mediados frente aos subsistemas economia e administração; mas, afirma-se também que tais associações postam-se “ofensivamente” na medida em que “tentam colocar questões de relevância para o conjunto da sociedade, (...) [buscando] interpretar valores de novas maneiras e mobilizar-se pelas boas causas, denunciando as más, [além de] exercerem pressão sobre o parlamento, a justiça e os governos em favor de determinadas políticas” (COSTA, 1994, p. 48): buscam, pois, fortalecer uma terceira arena de poder, que possa fazer frente ao Estado e ao mercado, reforçando seu papel central na integração social.

Todas essas características dão certa unidade aos fenômenos sociais que tiveram lugar no Leste europeu, na Europa Ocidental e Estados Unidos, e na América Latina podendo ser entendidos, guardadas as suas especificidades, como dinâmicas sociais que resultaram de transformações recentes das sociedades industriais. Considerando as particularidades dos aspectos que caracterizam cada um daqueles contextos, podemos colocar num mesmo plano as conseqüências negativas que os Estados autoritários do Leste da Europa e da América Latina e o Estado Keynesiano no Ocidente europeu e nos Estados Unidos provocaram na reprodução simbólica dessas sociedades. Esses processos concretizaram aquilo que Habermas qualifica como “colonização sistêmica do mundo da vida”. A reação dos indivíduos associados voluntariamente, à margem das esferas políticas “oficiais”, buscando um novo desenho político que almeja socializar a política e o poder sem querer tomar para si as tarefas próprias à administração e ao mercado são também indícios de que esses fenômenos fazem parte de um mesmo processo. São aspectos que dão sentido às expectativas de que o ressurgimento da sociedade civil, dina-

mizada por novos princípios, possa levar adiante o projeto inacabado da modernidade.

Mas, para além dessa inegável unidade, estamos cientes das diversidades daqueles que dão dinâmica à sociedade civil. A bibliografia que se detém a esse respeito assinala vários aspectos que marcam descontinuidades e que sugerem as dificuldades de se pensar um projeto político único. Arato (1995) lembra que as associações e grupos sociais, de fato, não se apresentam num plano único: o tamanho, a lógica, a extensão temporal e espacial, o papel político, o nível de organização, o número de questões discutidas, o papel dos interesses, o processo de formação de identidades são muito diferentes em cada um deles. O ressurgimento da sociedade civil é, sem dúvida nenhuma, marcado por essas descontinuidades, como não poderia deixar de ser, tendo em vista a 'polifônica' modernidade em que se encontram inseridos, e as particularidades dos contextos em que emergem. A riqueza dessas diferenças não poderia ser desconsiderada sem que se incorresse num equívoco sociológico.

Conforme afirmamos, a bibliografia que lida com a temática da sociedade civil é bastante reveladora desses aspectos. Tendo isso em mente, procuraremos, a seguir, pensar os principais atores da renovada sociedade civil – os *novos movimentos sociais* – em quatro aspectos: os *atores sociais* que deles fazem parte, as *questões* por eles levantadas, seus *valores*, e seus *modos de ação/organização*. Com isso, apresentaremos alguns dos elementos que lhes dão unidade.

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS LUTAS EM TORNO DA GRAMÁTICA DAS FORMAS DE VIDA

Os novos movimentos sociais são os atores sociais e políticos que se nos apresentam levantando questões e sugerindo novos modelos de sociabilidade em resposta à dinâmica que as sociedades ganharam no seu

período de industrialização avançada. A questão que de início nos surge é, pois, até que ponto os novos movimentos sociais representam uma continuidade em relação aos movimentos emancipatórios anteriores e qual o momento em que o rompimento desse *continuum* define os aspectos característicos que lhes dão especificidade? O que os movimentos da última terceira parte do século XX têm em comum com os movimentos burgueses emancipatórios dos séculos XVIII e XIX e em relação aos movimentos dos trabalhadores dos séculos XIX e XX e em que momento eles se diferenciam?

Claus Offe (1987) defende que os movimentos políticos e sociais da burguesia dirigiam-se contra os privilégios de tomada de decisão e contra as arbitrariedades das elites políticas pré-burguesas. Já, os movimentos dos trabalhadores dirigiam suas preocupações contra a pobreza e a desigualdade social que vinham se expandindo com o processo de industrialização. O autor salienta que o Estado democrático constitucional é a própria realização evolucionária que emergiu da conjunção parcial do movimento social da burguesia com o florescente movimento dos trabalhadores.

O Estado de bem-estar social, constituído no pós-II guerra das sociedades da Europa ocidental, por sua vez, foi forjado – não só mas também – a partir das reivindicações do movimento não comunista dos trabalhadores. Do pós-II guerra até os anos 70, as questões centrais aos movimentos eram, fundamentalmente, aquelas relativas ao crescimento econômico, à distribuição de riqueza e à segurança, deixando de lado conflitos sobre a ordem institucional e legal das sociedades nacionais (OFFE, 1985). Acreditava-se que os mercados livres eram, funcionalmente falando, os mais eficientes na continuação do crescimento econômico; não se concebia qualquer outro arranjo melhor na execução dessa tarefa. O Estado de bem-estar social, atuando de forma a aparar as conseqüências malélicas do mercado, era legitimado na tarefa de distribuir a produção de riquezas, assimilando as reivindicações do movi-

mento operário além de proporcionar garantias contra ‘comportamentos desviantes’ que pusessem em cheque a ordem legal, econômica, política e familiar (OFFE, 1985). O arranjo político estabelecido e concordado era a forma de democracia política, mediada por partidos representativos em competição.

Pode-se dizer, então, que os *atores* desses movimentos eram grupos definidos sócio-economicamente – as classes sociais – envolvidos, fundamentalmente, no conflito distributivo. As *questões* nas quais centravam suas preocupações eram aquelas relativas ao crescimento econômico, distribuição e seguridade social; e seus *modos de ação* eram, no plano interno, a organização formal de associações representativas de larga escala e, no plano externo, a competição político-partidária e a intermediação de interesses pluralistas e corporativistas (OFFE, 1985).

A continuidade dos novos movimentos em relação aos que os precederam, para o autor, está no fato de que, em primeiro lugar, sem as realizações acumuladas dos movimentos democrático-burgueses e socialistas-proletários não haveria nem a ocasião nem a possibilidade dos novos movimentos sociais emergirem. Em segundo lugar, os *valores* centrais dos novos movimentos sociais – a liberdade individual, a autonomia e os princípios universalistas e humanistas –, são valores, em sua origem, modernos; o que na verdade ocorre é uma mudança de ênfase e um redirecionamento novos desses valores. É isso que, para Offe (1985), caracteriza os novos movimentos sociais como não sendo nem pré-modernos e nem pós-modernos:

“eles são, na verdade, contemporâneos das sociedades em que vivem e contra cujas instituições de racionalidade econômica e política se opõem. Essa oposição não ocorre primariamente entre ‘velhos’ e ‘novos valores’ mas entre pontos de vista conflitantes (...) dentro do repertório de valores modernos” (OFFE, 1985, p. 849).

Feitas essas primeiras considerações, discorreremos, agora, sobre aqueles elementos que marcam a descontinuidade dos novos movimentos sociais a partir de quatro aspectos-chave: *atores, questões centrais, valores, e modos de ação/organização*².

É freqüente na bibliografia a idéia de que a posição sócio-econômica dos *atores* que compõem os novos movimentos sociais é, fundamentalmente, a classe média, a despeito de não fazerem a defesa de interesses de classe, no sentido clássico do termo: os atores dos novos movimentos sociais, de fato, não levam adiante os valores clássicos de uma classe sócio-econômica (BAGGULEY, 1992; COHEN, 1985).

A esse respeito, Eder (1985) entende que os novos movimentos sociais são, historicamente falando, uma segunda onda do protesto do 'homem honesto' e 'democrata radical' pequeno burguês do século XIX. Para o autor, a moralidade da nova pequena burguesia é uma continuidade daquela tradição: "o retorno à experiência direta, à natureza antropomorfa e o velho sonho da paz eterna, liberação pelo grupo e no grupo são lugares-comuns que reformulam o antigo pensamento pequeno burguês" (p. 877). Segundo Eder, este tipo de protesto coletivo está baseado em uma estrutura objetiva que é característica da pequena burguesia: no seu desenvolvimento, é a parte da burguesia que nunca foi bem sucedida em tornar-se realmente burguesa, mas nunca tornou-se proletariado em função de seu controle sobre os meios de produção e atividades estatal-burocráticas. Hoje, o avanço social da classe média encontra-se ligado ao desenvolvimento da chamada sociedade de serviço que vem fazendo emergir uma nova classe média: nela, chamam a atenção os administradores dos clientes do Estado de bem-estar, os assistentes sociais, psicólogos, professores, etc., enfim, aqueles que promovem os reparos sociais, cuja tarefa é zelar pelas compensações sociais de outras pessoas, e não deles mesmos.

² Seguimos aqui a sugestão esquemática de Claus Offe (1985).

Offe (1985) compartilha com Eder a idéia de que a base social dos novos movimentos é, em sua essência, a nova classe média. Algumas de suas principais características são: seu alto nível de informação, uma segurança econômica relativa e a ocupação de serviços pessoais. Isso lhes permite um mais fácil acesso à natureza particular dos problemas contra os quais se organizam e melhores condições de julgamento sobre aspectos sistêmicos “abstratos” e complexos. Suas demandas são “class-unspecific”, dispersas e até mesmo universalistas. De acordo com o autor, a “política da nova classe média, em contraste com a maioria das políticas da classe trabalhadora, (...) é tipicamente uma política de uma classe mas não em benefício de uma classe”(OFFE, 1985, p. 833).

As *questões* em torno das quais os novos movimentos sociais se concentram podem ser definidas, ainda que genericamente, como sendo aquelas vinculadas ao *medo* e à *ansiedade* resultantes das violações ou ameaças à integridade física e simbólica do corpo, da vida ou do modo de vida por parte de arranjos institucionais da sociedade industrial avançada, por parte da sua produção material e a inovação científico-tecnológica a ela vinculada (OFFE, 1987). Se nos séculos XVIII e XIX o eixo de preocupação dos movimentos liberal-burgueses era *Liberdade X Privilégio*, se nos séculos XIX e XX o eixo de luta do movimento trabalhador social-democrata era *Justiça Social e Segurança Econômica X Propriedade Privada e Poder Econômico*, o eixo de conflito em torno do qual os novos movimentos sociais se concentram é *Medo, Dor e Destruição (física ou simbólica) X Integridade, Reconhecimento e Respeito* (OFFE, 1990).

A referência principal aqui é, sem dúvida nenhuma, a análise realizada por Habermas; segundo o autor: “os novos conflitos se desencadeiam não em torno de problemas de distribuição, mas em torno de questões relativas à gramática das formas de vida” (HABERMAS, 1990c, p. 556).

Vale lembrar que, para Habermas, somente os âmbitos de ação que cumprem funções econômicas e administrativas podem ficar regula-

dos pelos meios de controle dinheiro e poder. No momento em que esses meios transbordam as esferas sistêmicas atuando nos âmbitos de reprodução cultural, de integração social e de socialização – âmbitos, portanto, comunicativamente estruturados –, ocorre o que o autor chama de *colonização sistêmica do mundo da vida*. O resultado é o aparecimento de ‘patologias laterais’, tais como perda de sentido, perturbações de identidade coletiva, anomia, perda de motivação, crise de orientação, alienação, psicopatologias, perda de tradições, e outras. É em torno desses problemas, resultantes dos processos de reificação, que emergem os novos movimentos sociais, lutando contra os ‘déficits comunicativos’ que a reprodução cultural, a integração sistêmica e a socialização sofrem. Daí não poderem ser apaziguados por compensações financeiras ou por mecanismos burocráticos. O fato de se ligarem a questões de qualidade de vida, de igualdade de direitos, de autorrealização individual, de participação e de direitos humanos os diferencia substancialmente dos “antigos” movimentos.

Nesse sentido, tendo em Habermas uma referência central, Claus Offe (1990) entende que o desapontamento dos novos movimentos sociais se relaciona com as falhas evidentes e os impactos negativos do processo de modernização.

“A crítica é direta contra as dinâmicas de crescimento industrial e mudança técnico-científica que tornaram-se autonomizadas... de todos os laços sociais de responsabilidade, de um lado, e contra o funcionamento de um ‘welfare warfare state’ comprometido com o valor central de segurança (social e militar), de outro” (OFFE, 1987, p. 15).

As *questões* são uma resposta aos efeitos colaterais negativos da ‘expansão sem fronteiras’ da racionalidade econômica e política invadindo a infra-estrutura simbólica das informais relações sociais e da

produção de significados. Assume-se, assim, que as instituições econômicas e políticas existentes são estruturalmente incapazes de lidar com ameaças globais, riscos e privações fomentados por elas mesmas (OFFE, 1985).

Em relação aos *valores* sobre os quais os novos movimentos sociais emergem, já tivemos oportunidade de mostrar como representam continuidades frente aos “antigos” movimentos, caracterizando-os como reações essencialmente modernas às sociedades em que se encontram. Vale aqui, contudo, chamar a atenção para a releitura que os novos movimentos fazem desses valores. Defendem que liberdade individual, autonomia e princípios humanistas e universalistas não podem ser atingidos através do progresso técnico-científico – como acreditavam os movimentos que os precederam –, mas através de uma recuperação da noção da importância das relações comunicativamente mediadas sobre bases não mais tradicionais. Inglehart (1990) entende que essa mudança de enfoque marca a modificação de ênfase em direção a valores pós-materialistas, isto é, valores que priorizam a auto-expressão e a qualidade de vida em oposição àqueles que dão prioridade à segurança econômica e física (os valores materialistas). O autor aponta o movimento ambientalista como o exemplo primordial dessa mudança de ênfase pós-materialista: com uma referência explícita à qualidade do ambiente físico e com uma preocupação com a qualidade do ambiente social “eles buscam relações menos hierárquicas, mais íntimas e informais entre as pessoas” (p. 45). Para nós, porém, os novos movimentos ambientais devem ser entendidos como portadores de uma crítica moderna da modernização (OFFE, 1985).

Finalmente, os novos movimentos sociais têm uma *forma de organização* e um *modo de ação* que lhes dão especificidade.

Do ponto de vista organizacional, lhes é característica, num momento inicial de constituição, a indiferenciação de status entre seus membros: há uma confiança na “desdiferenciação” no processo de to-

mada de decisões entre aqueles que fazem parte do movimento, predominando, por isso, uma pobre e transitória demarcação entre funções de “membros” e de “líderes” (OFFE, 1985); ao invés de líderes, no sentido formal do termo, há “spokespersons” ou organizadores que executam determinados serviços. À medida em que os movimentos vão se fortalecendo e ampliando suas atividades e o número de seus membros, sente-se a necessidade de uma auto-transformação em direção a maior organização, momento em que ocorre maior formalização dos papéis dos membros de forma a tornar mais explícita a diferença entre, de um lado, membros e não-membros e, de outro, membros e líderes (OFFE, 1990).

Percebe-se grande resistência à institucionalização por parte de seus membros: resiste-se, de um lado, ao processo de institucionalização e formalização internas ao movimento. Segundo Offe (1990), há a oposição daqueles que temem que qualquer passo em direção à formalização pode envolver a perigosa burocratização, centralização, alienação e desradicalização. Nesse ponto de vista, a atividade de protesto, espontânea, local... é mais efetiva e promissora para as causas do movimento; qualquer formalização organizacional que vá além da “rede perdida” de iniciativas independentes torna-se suspeita de contraproducente. Há reais temores de que a institucionalização seja paga por perda de autonomia, perda de identidade e desenraizamento.

Este primeiro aspecto se une à resistência de formalizar uma participação na política “oficial”. Por isso é que os movimentos agem de forma mais independente do que os movimentos que os precederam. Eles têm reservas, até mesmo, àqueles partidos de protesto que afirmam representá-los na política parlamentar (RUCHT, 1990). Tal rejeição liga-se à idéia de que os meios administrativos “oficiais” encontram-se exauridos na tarefa de resolver alguns dos mais importantes problemas na moderna sociedade:

“em áreas de política onde as paixões, identificações, significados coletivamente compartilhados e predisposições morais dentro do ‘mundo da vida’ de atores sociais (e não seus interesses econômicos) são os parâmetros essenciais que precisam ser mudados para se atingir uma solução, os... modos convencionais de intervenção são virtualmente inefetivos ou mesmo contraprodutivos” (OFFE, 1990: 247-48).

Scherer-Warren (1995) assinala, ainda, que os movimentos buscam travar relações plurais através de redes de atuação formada por setores diversos. Busca-se, através de fóruns, encontrar soluções para problemas que estejam em questão. Com isso, visa-se “a ampliação do espaço da cidadania e democratização do poder local e regional” (p. 170). Através da formação dessas redes, procura-se, juntamente com setores de agências financiadoras de projetos populares, segmentos dentro do Estado, diferentes ONGs, lideranças formais e informais a “construção de um movimento social mais amplo, que possa visar transformações no âmbito local, regional, nacional e às vezes transnacional” (SCHERER-WARREN, 1995, p. 176).

Sugeridas essas características próprias, fundamentalmente, aos novos movimentos sociais da Europa Ocidental e Estados Unidos – que mostraram-se envolvidos principalmente com questões que se referem à “gramática das formas de vida” –, a questão que se nos apresenta é: como pensar esses aspectos caracterizados pelo debate em torno dos novos movimentos sociais em um país como o Brasil? Em que medida a revitalização da sociedade civil brasileira levanta questões que giram em torno de problemas da ‘gramática das formas de vida’? Nossa intenção aqui é problematizar algumas das particularidades dos novos movimentos sociais brasileiros tendo como referência a análise até aqui realizada.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS: ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS E A GRAMÁTICA DAS FORMAS DE VIDA

A experiência da revitalização da sociedade civil na Europa ocidental não pode ser colocada, indiscriminadamente, em 'pé de igualdade' com a experiência brasileira por motivos óbvios: os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais têm particularidades decisivas aos novos atores sociais e políticos que têm entrado em cena nos últimos 20 - 30 anos na Europa e no Brasil. Apenas para constar, vale dizer que o crescimento econômico atingido pela maior parte dos países da Europa ocidental aliado à forte mobilização da população, impulsionada por uma cultura política marcadamente democrática (principalmente no pós-II Guerra), proporcionaram uma conjunção de fatores que possibilitou níveis de vida e satisfação de necessidades impensados para um país como o Brasil. Questões de saúde, educação, transporte, alimentação, habitação e outros, na plena vigência do Estado de bem-estar social, deixaram de ser problemas sociais que afligiam os atores políticos e sociais que emergiram em fins dos anos 60, início dos anos 70.

No Brasil, por outro lado, assistiu-se a um processo de industrialização desordenado, feito às custas da pobreza de boa parte da população que, de uma hora para outra, viu-se expulsa do campo sem quaisquer recursos políticos, econômicos e culturais para reivindicar a sua parte na economia em crescimento. O quadro que daí se forjou foi dos piores: centros urbanos inchados, desigualdade econômica e social separando estratos sociais por distâncias abissais, e uma cultura política que muito lentamente foi apresentando à população a importância da palavra 'cidadania'. Saúde, alimentação, habitação e outros são problemas que se misturaram a questões próprias da 'gramática das formas de vida'. O país vive, então, o surgimento de problemas típicos das sociedades industriais avançadas simultaneamente a questões ligadas à distribuição de riqueza.

Não é de se estranhar, pois, que os movimentos ambientalistas brasileiros, ao lado da defesa de reservas florestais e da qualidade do ar dos centros urbanos, reivindiquem saneamento básico para bairros inteiros de grandes cidades; que movimentos feministas lutem pelo aumento do número de maternidades e pela melhoria no atendimento às gestantes de setores sociais desprivilegiados; que movimentos de direitos humanos exijam maior atenção a presidiários condenados não por divergências político-ideológicas mas em consequência de atos isolados estimulados pela condição de miséria em que se encontram. Nesse sentido:

“Enquanto na Europa e América do Norte são entendidos como ‘novos movimentos sociais’ sobretudo os movimentos de mulheres, ecológicos, pacifistas e anti-nucleares, abriga-se sob o conceito, na América Latina, entre outros, ao lado de grupos de mulheres e preservacionistas, associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais ‘tradicionais’, grupos de ajuda mútua dos pobres e desempregados, comunidades eclesiais de base, associações de base étnica, movimentos regionais, como também, iniciativas nos campos de uma educação e uma arte populares” (COSTA, 1994, p. 48).

Cardoso (1984), num trabalho que marcou o debate em torno da emergência dos movimentos sociais no Brasil, mostra que os anos 70 trouxeram à cena política setores sociais populares que até então eram excluídos da dinâmica política do país. Já que tais atores não expressavam estritos interesses de classe, passaram a ser qualificados de ‘classes populares’; “o seu uso é quase metafórico, pois sintetiza a idéia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardam a capacidade de distinguir suas necessidades básicas e irromper de tempos em tempos, reclamando maior igualdade. Foi privilegiando a dimensão política que se definiu este novo ator que não luta apenas por

melhores salários, mas generaliza suas reivindicações buscando uma sociedade mais democrática” (CARDOSO, 1984, p. 224). Verificou-se, então, que as ‘classes populares’ atuavam num duplo jogo, a saber, a luta pelo reconhecimento de direitos de cidadania e a viabilização de demandas, diminuindo as carências em torno das quais se organizavam.

Também Durham (1984) mostra que os movimentos sociais reivindicam o atendimento de novas necessidades, lutando pelos benefícios do desenvolvimento econômico e pela ampliação do acesso ao espaço político. A autora chama a atenção também para o fato de que os movimentos sociais não se restringem àqueles com uma base nitidamente popular. Segundo Durham (1984), “o crescimento das cidades não afeta apenas as camadas mais pobres, e as modificações concomitantes nos padrões de consumo não se restringem à necessidade de novos serviços públicos, mas afetam profundamente todo o modo de vida, provocando a emergência de uma nova cultura, no sentido antropológico. O movimento feminista e o movimento ecológico são os exemplos mais claros dessa transformação cultural” (p. 26). Para a autora, “esse tipo de movimento talvez corresponda a transformações recentes da sociedade industrial capitalista” (p. 25).

É interessante a idéia trabalhada por Cardoso e Durham de que a partir de carências que lhes são comuns, diferentes indivíduos unem-se estabelecendo identidades coletivas. Tais carências variam muito, indo desde a ausência de elementos que são básicos à vida nas cidades até o sentimento de tratamento discriminatório: isso dá sentido à emergência de movimentos como o das mulheres, dos homossexuais, dos negros, dos moradores de uma rua, dos freqüentadores de um parque público ou de usuários de um determinado serviço (DURHAM, 1984). Aqui, pouco importa se existem diferenças de nível econômico entre os participantes já que é o compartilhar de carências, percebidas como injustas, que possibilita a formação dos movimentos (CARDOSO, 1984). E o mais interessante: “Algumas vezes, parece que os movimentos sociais saem à rua

para perder. Conta menos a vitória que a união em si, que o sentimento de perder.” (CARDOSO, 1984, p. 234).

O lado expressivo e o lado reivindicativo, nesse sentido, encontram-se sempre e necessariamente juntos entre os movimentos contemporâneos (Cardoso, 1984). É como se os membros dos movimentos quisessem reatar laços sociais, identidades e percepções de mundo a sua volta perdidos com as violentas transformações que a modernização da sociedade brasileira acarretou. Naturalmente, essas reconstruções se dão sobre bases novas, não tradicionais, como dão mostras as questões em torno das quais os movimentos emergem. A experiência de ‘publicizar’ carências faz ampliar a sociabilidade dos atores envolvidos nos movimentos em esferas que não se restringem às da vida privada: é um novo processo em que se verifica a constituição de pessoas na esfera pública (DURHAM, 1984). Segundo a autora, “os movimentos são plenamente sociais, não apenas por suas características internas, mas inclusive pelo fato de estarem voltados ‘para fora’, estabelecendo novos canais de comunicação dos indivíduos com a sociedade e o Estado. Sem isso, seriam antes seitas que movimentos” (p. 29).

Os movimentos sociais brasileiros guardam, como uma de suas características centrais, uma autonomia e independência frente às esferas políticas “oficiais”. O receio de se vincularem a partidos políticos se liga às possibilidades de desvirtuamento de seus fundamentos; no momento em que são usados com objetivos político-partidários, há uma quebra do consenso interno sobre o qual criam suas identidades (CARDOSO, 1984; DURHAM, 1984).

Por fim, vale aqui constatar que apesar de parte dos movimentos sociais no Brasil se organizar formalmente através de mecanismos de representação e escolha de líderes, é o modelo comunitário de organização que se encontra em expansão: desprivilegiando a institucionalização da representação, acentua-se a participação permanente tanto no processo de tomada de decisão como na própria execução (DURHAM, 1984).

Esses aspectos nos fazem discordar da argumentação de Costa (1994), conforme a qual, frente aos diferentes universos empíricos da América do Norte e Europa ocidental, de um lado, e do Brasil, de outro, a unidade do 'fenômeno' social dos novos movimentos só pode se manter a partir do aspecto '*autonomia/independência em relação ao Estado*', cujo resultado é a produção de uma nova dinâmica política. Somente isso, para o autor, consegue desfazer o 'impasse conceitual' decorrente da diferença dos tipos de reivindicação dos novos movimentos em cada um dos diferentes contextos.

Para nós, as semelhanças vão além desse aspecto levantado: primeiramente, se, de um lado, os novos movimentos sociais brasileiros lutam por questões ligadas à distribuição de riquezas, de outro, lutam também por aspectos que apontam para uma nova gramática das formas de vida: a existência expressiva de movimentos feministas, étnicos, homossexuais, ambientalistas/ecológicos e a ênfase dada pelos outros movimentos à igualdade dos cidadãos e à publicidade de carências são reveladoras da luta por formas de vida emancipadas, não-tradicionais.

Em segundo lugar, se de fato vivemos problemas de segurança social já superados pelos países centrais, por outro lado, experienciamos problemas típicos das sociedades industriais avançadas. Urbanização acelerada, êxodo rural, convivência de indivíduos com "backgrounds" culturais bastante diferentes sem dúvida impulsionam processos que, como falamos anteriormente, estão na base da modernidade: também no contexto brasileiro assiste-se ao enfraquecimento do poder interpretativo de concepções de mundo tradicionais, a esgarçada do tecido social e problemas ligados à formação de identidades.

Em terceiro lugar, há que se constatar que o Estado brasileiro além de não apresentar respostas satisfatórias às demandas relativas à gramática das formas de vida, nem mesmo as necessidades básicas da população são atendidas eficientemente. A emergência, por exemplo, de associações de moradores é um dos reflexos dessa verdade. Mesmo

quando o Estado brasileiro abre possibilidades de diálogo, como nos lembra Cardoso (1984), normalmente “todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação. Cada grupo se dirige a uma esfera da administração e pode se defrontar com políticas tão diversas que chegam a ser contraditórias. Em certos momentos encontram receptividade e em outros deparam com uma grande inflexibilidade” (p. 233). Assim, mais do que na Europa, o aparelho político-administrativo brasileiro mostra-se ineficiente na tarefa de garantir, a partir de seus próprios meios (de controle), condições de vida ideais. Aliado a isso, vivenciamos, recentemente, uma experiência de autoritarismo político que centralizou de tal modo o processo decisório nas mãos do Estado, que a reconquista de espaços públicos nos remete às experiências dos movimentos sociais do leste da Europa.

Finalmente, busca-se redefinir as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. É verdade que já em finais da década de 70, o aparelho do Estado mostrou-se mais acessível às reivindicações dos movimentos populares do que em momentos anteriores³. Porém, o que se passa a almejar é a institucionalização de canais que realmente concretizem o processo de socialização da política e do poder. Exemplos disso já existem: as experiências do orçamento participativo em alguns municípios, as experiências dos comitês de gestão democrática dos recursos hídricos de algumas regiões do Estado de São Paulo.

³Como nos mostra Cardoso (1984), “apesar do funcionamento tradicionalmente autoritário do Estado brasileiro, a implementação das políticas sociais (...) obriga a algum tipo de inter-relação com a população. Apesar de que nossos administradores contam com instrumentos muito eficientes para impor as razões técnicas, não podem deixar de lado as condições de demanda por seus serviços” (p. 230).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborações teóricas quase sempre extrapolam a concretude da realidade social que pretendem analisar. Aquilo que se tem procurado avançar no tocante ao “modelo procedimental de democracia” não poderia ser diferente: num debate com dois tipos ideais de modelos político-normativos, Jürgen Habermas delineia um terceiro, definido pelos termos que o autor entende constituírem o mundo moderno, a saber, a racionalização das concepções de mundo, a racionalização da normatividade, a busca reflexiva de identidades, e a constituição de subsistemas autônomos de economia e administração. É também daí que se depreendem os motivos e as possibilidades de uma ética do discurso, elemento básico para um modelo de democracia que, universal na garantia de condições de argumentação, preserva a “polifonia” do mundo moderno.

Os movimentos sociais aparecem como os atores centrais nas tentativas de aproximação desse modelo ideal na medida em que emergem exatamente nos pontos de sutura dos termos que estruturam o mundo moderno, apresentando questões relativas à “gramática das formas de vida”, com procedimentos caracteristicamente discursivos e reflexivos.

A tentativa de se pensar esse conjunto de fenômenos no Brasil requer cautela especial diante da dificuldade que se tem de perceber se o processo de modernização de nossa sociedade se completou ou não, considerando-se os mesmos termos em que os daquelas sociedades que serviram de inspiração às elaborações teóricas de Jürgen Habermas. A consideração de nossas especificidades, contudo, logo nos permite entender que os novos movimentos sociais brasileiros, ao lado da defesa de questões básicas, já resolvidas nos países mais desenvolvidos, emergem também em torno de questões próprias aos pontos de sutura entre sistema e mundo da vida, reivindicando uma participação política que acaba

por sugerir passos significativos em direção ao idealizado “modelo procedimental de democracia”. Sua dinâmica revela-nos conquistas no que diz respeito às possibilidades de emancipação assinaladas por Habermas mas que somente a luta social e o devir político poderão nos trazer elementos mais evidentes. O que pretendemos aqui foi, apenas e tão somente, colocar nos termos da modernidade as possibilidades de elaboração de um modelo político-normativo sobre o qual a revitalizada sociedade civil, como seus movimentos sociais, tem enorme responsabilidade.

ABSTRACT: This article intends to stress about the “procedural model of democracy” developed by Jürgen Habermas, analysing the social actors that are in its core: the new social movements. Finally, we intend to consider the discussion around the organised civil society in Brazil so that possibilities of a modern political-normative project like this can be implemented, even taking into account brazilian specificities.

KEYWORDS: modernity; democratic theory; new social movements.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARATO, A. “Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – orientações para novas pesquisas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 27, p. 18-27, 1995.
- AVRITZER, L. “Além da dicotomia Estado/Mercado - Habermas, Cohen e Arato”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36, 213-222, 1993.
- BAGGULEY, P. “Social change, the middle class and the emergence of ‘new social movements’: a critical analysis”. In *The Sociological Review*, vol 40, nº 1, p. 26-48, 1992.
- CARDOSO, R. “Movimentos sociais urbanos; balanço crítico”. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. (ORG) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 215-39.

- CASSIRER, E. "O direito, o Estado e a sociedade". In: *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 315-66.
- COHN, G. "O mundo dividido". In: WEBER, M. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 3-13.
- COHEN, J. "Strategy or Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, vol 52, n° 4, p. 663-716, 1985.
- COHEN, J. & ARATO, A. "Un nouveau modèle de société civile". In *Les Temps Modernes*, n° 564, p. 40-70, 1993.
- COSTA, S. "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e novos movimentos sociais no Brasil - uma abordagem tentativa". *Novos Estudos CEBRAP*, n°38, pp. 38-52, 1994.
- DURHAM, E. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 10, pp. 24-30, 1984.
- EDER, K. "The 'new social movements': moral crusades, political pressure groups, or social movements?". *Social Research*, vol 52, n° 4, p. 869-890, 1985.
- GORZ, A. "Political ecology: expertocracy versus self-limitation". *New Left Review*, n° 202, 1993.
- HABERMAS, J. "Soberania popular como procedimento - um conceito normativo de espaço público". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 26, p. 100-113, 1990a.
- _____. *Teoria de la Accion Comunicativa*. 2 tomos. Buenos Aires: Taurus, 1990b.
- _____. "Que significa socialismo hoje? - revolução recuperadora e necessidade de revisão de esquerda". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 30, p. 43-61, 1991.
- _____. "O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização - o passado e o futuro da soberania e da cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n° 43, p. 87-101, 1995.
- HONNETH, A. "Éthique du discours et concept implicite de la justice". *Actuel Marx*, n°10, pp. 44-51, 1991.

- INGLEHART, R. "Values, ideology, and cognitive mobilization in new social movements". In: DALTON, R. & KUECHLER, M. (ORG). *Challenging the political order: new social and political movements in western democracies*. New York: Oxford University Press, p. 43-66, 1990.
- LOCKE, J. "Segundo tratado sobre o governo civil". *Os Pensadores: John Locke*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MILL, S. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora da UnB, 1980.
- OFFE, C. "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research* vol 52, ° 4, p. 817-868, 1985.
- ____ "The utopia of the zero-option modernity and modernization as normative political criteria". *Praxis International*, vol 7, n° 1, p. 1-24, 1987.
- ____ "Reflections on the institutional self-transformation of movement politics: a tentative stage model". In: DALTON, R. & KUECHLER, M. (ORG) 232-250, 1990.
- RUCHT, D. "The strategies and action repertoires of new movements". In: DALTON, R. & KUECHLER, M. (ORG), p. 156-175, 1990.
- SCHERER-WAREN, I. "ONG na América Latina: trajetória e perfil". In: VIOLA, E. et al. (1995).
- TELLES, V. "Sociedade civil, direitos e espaços públicos". *Pólis*, n° 14, p. 43-53, 1994.

O DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE HANNAH ARENDT

Regina Laisner

RESUMO: Uma discussão bastante presente atualmente se refere às possibilidades da construção efetiva da democracia na sociedade brasileira, na qual seja possível a participação política ativa dos cidadãos, não no que diz respeito apenas à sua incorporação ao sistema político no sentido estrito, mas sim a participação efetiva através de arenas públicas de representação e negociação. A obra de Hannah Arendt é retomada neste artigo pelo fato desta autora tratar de questões que se fazem atuais nestas discussões sobre o aprofundamento da democracia no Brasil, ao elaborar uma teoria da política que inclui a necessidade da construção de arenas públicas de participação mediadas pelo direito como parâmetro.

UNITERMOS: Brasil, democracia, espaços públicos, direitos, Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

São imensos os desafios que atualmente se colocam para a construção de uma democracia efetiva no Brasil. Apesar da queda do

governo autoritário e a restauração da institucionalidade democrática, convivemos ainda com profundas desigualdades sociais, com amplas camadas de cidadãos de “segunda classe”, com imensos obstáculos à justiça, com a violação dos direitos mais essenciais, com a fome, com a miséria, com a violência, com o preconceito e a discriminação. O fim da ditadura não assegurou o direito mínimo de respeito à vida, à liberdade e à igualdade no tratamento legal.

Esta realidade demonstra que o Estado de Direito foi incapaz de instaurar uma sociedade efetivamente democrática e sugere que a construção da democracia se estende para além da questão de um regime democrático, da reforma e da consolidação das instituições políticas tradicionais da democracia, o que faz compreender a implantação da democracia como algo muito mais profundo do que a mera instalação de processos institucionais.¹

Uma democracia efetiva deve basear-se na participação política dos cidadãos como atores relevantes nas decisões dos negócios públicos, o que supõe não apenas a sua incorporação ao sistema político no seu sentido estrito, mas a sua participação efetiva através de arenas públicas de negociação e interlocução, que viabilizem uma gestão da coisa pública, tendo como parâmetro o reconhecimento e a universalização dos direitos.

No Brasil a maioria da população, principalmente aquela mais empobrecida, sente-se à margem da sociedade sem poder expressar suas demandas e opiniões, pois não se sente pertencente ao mundo da “política”. Estes indivíduos sentem-se excluídos de espaços onde

¹ Nesta direção há atualmente uma série de esforços no sentido de reconceitualizar a noção de democracia. Ver, por exemplo, Dagnino, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.104 e 105.

possam “falar” e serem “ouvidos”, e a ausência destes espaços de reconhecimento traduz-se na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos) na linguagem pública dos direitos, tendendo, por isso, a serem equacionados no interior de códigos da vida privada (Telles, 1994, p.45). Dessa forma, não se constituem espaços públicos onde as pessoas possam sentir-se participantes da esfera pública – arenas nas quais os sujeitos sejam passíveis de reconhecimento enquanto cidadãos portadores de interesses e de direitos.

A maior parte da obra de Hannah Arendt está ligada à sua experiência e à sua interpretação do fenômeno totalitário. O totalitarismo representa uma proposta de organização da sociedade que almeja a dominação total dos indivíduos. Nele, tudo se apresenta como político e tudo aparece como público, e se não existe fronteira entre a política e a não política, a própria política desaparece, pois a política sempre implicou uma relação definida entre os homens. Apagada a distinção entre público e privado também desaparecem tanto a esfera do público, como a do privado. O que surge é o social, comandado por um aparelho dominante. O totalitarismo afirma a lei acima dos homens, mas na verdade a lei não é apenas violada: os critérios para o permitido e o proibido são apagados. Além disso, o que se chama ação, não é mais ação, já que não há mais atores, e fala, não é mais fala, por não circular. (Lefort, 1991a).

A elaboração da teoria da política de Arendt, segundo Claude Lefort (1991a), um intérprete da sua obra, dá uma reviravolta na imagem do totalitarismo, criando uma teoria da política que recusa a forma como esta foi tratada por este fenômeno político. Como resultado, a interpretação desta autora amplia o entendimento da política, desvinculando-a de uma abordagem restrita à arena dos partidos políticos e do Estado. Isto decorre do fato de Arendt referir-se à política como um espaço no qual as decisões dizem respeito a todos e que tem como fundamento a participação de todos. Sua teoria da política supõe portanto, a existência de espaços públicos de interlocução e negociação,

que tenham os direitos como parâmetros para o relacionamento social. É neste aspecto que julgo que as questões colocadas por Hannah Arendt, apresentam-se como bastante interessantes à discussão sobre as possibilidades de se construir no Brasil de hoje uma sociedade mais democrática.

Apesar de seus limites, muito destacados por vários de seus críticos, com os quais concordamos em vários aspectos, esta autora elabora algumas concepções que se fazem atuais nas discussões sobre o aprofundamento da democracia na sociedade brasileira e que merecem ser retomadas. Neste artigo, portanto, pretendo apresentar uma discussão em torno dos conceitos de *política, espaço público e direitos*, caracterizados em algumas obras desta autora.

Portanto, não me deterei em fazer uma discussão detalhada da obra de Hannah Arendt, mas sim uma análise em torno destes três conceitos, em uma tentativa de atualização de seu pensamento tendo em vista a discussão da construção da democracia no Brasil.

A AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA

Hannah Arendt concebe a política fazendo referência ao momento da cidade grega da Antigüidade e, nos tempos modernos, ao momento da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Segundo ela, quando a cidade de Atenas chamou sua constituição de isonomia, ou quando os romanos disseram ser a *civitas* sua forma de governo, tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se fixava na relação ordem-obediência, e na qual não se identificava poder com domínio ou lei com ordens. E os revolucionários do século XVIII recorreram a estes exemplos quando constituíram uma forma de governo baseado no poder do povo, que poria um fim ao domínio do homem sobre o homem.

No caso da Grécia, instala-se, para Arendt, não um espaço geográfico, mas um campo no qual os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum. Neste espaço, os homens devem expor suas opiniões por meio do discurso. O poder exerce-se aí numa relação entre os homens que é uma troca de falas, em vista das decisões que concernem a todos. A própria existência desse espaço é a condição do aparecimento de um “mundo comum” que se encontra aberto à multiplicidade de perspectivas. Assim, para Hannah Arendt, o poder surge da associação entre os homens e da troca de opiniões, através das quais instauram suas próprias leis. Desse modo, o espaço público se qualifica como espaço de deliberação conjunta, no qual os homens tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum.

Hannah Arendt define o poder como a capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo. Ele pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido (Arendt, 1973). “Quando dizemos que alguém está no ‘poder’ queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas. No momento em que o grupo do qual se originou a princípio o poder – desaparecer, ‘seu poder’ desaparece também.” (Arendt, 1973, p.123). Portanto, para Arendt, o poder não é opressão, nem coerção, mas sim a aptidão humana para agir em conjunto. Trata-se de um fenômeno coletivo que surge da comunicação entre os homens, a fim de que haja a concordância quanto a um caminho comum de ação (Lafer, 1988).

De acordo com Hannah Arendt é a busca da liberdade o motivo pelo qual os homens convivem politicamente organizados. O homem só se dá conta da existência da sua liberdade em contato com os outros homens. Sem um espaço público, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer. A liberdade como fato demonstrável e a política coincidem e são relacionadas uma a outra como os dois lados da mesma matéria. (Arendt,

1988) “(...) a *raison d’être* da política é a liberdade e essa liberdade é vivida basicamente na ação”. (Arendt, 1988, p.76) Para que os indivíduos se tornem livres, a ação deve ser livre, pois os homens são livres enquanto agem, nem antes, nem depois, já que ser livre e agir são a mesma coisa.

Essa concepção de política de Hannah Arendt oferece a possibilidade de se pensar a política como algo que não se define exclusivamente por referência ao Estado e que se qualifica como forma de sociabilidade e que por isso mesmo depende da forma como a sociedade se institui enquanto espaço que cria suas próprias normas, suas próprias regras, seus próprios critérios, a partir dos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam. Esta interpretação da política que faz Hannah Arendt é portanto, uma interpretação que amplia o espaço da política retirando-a do espaço restrito do Estado e trazendo-a para o âmbito da sociedade como um todo ao referir-se a um espaço onde as decisões dizem respeito a todos. Sua noção de política implica em uma troca de falas onde todos participam, o que supõe a existência de um espaço público onde as pessoas se sintam participantes e atuantes politicamente.

O SENTIDO DO ESPAÇO PÚBLICO

Partindo de uma tradição do pensamento filosófico grego em *A Condição Humana*, Hanna Arendt (1995) vai distinguir duas esferas da vida humana – a esfera privada e a esfera pública. Segundo ela, o surgimento da cidade-estado significou que os homens possuíam dois tipos de vida – um ligado à família e outro à vida política. Das atividades que estão presentes nas comunidades humanas apenas duas são consideradas eminentemente políticas: a ação (práxis) e o discurso (léxis), através dos quais surge a esfera dos negócios humanos, ou seja, o espaço público.

O que caracterizava a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. A força compulsiva era a própria vida, e a vida, para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia dos outros. A esfera da pólis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas, era que a vitória sobre as necessidades da vida em família, constituía a condição natural para a liberdade na pólis. Deste modo, a esfera pública era o lugar onde os homens podiam exercer a sua individualidade e, em benefício disto, cada um estava disposto à administração dos negócios humanos.

O viver na pólis significava que todos os assuntos de interesse coletivo deveriam ser decididos mediante às palavras e a persuasão, e não através da violência e da força que são modos pré-políticos característicos do lar e da vida em família. Na esfera familiar havia o domínio do chefe de família, a quem as pessoas deviam obediência, marcada pela desigualdade em termos de autoridade em relação ao chefe, tendo este a autoridade de um déspota. A pólis, diferentemente, concebia os homens como iguais, pois no espaço público todos são iguais por terem acesso à palavra.

Como se vê, para Hanna Arendt, a esfera pública pode ser considerada uma forma de sociabilidade que pressupõe dois fenômenos. Primeiro, tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos. Este lugar da visibilidade e do aparecimento é o espaço no qual surge a singularidade de cada um. Nossa percepção da realidade depende da aparência. Ou seja, aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, é o que constitui para nós a realidade. Portanto, é da existência de uma esfera pública que as coisas podem emergir da “treva da existência resguardada”. Ser visto e ouvido por todos vai nos garantir que uma mesma questão possa ser vista por ângulos diferentes.

Essa realidade é o que constitui um mundo comum que articula os indivíduos em torno daquilo que se configura como interesses comuns. Esse mundo comum é uma construção, um “artefato humano”. Ele é regido pela pluralidade de pontos de vista e é justamente esta pluralidade que confere certeza ao que existe, pois é neste processo de “comunicação” que as experiências pessoais e subjetivas podem ser confirmadas, pelo fato de transcenderem a esfera privada. Essa comunicação se dá através da opinião via persuasão e discussão na qual se chega a um acordo e a um consentimento público, sem que este acordo anule as diferenças:

“(...) o mundo comum permanece inumano num sentido muito literal, enquanto os homens não fazem dele objeto permanente de debate. Pois o mundo não é humano por ter sido feito pelos homens e ele não se torna humano porque a voz humana aí ressoa, mas somente quando se torna objeto de diálogo.” (Arendt citada por Telles, 1990, p.30).

O segundo fenômeno pressuposto pela esfera pública, enquanto forma de sociabilidade, é que o público significa o próprio mundo que é comum a todos. Quando uma sociedade perde o espaço público, ninguém pode concordar com ninguém, pois não existe um local onde, a despeito das diferenças de cada um, existam condições de igualdade da ação e do discurso. Neste caso, os homens estão inteiramente privados de um espaço comum e vivem numa condição de isolamento, dado que as pessoas passam a ser privadas de verem e ouvirem os outros:

“(...) são todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (Arendt, 1995, p.67).

Deste modo, Hannah Arendt formula uma noção de espaço público que sinaliza para a construção de espaços amplos de participação política, para além daqueles que dizem respeito somente à alguns técnicos que tomam as decisões para o conjunto da sociedade. O sentido que Arendt dá à noção de espaço público é o de um espaço de permanente negociação, sempre aberto ao conjunto da sociedade, e no qual os conflitos se tornam legítimos e objetos de constante debate. E para que a interlocução neste espaço se torne possível é necessário a construção de parâmetros públicos que sirvam de balizas para o debate no seu interior.

OS DIREITOS COMO PARÂMETROS DE RELACIONAMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO

Para Hannah Arendt, a história do mundo moderno é a história da dissolução do espaço público, e nas circunstâncias modernas, essa privação tornou a solidão um fenômeno de massa:

“O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família.”(Arendt, 1995, p.68)

O espaço público constrói um mundo comum entre os homens. E este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável. Portanto, é necessário que se inscrevam critérios de discernimento neste espaço, a partir dos quais os

homens possam, diante da pluralidade, distinguir o relevante do irrelevante, o justo do injusto e o legítimo do ilegítimo. Com a dissolução do espaço público e desses critérios os homens só poderão confiar na sua subjetividade e farão dos seus interesses e sentimentos privados a medida de todas as coisas. A perda do mundo comum constrói a figura do indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo. Para esse indivíduo o outro pouco importa, sua existência ou não, não faz a menor diferença. As pessoas tornam-se isoladas pela perda deste espaço que articula os homens. Reduzidos à dimensão privada da vida social, esta agora se qualifica como privação.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada, significa ser privado do fato de ser visto e ouvido por outros. O homem privado não se mostra e, portanto, é como se não existisse.

A perda de um mundo compartilhado de significações, no qual a ação e a palavra de cada um possam aparecer como algo que importa, é acompanhado pela experiência de impotência que traduz a perda de um espaço no qual a ação e a palavra podem se manifestar enquanto poder. (Telles, 1990) Essa experiência da impotência equivale à perda da própria liberdade, no sentido dado por Hannah Arendt, pois para ela liberdade é um atributo definidor da ação enquanto capacidade de “interromper os automatismos dos processos vitais”. Por isso a liberdade se contrapõe ao mundo das necessidades e carências e expressa a dimensão propriamente política da ação. Por isso, a perda do espaço público significa a perda dessa condição de igualdade que apenas a liberdade pública pode construir. Excluídos desse espaço, os homens são tratados por sua diferenças, sem a possibilidade de serem tratados como semelhantes. Em grande parte, é isso o que aconteceu com aqueles que, perdendo seu acesso à cidadania, perderam “todas as qualidades políticas distintivas e se converteram em seres humanos e nada mais que seres humanos” (Arendt, 1989).

A interação política que vincula as pessoas sem coerção e sim pelo princípio da persuasão é mediada pela lei. Mas as leis não tem o sentido de prescrições ou mandamentos. Elas existem para “erigir fronteiras e estabelecer canais de comunicação entre os homens” (Arendt, 1989), delimitando o espaço no qual a interação política se dá. É neste sentido que Hannah Arendt elabora sua noção de direitos sem defini-los com referência às necessidades, interesses ou demandas individuais ou com referência ao Estado. Ao falar em direitos refere-se a uma forma de sociabilidade política onde o direito só pode existir no exercício efetivo dos direitos. Para ela, deste modo, direito significa direito a ter direitos, ou seja, pertencer a uma comunidade política que garanta que as ações e as opiniões de cada um encontrem lugar na condução dos negócios humanos. Daí a necessidade de um espaço no qual cada um possa ser julgado por suas ações e opiniões, e não pela sua classe, origem ou raça.

A Declaração dos Direitos do Homem no fim do século XVIII foi um marco decisivo na história. Como tais direitos foram afirmados como inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis de outros direitos ou leis, não se invocava nenhuma autoridade para estabelecê-los. O próprio homem seria a sua origem e seu objetivo último. A declaração dos direitos humanos se referia a um ser humano abstrato e sua garantia e proteção foi associada à questão nacional. Isso tornou-se evidente, apesar da suposição de que esses direitos seriam independentes de todos os governos, no momento em que uma grande massa de indivíduos deixaram de ter um governo próprio e não lhes restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. Neste sentido, os direitos do homem tornaram-se inúteis, no momento em que havia pessoas que não eram cidadãs de algum Estado-nação (Arendt, 1989).²

² Para discussão mais aprofundada sobre os direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt, ver Lafer, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o*

A primeira perda que sofreram essas pessoas privadas de direitos foi a perda dos seus lares, perdendo assim a possibilidade de ter um lugar no mundo. A segunda perda sofrida por elas foi a perda da proteção do governo.

Como afirma Hannah Arendt:

“A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou a liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver mais ninguém que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los” (Arendt, 1989, p.329).

E continua: “A privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e ação eficaz (...) São privados não do seu direito à liberdade mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem.”(Arendt, 1989, p.330) Esses indivíduos são privados do que Hannah Arendt chama de “direito a ter direitos”, o que significa, pelo vínculo da cidadania, pertencer a algum tipo de comunidade juridicamente organizada e viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões, ou seja, por obra e princípio da legalidade.

Para o ser humano que perdeu o seu lugar na comunidade restam apenas aquelas qualidades que geralmente só se podem expressar no âmbito da vida privada, e que permanecem sem nenhum interesse público:

pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

“Toda essa esfera do que é meramente dado, relegada à vida privada na sociedade civilizada é uma permanente ameaça à esfera pública, porque a esfera pública é tão consistentemente baseada na lei da igualdade como a esfera privada é baseada na lei da distinção e da diferenciação universal. A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais” (Arendt, 1989, p.335).

Daí a recusa do jusnaturalismo por Hannah Arendt, que observa em seu ensaio sobre a revolução (Arendt, 1988), que os homens não nascem iguais nem são criados igualmente por obra da natureza. É a pólis, por meio da lei, isto é, das normas, costumes, opiniões e maneiras de pensar que faz surgir uma ordem igualitária, sendo esta, portanto, uma construção convencional.

Os indivíduos tornam-se iguais no sentido que todos têm liberdade para expor seus interesses e aspirações apresentando-os aos demais. Trata-se, no entanto, de uma igualdade política. A própria Hannah Arendt reconhece que a igualdade só pode ser política, pois as pessoas por natureza são diferentes. Nesta direção Hannah Arendt acaba por não tratar das diferenças sociais. Mas segundo Celso Lafer (1988), a visão arendtiana do privado e do público pressupõe e requer uma sociedade em que prevaleça um patamar mínimo de atendimento às necessidades de condições de vida. De qualquer forma, no Brasil, onde milhares de pessoas não têm acesso a estas condições mínimas de vida, essas diferenças não podem ser ignoradas por serem gritantes.

Neste aspecto Hannah Arendt traz uma visão autonomizada da política onde a ação e o discurso são desvinculados dos interesses e dos conflitos. (Telles, 1990)

Para ela, cada uma dessas atividades – ação, trabalho e labor, se realiza no lugar que lhe é próprio no mundo e esses lugares não devem se embaralhar – e é justamente esse o problema das sociedades modernas. O primado do trabalho significa que os imperativos da necessidade invadiram a esfera pública de tal forma que esta terminou por se desfigurar transformando-se numa vasta administração técnica e burocrática, que existe apenas em função da economia. Trata-se, para ela, da ascensão do social em prejuízo da esfera pública e também da esfera privada, no qual todos os membros da sociedade agem de forma a garantir sua vida. Neste sentido, recusa-se em conferir qualquer dignidade política aos interesses que movem os homens em suas vidas privadas, negando-se a reconhecer a existência do conflito.

O conflito existe e é por ele existir que é necessária a construção dessa linguagem que estabeleça critérios para seu exame. É desse ponto de vista que o espaço público se determina como espaço político que “tem por efeito instituir uma cena na qual o conflito se apresenta aos olhos de todos como necessário, irredutível e legítimo” (Lefort, 1991a). Justamente por isso é que é necessária uma linguagem que “desprivatize” esses interesses, e os tragam a público para que sejam reconhecidos com legítimos. E os direitos cumprem esse papel na medida em que transformam-se em uma linguagem política que possibilita o exame do que é legítimo e do que não é (Lefort, 1991b), tornando possível a interlocução e a negociação no espaço público.

O DESAFIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MEDIADOS POR DIREITOS

Uma atualização do pensamento de Hannah Arendt torna possível um entendimento ampliado do espaço da política, deixando de restringi-la à esfera dos partidos políticos e do Estado, trazendo-a para o âmbito

da sociedade como um todo. A noção de política trabalhada por esta autora, implica em uma troca de falas onde todos participam, o que supõe a existência de espaços públicos onde as pessoas se sintam participantes e atuantes politicamente. É esse tipo de noção de política que deve permear um projeto de democratização efetiva da sociedade brasileira, pois a construção deste tipo de democracia depende da construção de espaços públicos pelos quais as pessoas possam formular, na linguagem pública dos direitos, seus problemas, interesses e aspirações e possam “dialogar” e “negociar” com os demais, tornando-se indivíduos atuantes – cidadãos no sentido mais forte da palavra.

É necessário que se constituam esses espaços públicos a fim de que milhões de pessoas em nosso país, impedidas de serem “vistas” e “ouvidas”, possam finalmente ingressar nessa arena de disputa, como um primeiro passo para a construção de um país mais justo e igualitário. País este, tão marcado pelas desigualdades e que se configura, sobretudo, como uma semi-democracia que funciona apenas para uma parte dos atores sociais – os reconhecidos como cidadãos.

A política, enquanto dimensão social na qual os dramas deveriam ser trazidos a público, é vista como algo distante, inalcançável e que se remete às decisões de técnicos e profissionais do governo e do parlamento. Isto se deve ao fato do público ter sido construído na sociedade brasileira, como algo externo à vida das pessoas e ligado à esfera do governo, restando aos interesses e aspirações das pessoas o domínio do privado. Deste modo, no Brasil a linguagem dos direitos não atua como referência para a resolução dos dramas cotidianos, cada um fechando-se no seu mundo privado e tentando resolver seus problemas nesse âmbito.

O desafio que se coloca à sociedade brasileira é a construção de arenas públicas nas quais seja possível “(...) construir um sentido de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não podem se reconhecer como cidadãos. É impossível fazer dos direitos referências que

estruturem identidades cidadãos numa sociedade que destitui, por todos os lados, cada um e todos, de um lugar de reconhecimento.”(Telles, 1994, p.44)

A construção de espaços públicos não requer a homogeneização dos conflitos, mas a articulação através de normas e valores que constituem um meio de comunicação dos grupos em conflito. A sustentação da democracia depende da regulamentação de várias ações particulares, mediante regras de aceitação geral, e a construção da cidadania dá-se em forma de organização social fundada em vínculos de uma comunidade que define cada um dos seus membros como igualmente dignos de respeito (Alexander, 1993). Nós não nascemos iguais: nós nos tornamos iguais como membros de uma coletividade, em virtude de uma decisão conjunta que garante a todos direitos iguais. A igualdade não é um dado. Ela é uma construção, elaborada convencionalmente pela ação conjunta dos homens, através da organização da comunidade política.

No Brasil, reivindicações, demandas e aspirações de atores coletivos diversos vêm se inscrevendo em uma institucionalidade emergente que se abre a espaços de representação, interlocução e negociação. No entanto, tudo isso ainda é descontínuo, fragmentário e representa conjuntos minoritários na sociedade brasileira (Telles, 1994). A maior parte dessa sociedade ainda se encontra na situação similar aos apátridas descrita por Hannah Arendt. São massas avassaladoramente grandes, excluídas do “mundo dos direitos” e da atuação política em um espaço que considere suas opiniões e leve em conta seus interesses. São aqueles indivíduos que são descredenciados enquanto sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Esses, nos termos de Hannah Arendt, são os “párias” da sociedade e a eles corresponde essa figura de um indivíduo privatizado ao qual ela se refere.

O aprofundamento e a extensão da democracia no Brasil necessita de espaços de reconhecimento a esses “párias” da nossa sociedade a fim

de que eles possam ter direito a direitos, tornando-se cidadãos participantes da vida política e das decisões que a ela dizem respeito. Só assim estaremos construindo verdadeiramente a democracia em nosso país.

ABSTRACT: In Brazil an actual discussion, refers to the possibilities of the effective construction of the democracy in the Brazilian society, in which is possible the active political participation of the citizens, not just in what it concerns to the incorporation to the political system in its strict sense, but to its effective participation through public spaces of representation and negotiation. Hannah Arendt's work is retaked in this article because this authoress works with subjects that make her current in the discussions about the democracy deepening in Brazil, when she elaborates a theory of the politics including the need of public spaces creation , mediated by the right as parameter.

KEYWORDS: Brazil, democracy, publics spaces, rights, Hannah Arendt.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. Retorno a la democracia: la solidariedad universalista y el mundo. In: *Modernización económica, democracia política y democracia social*. El Colegio de México, 1993.
- ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem. In: *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1980.
- _____. *Da Revolução*. Brasília: Ed. UnB/Ática, 1988.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- LEFORT, C. Hannah Arendt e a questão do político. In: *Pensando o político - ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.
- _____. *Pensando o político - ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.
- TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, Revista de Sociologia-USP, São Paulo, 1º semestre, 1990, pp. 23-48.
- _____. Sociedade civil, direitos e espaços públicos, *Polis*, nº 14, 1994, pp. 43-53.

O IMPACTO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL: OS NÚMEROS DA PRIVATIZAÇÃO E O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DA CARTILHA NEOLIBERAL

Cristina Carvalho Pacheco

RESUMO: O presente artigo tem como proposta analisar – ainda que sucintamente – o processo de implementação das políticas de ajuste neoliberal que vem ocorrendo no Brasil pós Programa Nacional de Desestatização (PND). Parte do pressuposto que tais medidas, da forma como vem sendo feitas, afetam diretamente a sustentabilidade da democracia bem como também do Estado de Direito, através do desequilíbrio entre as atuações dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Faz um breve relato histórico do surgimento do pensamento neoliberal para logo em seguida identificar as suas fases de implementação – a partir do Consenso de Washington – de forma que torne possível ver onde que o Brasil se encaixa. E, finalmente, levanta alguns dados referentes a recentes processos de privatização feitos, para expor o conflito existente entre o Poder Executivo e a sociedade civil.

INTRODUÇÃO

Para Przeworski (1997, p. 209), o que Hobsbawm define como Era dos Extremos (1995) é também a era da ideologia. E, em pleno fim do séc. XX, é possível afirmar que, pelas transformações sócio econômi-

cas gigantescas que vêm ocorrendo no mundo, é a era da ideologia neoliberal. Ainda que de novo nada tenha, vários teóricos a prevêem como a ideologia que vai perdurar pelas próximas décadas (ANDERSON, 1995, p. 19).

Ao estar presente, atualmente, nos cinco continentes, atingindo não apenas as democracias ‘fragilizadas’ do Terceiro Mundo, como também os países de capitalismo avançado¹, demonstrando um fôlego invejável, e uma capacidade hegemônica nem sequer prevista por seus fundadores, a ideologia neoliberal justifica o estudo aqui dirigido.

Este estudo se propõe a analisar o projeto neoliberal dentro do contexto político brasileiro – mais especificamente através da implementação de sua segunda fase² – a de privatização das empresas estatais. Parte da hipótese de Hobsbawm (1997, p. 16) e Arruda (1997, p. 99) de que tal política conduzirá a uma barbárie sem precedentes na história.

Será visto, primeiramente, o contexto histórico em que o Neoliberalismo surgiu, quais os seus objetivos e o que o caracteriza. Para estudá-lo no contexto latino americano, serão vistas algumas características do ‘Consenso de Washington’ – um plano estratégico que intenciona dar continuidade às reformas já iniciadas em diversos países. E como uma tentativa de ilustração, serão fornecidos alguns dados e informações sobre as privatizações que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Os dados foram colhidos na imprensa escrita brasileira – mais precisamente no Banco de Dados da Folha de São Paulo – dos últimos dois anos.

¹ Alemanha, Inglaterra, Áustria, Dinamarca, dentre outros. Talvez o Japão possa ser considerado a potência que até agora não tenha adotado as reformas neoliberais.

² Mais adiante serão vistas as fases do Neoliberalismo.

UMA VISÃO GERAL DO NEOLIBERALISMO: SEU NASCIMENTO, SUAS CARACTERÍSTICAS, E ALGUMAS DE SUAS PROMESSAS

A principal característica do Neoliberalismo consiste na capacidade de atingir economias que até então não haviam adotado suas políticas. Um exemplo disso são os países cujo governo se caracteriza por ser social democrata, que acabaram se mostrando “os mais resolutos em aplicar políticas neo-liberais” (ANDERSON, 1995, p. 14).

Mas o caráter hegemônico do Neoliberalismo não se compôs da noite para o dia. O seu surgimento se deu logo após a Segunda Guerra Mundial “na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado Intervencionista e do Bem Estar”.³ Para PRZEWORSKI os Estados Unidos também ocupam importante posição na composição do Neoliberalismo, mas o fizeram em conjunto com várias agências multinacionais, sem qualquer parceria com as nações européias (1997, p. 210).

Retomando o relato histórico de ANDERSON, alguns teóricos se reuniram logo após a Segunda Grande Guerra, na Suíça, e fundaram a Sociedade de Mont Pelérin, “uma espécie de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 10). De fato, um outro tipo de capitalismo, cuja base principal reside na liberdade comercial, na livre concorrência. Não é proposta deste trabalho analisar as relações feitas entre Mercado e Estado, trazidas por autores como FIORI e PRZEWORSKI, pois isso ultrapassaria os limites do estudo ora proposto.

³ Na medida em que o Neoliberalismo surgiu em contraposição ao Estado Intervencionista e do Bem Estar Social.

Muito embora tenha surgido em fins da década de 40, foi somente em fins dos anos 70 que se deu o momento propício à aplicação da ‘cura neoliberal’, com a ocupação do poder inglês por Thatcher, “primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa Neoliberal”(ANDERSON, 1995, p. 11). A partir desse momento, diversos outros países passaram a implementar essa política – Reagan, 1980, EUA; Khol, 1982, Alemanha; Schluter, 1983, Dinamarca.

O momento em que Thatcher assume o governo inglês, conforme já dito, ainda que tenha sido o primeiro momento no qual as políticas Neoliberais descobriram sua potencialidade expansionista, num país de capitalismo avançado, não foi o primeiro momento de instauração de tais políticas: anos antes, no Chile de Pinochet, elas já tinham sido implementadas – 1973. Ironicamente, ANDERSON atribui ao referido país a “honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo Neoliberal da história contemporânea” (1995. P. 19).

Deve-se acrescentar à política implementada no Chile – cujas medidas envolviam desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos – uma das mais cruéis ditaduras militares já instauradas na América Latina.

Cada um dos países de capitalismo avançado que instauraram os programas Neoliberais o fizeram de forma um pouco diferenciada. Nos EUA, por exemplo, o caráter militar prevaleceu, acirrando os nervos da Guerra Fria. A Inglaterra já aplicou tais políticas na sua forma mais pura, enquanto que os outros países da Europa – de direita – o adotaram de forma mais cautelosa.

Este período, a década de 80, possibilitou a ANDERSON analisar se de fato o Neoliberalismo cumpriu as promessas, ou não. Concluiu o autor, após um estudo mais detalhado de cada uma de suas promessas que, “em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas,

no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante” (1995, p. 15).

O período de 1970 a 1991 é denominado por HOBSEBAWM como “décadas de crise”, de crise universal, global, seja das economias socialistas, que foram soterradas, seja das capitalistas. “A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem suas configurações políticas, sociais, econômicas” (1995, p. 19) porque exatamente nesta fase o capitalismo se encontrava instituído de tal forma que a economia funcionava globalmente⁴. O sistema capitalista acabou por se tornar, nesta época, uma economia meramente especulativa, sem qualquer realização de investimentos em áreas de produção.

“Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 16).

⁴ O autor mostra um fator interessante: a correlação direta entre as duas economias – socialistas e capitalistas. Exatamente na Era de Ouro do capitalismo – 1947 a 1973 – é que a economia dos países agrários cujo regime era socialista sofreu a maior aceleração, substituindo uma estrutura agrária atrasada para uma completamente moderna. (HOBSEBAWM, 1995, p. 18).

Nos anos 90 a recessão novamente atingiu o capitalismo avançado. E é neste momento que o Neoliberalismo surpreendeu ANDERSON: se mostrou dinâmico e revitalizado⁵, não só na Europa, atingindo praticamente países dos cinco continentes.

Concordam Anseron, Przeworski e Hobsbawm – destacadas as perspectivas de cada autor – que o colapso do regime comunista levou à vitória do capitalismo. E como bem enfatiza Anderson, “não foi a vitória de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico, liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80” (1995, p. 17).

Muito embora, ressalta HOBBSAWM (1995, p. 19-20), ainda não seja possível avaliar todas as conseqüências que o fim do comunismo causou no mundo, é possível afirmar que “as tensões das economias em dificuldades minaram os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, que desde a Segunda Guerra Mundial vinham funcionando tão bem nos países capitalistas, assim como minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo”.

Claro que a oposição entre capitalismo e socialismo hoje pode ser compreendida como uma construção arbitrária e até mesmo artificial, mas o mundo que se esfacelou com o fim do comunismo – ou como preferem os teóricos, do ‘socialismo real’ – foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa (HOBBSAWM, 1995, p. 14).

O término desta ‘guerra’ acabou por permitir que se acreditasse, como se óbvio o fosse, que a ideologia Neoliberal se constitui de fato na única saída para as economias em crise.

E é aqui que o Neoliberalismo expõe sua fragilidade, ao sustentar um discurso baseado em teses falsas, centradas na dinâmica maniqueísta entre Bem e Mal. Suas teses, “calcadas no fim dos regimes de leste, declara o fim da história, ou seja, atesta como irreversível a ‘vitória do mercado’ e de suas instituições” (ARRUDA, 1997, p. 87).

⁵ Vide eleições na Europa, recentemente.

Frágil na sua sustentação teórica, o Neoliberalismo vem demonstrando resultados modestos, “limitados que estão à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal” (BATISTA, 1994, p. 40). O Neoliberalismo se propõe a reerguer a economia, restaurando as taxas altas e estáveis de crescimento presentes na Era de Ouro do capitalismo, mas até agora nada conseguiu.

Econômica e politicamente fracassado, paradoxalmente, tem conseguido resultados surpreendentes na esfera social, “criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o Neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Seu mérito está, portanto, em ter sido o movimento ideológico de maior abrangência desde o início do século. Sem dúvida, estava certo Przeworski, essa é a era da ideologia... Para Anderson “é algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado” (1995, p. 22).

Vários autores afirmam que “onde o Neoliberalismo foi implantado, há real incremento da miséria e da riqueza, aumentando o fosso entre poucos que detêm muito e muitos que cada vez mais nada têm” (ARRUDA, 1997, p. 85), mas poucos oferecem dados confiáveis. Arruda (1997, p. 85) oferece números expressivos do que para ele é a expressão da “barbárie chamada acumulação”.

“Mais de oitenta por cento da população mundial vivem em condições de pré-modernidade nos países do Sul periférico, e detêm menos de 16 por cento da renda. Por outro lado, menos de vinte por cento da população planetária vivem nos países centrais, que detêm aproximadamente vinte por cento da

renda. Esses são os dados da acumulação e da não distribuição da renda. Se agregarmos a essa informação a questão da transferência de lucros do Sul para o Norte, somente no caso da América do Sul o montante de transferências é da ordem aproximada de 14 bilhões de dólares-ano. Eis o quadro da impossibilidade histórica de uma solução democrática dentro das leis do mercado capitalista, fato que aumenta a complexidade do dilema democrático.” (ARRUDA, 1997, p. 95).

A maneira como as políticas neoliberais são implantadas induz a falsa crença de que, no caso do Brasil, os movimentos políticos e sociais da esquerda brasileira estão sendo omissos na elaboração de uma contraproposta. Entretanto, a razão pela qual tais movimentos se encontram sem possibilidade de elaborar uma resposta, acabando até mesmo por adotar, em alguns casos, o discurso neoliberal⁶, reside no estilo de formulação de tais políticas: “(...) as reformas tendem a ser iniciadas a partir de cima e desencadeadas de surpresa, independentes da opinião pública e sem a participação de forças sociais organizadas. As reformas tendem a ser postas em vigor por atos arbitrários ou empurradas através de legislativos sem quaisquer mudanças que reflitam a divergência de interesses e opiniões. O estilo político de implementação tende no sentido do governo por decreto; os governos tentam mobilizar suas bases de apoio, ao invés de aceitar os compromissos que resultariam da consulta pública. No final, a sociedade fica sabendo que pode votar mas não escolher; legislativos são levados à impressão de que não têm papel a desempenhar na elaboração de políticas; partidos políticos, sindicatos e outras organizações nascentes aprendem que suas vozes não contam.” (PRZEWORSKI, 1997, p. 224).

⁶ Quando, por exemplo, se têm líderes sindicais falando publicamente na ‘esperança de que haja desemprego’ ou negociando através de contratos de trabalho ausentes de qualquer tipo de garantia para os trabalhadores. (PRZEWORSKI, 1997, p. 210).

A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

E na América Latina não tem sido diferente: o Neoliberalismo vem sendo adotado exatamente como ensina a ‘cartilha’ de Washington. Tal cartilha, denominada informalmente ‘Consenso de Washington’, consiste num “plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje pelo FMI e pelo BIRD, em mais de 60 países de todo o mundo” (FIORI, 1995, p. 04).

Nogueira explica melhor a origem da denominação ‘Consenso de Washington’: “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo (...) era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de ‘Consenso de Washington’” (1994, p. 05).

Sua efetiva implementação se daria através de estratégias pré-definidas que tinham sua eficácia condicionada ao cumprimento de determinados requisitos, tais como a sua feitura no momento certo, pelo grupo econômico correto – o *technopol* de Williamson (FIORI, 1995, p. 05) – e, por último, com o devido apoio político.

Quanto ao ‘momento mais favorável’ para sua implementação, estudos já realizados identificam três circunstâncias como as mais adequadas: “(...) o programa consegue ser aplicado depois de alguma grande catástrofe (guerra ou hiperinflação) capaz de minar toda e qualquer resistência; quando os *technopols* conseguem defrontar-se com uma oposição desacreditada ou desorganizada; quando além disto eles disponham de uma liderança forte capaz de ‘insularizá-los’ com relação às demandas sociais” (FIORI, 1995, p. 05).

O programa de implementação do Neoliberalismo foi dividido em três fases: “a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a de retomada dos investimentos e do crescimento econômico” (FIORI, 1995, p. 04)..

Como é um programa que se pretende instaurar a longo prazo, para que dê certo o apoio político constitui um elemento vital. Vale dizer: não basta que tenham sido efetuadas as medidas iniciais (como, por exemplo, a estabilidade monetária), sendo necessário também que se assegurem “condições de poder inalteráveis por um período prolongado de tempo”. Mas indaga FIORI: como ganhar eleições e manter por tanto tempo uma sólida maioria no Congresso Nacional? (1995, p. 06).

O autor oferece, com base em estudos feitos, três caminhos para que ocorra a continuidade do plano: “a) o dos partidos capazes de assegurarem a vitória e a maioria parlamentar por mais de uma década, o que em geral se deu em sociedades com menores índices de inflação e/ou de desigualdade social; b) o da existência de condições excepcionais, de guerra ou recuperação democrática, favoráveis ao logro de acordos sociais e políticos entre partidos, sindicatos e empresários; c) ou então, como os estudos mencionados indicam em quase todos os casos dos países com economia de alta inflação, grande fragilidade externa e extrema desigualdade social, o apelo à regimes autoritários permanentes ou ‘cirúrgicos’, como foi o caso da Turquia no início dos oitenta e do Peru mais recentemente” (FIORI, 1995, p. 12).

Não só da Turquia. O terceiro caminho sugerido pelo autor enquadra o Brasil neste contexto, o que não quer dizer que “somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas Neoliberais na Améri-

ca Latina” (ANDERSON, 1995, p. 21). Mas Williamson *apud* Fiori (1995, p. 05) reconhece que é muito mais difícil eleger e sustentar este programa em governos minimamente estáveis, pois nesses locais é mais difícil induzir o eleitorado a aceitar como necessários os desastres sociais que o programa neoliberal provoca. Um exemplo pode ser a Venezuela.

O Chile, juntamente com a Bolívia, foi o ícone latino-americano de difusão e aplicação das ‘políticas neoliberalizantes’ (ARRUDA, 1997, p. 97). Os outros países tiveram tais políticas implantadas no fim da década de 80: México, em 1988, com Salinas; Argentina, em 1989, com Menem; Venezuela, em 1989 com Carlos A. Perez e Peru, em 1990, com Fujimori. Esses políticos chegaram ao poder utilizando-se de uma técnica que FIORI (1995, p. 11) considera inadequada às situações políticas subseqüentes: a ausência absoluta, no discurso, das verdadeiras políticas que seriam implantadas. “Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito” (ANDERSON, 1995, p. 20). Fernando Henrique Cardoso já não se utilizou dessa estratégia: anunciou claramente o programa que iria cumprir, fazendo do Plano Real o ‘real’ propulsor do sucesso econômico a curto prazo.

Muito embora sem o discurso velado dos outros governantes Fernando Henrique Cardoso⁷ “foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial” (FIORI, 1995, p. 06).

E FHC abraçou sem ressalvas esse ideário neoliberal. “Cumpre-o à risca, sem negociar salvaguardas, compensações ou vantagens. Cedeu em tudo quanto lhe foi imposto pelo capital estrangeiro até agora. Quebrou o monopólio estatal do petróleo e o das telecomunicações, abriu aos estrangeiros a navegação de cabotagem e o subsolo do país, liquidou com a empresa nacional, capitulou na Lei de Patentes e derrubou as bar-

⁷ Doravante denominado FHC.

reiras alfandegárias, supostamente para aumentar a produtividade das empresas brasileiras. Agora, planeja algo maior, o de entregar as ricas e vastas reservas minerais do Brasil, vendendo a Vale do Rio Doce, em licitação cujo vencedor já é conhecido – a Anglo American.” (LIMA, 1996, p. 1-3).

O PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO E SEU SIGNIFICADO PARA A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Antes de dar início às informações acerca do processo de privatização que está em curso no Brasil, serão fornecidas algumas linhas gerais do que seja essa desestatização para o Neoliberalismo, questionando-se a veracidade ou não de sua argumentação.

Przeworski (1997, p. 217) oferece uma definição de privatização condizente com o discurso empregado pelo Neoliberalismo. Essa definição foi dada pelo ex-ministro das finanças polonês Leszek Balcerowicz, e diz o seguinte: “Uma economia de mercado baseada na ampla participação de diferentes formas de propriedade privada propicia o mais elevado grau de eficácia – entre todos os sistemas econômicos conhecidos na prática – no uso dos recursos materiais e espirituais de uma sociedade. Em conseqüência, gera a mais rápida melhora do padrão de vida dos cidadãos. Isso se dá porque a economia de custos, a boa organização do trabalho, a alta qualidade da produção, a busca efetiva de novos mercados e o desenvolvimento e progresso técnicos são do interesse dos proprietários que dirigem o trabalho das empresas”.

Atribuir às privatizações tais esperanças, entretanto, para Przeworski (1997, p. 217) é apoiar-se em premissas falsas, quais sejam: acreditar que a propriedade privada resolverá os problemas das relações entre atores

principais e agentes, forçando os gerentes à maximização dos lucros; considerar o mercado como uma fonte de incentivos para os empregados, mais do que uma fonte de informação para os gerentes; e, por último, prever, na disponibilidade futura, capital suficiente para infundir investimento em firmas recém-privadas.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: ALGUNS NÚMEROS QUE COMPROVAM O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DA CARTILHA NEOLIBERAL

Após lançadas algumas idéias do que seja a política neoliberalizante, contextualizada a sua etapa atual, já tendo sido, também, entendido como se dá a implementação de tais políticas, cujo custo social talvez venha a se descobrir irreversível, cabe agora verificar o quanto o governo brasileiro – através do Executivo e do Legislativo – cumpriu desta cartilha.

O processo de privatização das estatais iniciou no governo Collor (1990-1992), com a aprovação do Programa Nacional de Desestatização. De lá para cá o governo federal privatizou mais de 52 empresa, cuja soma já ultrapassou os 13 bilhões de dólares. Com a venda da Vale do Rio Doce o programa iniciou uma nova fase: “a venda das empresas consideradas *filé mignon*”⁸.

Dentre essas empresas inclui-se a Telebrás – que num primeiro momento iniciou a sua privatização de maneira compartimentalizada para mais recentemente efetiva a venda completa -, a Petrobrás e o Banco do Brasil. Vale lembrar que foi aprovada a emenda constitucional sobre a reeleição, válida inclusive para o presidente que está em exercício. O que fica muito fácil de compreender, se se lembrar que o projeto neo-

⁸ Folha de São Paulo. Caderno Especial da Vale. São Paulo, 27 abr. 1997, p. 12.

liberal somente funcionará a longo prazo e, portanto, a reeleição é vital para que se dê continuidade às reformas, ainda mais no Brasil, onde FHC tem feito um trabalho tão bom.

Foi visto anteriormente que a política adotada por FHC, durante a campanha eleitoral, teve um caráter transparente, e ele deixou claras quais as medidas que tomaria no seu governo. Entretanto, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce não constava do seu programa de governo. E quase foi abandonada para garantir a aprovação da reeleição. Conforme informa o jornal “Folha de São Paulo” “na primeira entrevista dada na condição de presidente eleito, em 6 de outubro de 1994, FHC afirmou que a venda da estatal poderia ficar para depois de seu governo”. Mas já no primeiro ano de governo FHC informava que a Vale seria privatizada. FHC pode não ter sido extremista como o foram Menem e Salinas, mas com certeza não foi 100% transparente.

O governo alega que parte do lucro levantado com as privatizações será utilizada para abater parte da dívida pública federal e financiar o setor produtivo privado, principalmente na área de infra-estrutura, através de empréstimos. Entretanto, antes de se posicionar contrária ou favoravelmente em relação à privatização, algumas questões devem ser levantadas: 1) os valores pelos quais as empresas são avaliadas correspondem aos valores ‘reais’ de tais empresas?; 2) o modo como são pagas, conforme informação do próprio BNDES⁹, com moeda corrente, certificados de privatização, debêntures e dívidas securitizadas, justifica a urgência da venda?

No caso da Vale do Rio Doce, é possível justificar a venda de uma *holding* que dá lucro, cujo patrimônio líquido em 1996 foi de R\$ 11,29 bilhões, só de lucro líquido do mesmo ano foi de R\$ 632 milhões, e que o governo avaliou em R\$ 10,36 bilhões, e foi vendida por apenas 5?

⁹ Folha de São Paulo. Caderno Especial Vale do Rio Doce. p. 12.

Isso sem mencionar o fato de ter sido uma avaliação cujos números foram contestados por outros órgãos e considerados subavaliados em, no mínimo, R\$ 2 bilhões. A justifica reside no fato de que os critérios contábeis são distintos em cada cálculo feito. E tais critérios resultam em números que justificam de forma justa a venda da empresa estatal. Uma das alegações para que a Vale fosse vendida diz respeito ao custo de sua manutenção para o Governo Federal: é um mau negócio, pois o governo recebe de lucro, em média, por ano, 2%. Entretanto, a Vale sustenta que o retorno seria de 9,75%, a partir de um critério norte-americano. Pinto concorda com a sustentação feita pela empresa: “De fato, a contabilidade brasileira, até o ano passado, permitia a correção monetária do patrimônio líquido, inflando seu valor, enquanto o critério norte-americano não permite reavaliação, Portanto, o lucro fica proporcionalmente menor frente a um patrimônio maior” (1996, p. 1-6).

No processo de venda da Vale é possível constatar o que foi dito anteriormente: ainda que no Brasil haja a democracia representativa, e a população possa eleger seus deputados, não pode, entretanto, escolher, ficando restrita a assistir às políticas que vêm sendo realizadas. A sociedade civil foi às ruas, manifestando-se contra a privatização da Vale em frente ao prédio da Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1997. O resultado? De um governo que se diz democrático, na venda de uma empresa pública, foi armado um ‘esquema de segurança’ para garantir a realização do leilão. Só de efetivo policial foram designados 450 homens, incluindo Batalhão de Choque e policiais a cavalo e com cães¹⁰.

Liminares pipocaram pelo país inteiro, tentando impedir a realização do leilão, no maior ato visto até então. Mobilizou setores políticos que normalmente divergem em suas posições, como por exemplo, o MST e o ex presidente José Sarney, ambos contrários à venda da empresa. O resultado, enquanto manifestantes eram devidamente ‘controlados’

¹⁰ Folha de São Paulo, Caderno Brasil. 29 abr. 1997, p. 08.

do lado de fora da Bolsa de Valores, foi a venda da empresa por um pouco mais de R\$ 5 bilhões.

Para quem? Por grande ironia, não para quem todos esperavam que fosse: a Anglo American, que compunha o consórcio denominado 'Valecom'¹¹, com empresas de peso como a Votorantim, do Brasil, a Mitsubischi e a Nippon Steel, ambas do Japão, dentre outros. A Vale foi adquirida pelo 'Consórcio Brasil'¹², liderado pela CSN – Brasil, e composto por empresas como a Nations Banks dos EUA, e a Gencor, da África do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, os fatos permitem que se comprove que as medidas feitas por FHC só têm cumprido com a cartilha do Neoliberalismo. Indepen-

¹¹ A composição do consórcio 'Valecom' se deu da seguinte maneira: foi liderado pela Votorantim, com faturamento anual de aproximadamente US\$ 5,8 bilhões. As outras empresas eram, em grande parte do setor de mineração, e compunham o peso do capital deste consórcio (as informações que seguem estão na ordem: empresa, origem, faturamento anual em bilhões de dólares): Mitsubishi, Japão, US\$ 85 bi; Anglo-American, Africa do Sul, US\$ 14 bi; Nissho Iwai, Japão, US\$ 89,1 bi; Nippon Steel, Japão, US\$ 27,7 bi; Marubeni, Japão, US\$ 60 bi, Caeimi/Mistui, Brasil/Japão, 163 bi, além dos fundos de pensão Sistel e Centrus e mais oito empresas japonesas cujo faturamento ultrapassa os US\$ 30 bilhões. In: *Revista Istoé*, São Paulo, n. 1439, p. 144, 30 abr. 1997.

¹² O 'Consórcio Brasil' foi liderado pela CSN, cujo faturamento anual corresponde a US\$ 2,5 bilhões, e composto por (as informações que seguem estão na seguinte ordem: empresa, origem, faturamento anual em bilhões de dólares): Nations Banks, EUA, US\$ 242 bi; Opportunity, Brasil, US\$ 2 bi; Suzano, Brasil, US\$ 1,6 bi; Gencor, África do Sul, US\$ 3,4 bi, além da Alcoa e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcesp e Funcef. In: *Revista Istoé*, São Paulo, n. 1439, p. 144, 30 abr. 1997.

dente da manifestação da sociedade, o que preocupa o governo federal é apenas continuar a implementar as reformas. Para Lima (1996, p. 1-3), “o país vai sendo introduzido de forma subalterna no mercado globalizado”. Crescem o desemprego, a desindustrialização e a desnacionalização. O país se transforma num “Estado autoritário com fachada democrática. O Legislativo foi reduzido a um subpoder e o Judiciário sofre ameaças. O Executivo abusa, até o impensável, das medidas provisórias, editando ou reeditando, até agora, 1.018 delas, a uma média de 46,3 MP’s por mês, muito mais que a ditadura com seus decretos-lei.” Estas informações vão de encontro às conclusões tiradas pelo Consenso de Washington, que condicionam a continuidade do projeto e a decorrente credibilidade à presença, nos governos, de uma “autoridade centralizada e forte” (FIORI, 1995, p. 10).

Com tudo isso que se mostrou, não fica difícil acreditar que as políticas neoliberais conduzam ao enfraquecimento da democracia. Não fica difícil acreditar que a instauração de um governo autoritário se confronta diretamente com valores como liberdade e igualdade, traduzindo a real tentativa do Neoliberalismo de destruir o Estado e o Direito (ARRUDA, p. 1997, p. 97).

E se se entender que a barbárie tanto pode significar “a ruptura e o colapso do sistema de regras e de comportamento moral pelo qual *todas* as sociedades regulam as relações entre seus integrantes e, em menor extensão, entre seus membros e os de outras sociedades” quanto “a reversão do que podemos chamar projeto do Iluminismo do século XVIII, o estabelecimento de um sistema *universal* de tais regras e padrões de comportamento moral, incorporado nas instituições de Estados dedicados ao progresso racional da humanidade: à vida, à Liberdade e à Busca da Felicidade, à Igualdade, à Liberdade e à Fraternidade, ou o que quer que seja” (HOBSBAWM, 1997, p. 16) não fica difícil acreditar que o Neoliberalismo, em se decretando a falência do Direito e dos Estados tradicionais, realmente conduza a uma barbárie sem precedentes na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRUDA, E. L. Jr. Neoliberalismo, Reforma do Estado e Modernidade. In: ARRUDA, E. L. Jr. *Direito e Século XXI: conflito e ordem na onda neoliberal pós-moderna*. Rio de Janeiro: Luam, 1997.
- BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno da Dívida Externa. São Paulo: PEDEX, n. 06, nov. 2. Ed, 1994.
- FIORI, J. L. *Os Moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: IEJ/UFRJ, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Especial da Vale. São Paulo, 27 abr., 1997.
- _____. Caderno Brasil. 29 abr. 1997.
- HOBBSAWM, E. O Guia do Usuário. In: SADER, E. *O Mundo Depois da Queda*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. *Era dos Extremos: O breve século XX*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA, H. O caminho está errado. *Folha de São Paulo, Caderno Brasil, Seção Debates/Tendências*, São Paulo, p. 1-3, 28/10/1996.
- PINTO, C. Dólares mais estáveis. *Folha de São Paulo Caderno Brasil*, São Paulo, p. 1-6, 09/10/1996.
- PRZEWORSKI, A. A Falácia Neoliberal. *Lua Nova*. n. 28/29. 1997.
- REVISTA ISTO É. São Paulo, n. 1439, p. 144, 30/04/1997.

O BANCO DO BRASIL E AS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS SOBRE A IDÉIA DE NAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE AS LÓGICAS CULTURAL E EMPRESARIAL

Lea Carvalho Rodrigues

RESUMO: Este artigo empreende uma reflexão sobre a forma como se construíram ao longo do tempo os vínculos entre a empresa Banco do Brasil e os signos de nacionalidade, procurando compreender até que ponto esses vínculos dados na dimensão simbólica se confrontam ou se articulam à lógica empresarial que vem orientando a administração da empresa nos últimos anos.

UNITERMOS: nação, mito e simbolismo, identidade nacional, lógica cultural, lógica utilitária.

INTRODUÇÃO

Uma abordagem antropológica sobre o Banco do Brasil pede considerações acerca da sua especificidade enquanto empresa, integrante do setor estatal, bem como da singularidade de suas relações com os governos que a administram e a sociedade com a qual ela interage.

Como toda empresa estatal, o Banco do Brasil congrega uma duplicidade de papéis: uma atuação nos moldes de empresa privada, volta-

da ao lucro e à competição, e ao mesmo tempo de empresa pública, atrelada aos interesses de governos e sujeita a cobranças de concretização de objetivos sociais¹.

A temática deste artigo desenvolve-se a partir do entendimento de que, no caso do Banco do Brasil, a especificidade de sua situação enquanto empresa é atravessada por fortes componentes culturais que historicamente construíram e sedimentaram os vínculos simbólicos entre a empresa e a nação e, mais ainda, que esses elementos simbólicos, centrais à compreensão da cultura da empresa, fazem parte de um repertório comum à própria sociedade brasileira². Trata-se aqui, portanto, de uma reflexão acerca da construção e dinâmica dessas configurações simbólicas e sobre a forma como esses elementos dados na ordem cultural acabam por interferir e mesmo redefinir os caminhos da empresa no contexto atual.

Pará pensar essas relações escolhi dois tipos de material analítico. Um refere-se aos dados da pesquisa de campo sobre a cultura do Banco do Brasil, constituído de: questionários aplicados e entrevistas realizadas com funcionários da empresa durante o ano de 1996³, boletins editados

¹ A esse respeito, ainda, diz Melo Soares (1990) que os efeitos sobre os trabalhadores dessas empresas são similares uma vez que eles acabam por também se dividir entre as duas perspectivas.

² Esta problemática tem se mostrado relevante na análise dos dados de pesquisa sobre a cultura do Banco do Brasil, pesquisa que vem sendo realizada junto ao Projeto Temático *Cultura empresarial brasileira: um estudo comparativo sobre empresas públicas, privadas e multinacionais*, no IFCH/Unicamp, com financiamento da FAPESP (*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*). No mesmo sentido, a temática abordada neste artigo tem se mostrado fundamental à análise e discussão de questões que norteiam minha tese de doutorado, intitulada: *Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro*, projeto também financiado pela FAPESP.

³ Dados obtidos quando da realização da pesquisa sobre a cultura do Banco do Brasil, como referido acima.

pela representação funcional em Brasília, correspondências de funcionários, bem como publicações de entidades representativas e material de circulação interna da empresa. Outro, refere-se a pronunciamentos de parlamentares e notícias divulgadas pela imprensa por ocasião do anúncio do fechamento de inúmeras agências no país, sobretudo no ano de 1995. A partir desses dados será possível tratar as questões priorizadas neste artigo articulando as diversas formulações sobre a empresa elaboradas pelos funcionários e por outros segmentos da população, seja via representação no parlamento, seja através da imprensa escrita.

BANCO DO BRASIL: UMA PLURALIDADE DE SIGNIFICADOS

Partindo de duas questões: quem é o Banco do Brasil para seus funcionários e quais os princípios de identificação entre estes e a empresa, a pesquisa realizada junto a três dependências do banco em Campinas, SP, e junto à Direção Geral, em Brasília, procurou mostrar as diferentes maneiras pelas quais os funcionários se referem à empresa e com ela se identificam.

Uma outra pesquisa etnográfica sobre o Banco do Brasil (Rocha, 1995) realizada a partir de dados colhidos em 1993, apontou ambigüidades na “*representação que os funcionários fazem sobre a empresa*” e que marcam a sua cultura representando, para o autor, os próprios dilemas que caracterizam a cultura brasileira⁴. O interessante desse trabalho é que aborda muitas das questões que serão aqui desenvolvidas, mas contempla um período em que o processo de mudanças no Banco do Brasil ocorria ainda num ritmo lento o que contrasta com o momento em que se deu

⁴ O autor se vale da mesma linha interpretativa sobre a sociedade brasileira desenvolvida por Roberto Da Matta, onde a idéia de um “dilema brasileiro” se refere às contradições e ambigüidades inerentes ao comportamento, valores e relações sociais.

esta pesquisa em 1996, quando o banco acabara de atravessar um dos momentos mais traumáticos do processo de reestruturação, o programa de demissões implementado em julho de 1995, e se encontrava, portanto, em situação de profunda crise interna⁵. Neste sentido, o trabalho realizado anteriormente se apresenta como um excelente contraponto à presente análise.

Na pesquisa de Rocha (1995) é apontada uma ambigüidade estrutural nas representações que os funcionários fazem sobre a empresa, expressa pela oposição banco de mercado/banco social. A partir dessa oposição básica, que constituiria o “dilema” inerente à empresa, o autor constrói três modelos de banco social: um modelo descrito como romântico/civilizador que se refere a um banco social ligado ao que ele denomina “missão civilizadora” da empresa em levar “progresso para o país”; o modelo corporativo/burocrático que se refere a um banco social voltado ao atendimento das necessidades dos funcionários e o modelo elitista/predador, que se refere a uma visão negativa do banco social pelo uso indevido dos recursos da empresa ao longo do tempo.

O problema é que, embora esses modelos consigam apreender os principais pontos para a compreensão da cultura do Banco do Brasil e do imaginário que sobre ele se constrói, a rigidez que é própria a todo modelo analítico acaba, a meu ver, impedindo uma completa apreensão das distinções, relações e superposições dessas versões e, sobretudo, da idéia central que as anima e lhes dá dinamismo e que será tratada neste trabalho.

⁵ As transformações que vêm ocorrendo no Banco do Brasil, sobretudo no curso dos últimos dez, doze anos, referem-se a seguidas experiências de reorganização dos processos de trabalho e reestruturação administrativa – informatização, alteração de processos e da política de pessoal, redução de quadros, seleção da clientela e fechamento de agências – bem como tentativas de redefinição do próprio papel da empresa.

Segundo minha interpretação, a oposição banco social/banco de mercado apareceu com tal intensidade na pesquisa de Rocha (1995) devido principalmente ao momento em que a pesquisa foi feita. A análise dos boletins internos editados pela representação funcional (GAREF), por exemplo, mostra como naquele momento a questão ocupava grande parte dos debates. Desde meados da década de oitenta a alta administração da empresa colocou a redefinição do papel do banco como questão central e o processo de reestruturação que se intensificou nos inícios dos anos noventa acentuou-a ainda mais.

Os dados de pesquisa a que se refere este trabalho, apontaram os mesmos elementos presentes na análise de Rocha, mas articulados a outros referenciais, Estado e governo principalmente, onde a temporalidade é um elemento privilegiado. As relações de aproximação bem como as distinções entre o Banco do Brasil, o governo e o Estado-nação se mostraram fundamentais à análise. O Banco do Brasil é uma empresa de economia mista onde o sócio majoritário é a União. Seus estatutos colocam-no como instrumento da política creditícia e financeira do governo federal e agente financeiro do Tesouro Nacional. Neste sentido, compete à empresa realizar financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Além do mais, no plano administrativo, é o executivo que nomeia o presidente do Banco do Brasil e este, por sua vez, tem controle sobre todos os órgãos deliberativos da empresa. Assim, embora se trate de uma empresa de capital aberto, o fato da União ser o acionista majoritário implica no seu controle pelo Estado, através da ingerência dos sucessivos governos sobre a empresa, sobretudo devido às relações do banco com o Ministério da Fazenda.

Constatamos, assim, a referência dos funcionários à “instituição Banco do Brasil”, um banco comprometido com os destinos do país, com uma missão histórica de atuação no campo social, mas, sobretudo, um banco que, embora parte do aparelho estatal não se confunde com

os governos de momento e paira acima dos acontecimentos circunstanciais. Este, o Banco do Brasil, com o qual a grande maioria do corpo funcional se identifica..

Por outro lado, os dados apontaram a existência de um outro Banco do Brasil que se refere à Presidência e Diretoria do momento e seus vínculos com o governo que a nomeou, mas, este um banco que para a maioria dos funcionários não representa a “instituição Banco do Brasil” com a qual eles mantêm vínculos estreitos de pertencimento. Assim, foi comum a referência a um “*Banco do Brasil da atual administração*” em oposição a um outro Banco, o “*nosso banco*”, o “*banco do passado*” ou, ainda, o “*Banco do Brasil de 180 anos*”⁶.

Ou seja, é na percepção da distinção entre o Banco do Brasil e os governos que o administram que se compreende as imagens aparentemente contraditórias que sobre ele se constroem: que ele seja definido como “*uma empresa em crise, atrasada, perdida, sem rumo, em decadência*” e, ao mesmo tempo, como “*uma empresa potente, séria, forte, tradicional, com credibilidade*”, como os dados mostraram.

A positividade sobre o Banco do Brasil apareceu sempre na referência ao “*banco do passado*” e os aspectos negativos ao “*banco da atual administração*”, ou seja, do governo. Mas, o ponto chave para o entendimento, a meu ver, é a percepção da existência de um Banco do Brasil atemporal, que não diz respeito necessária nem exclusivamente a períodos históricos, mas carrega em si uma qualidade de imanência que o

⁶ À propósito, essas observações vão de encontro ao que afirmou Roberto Cardoso de Oliveira (1976) sobre os códigos reflexivos e comunicativos que orientam o desenvolvimento das relações interétnicas e se exprimem por um sistema de oposições e contrastes. Diz o autor, recorrendo à noção de “*identidade contrastiva*”, que a identidade étnica surge como forma de diferenciação de uma pessoa ou grupo em relação a outro, por oposição, não se afirmando isoladamente, mas negando a outra identidade.

aproxima muito mais ao universo mítico. No meu entender é a referência constante a essa “instituição” quase etérea, embora nas falas tão palpável, que explicaria a atitude dos funcionários em lutar a todo custo para preservá-la ao mesmo tempo que sofrem as conseqüências do processo de reestruturação e lhe desferem críticas contundentes. Também é esta a chave para conciliar as qualidades “confiabilidade”, “seriedade”, “solidez”, “honestidade”, com as crises constantes que a empresa enfrentou ao longo de sua história – nos últimos anos, inclusive, com seguidos resultados negativos – e as acusações de utilização indevida de recursos e da prática a favorecimentos.

Logicamente, há que se tomar cuidados na análise porque muitas das referências podem estar sendo feitas a situações concretas e particulares que fazem emergir esse “passado idealizado” sobre a empresa⁷. Assim, é preciso considerar o momento e o contexto em que são formuladas essas construções sobre a imagem do banco e procurar- extrapolando os aspectos circunstanciais – buscar os significados acerca das superposições e dos distanciamentos que se apresentam nas formulações que se faz sobre o Banco do Brasil. O jogo entre passado e presente foi uma constante nos questionários porque, justamente, a empresa passava naquele momento por um processo traumático de reestruturação e de rupturas com os valores e tradições desta última. A crise dizia respeito às relações entre os funcionários e a empresa mas em um contexto de mudanças nas relações entre o Estado e o setor estatal e entre o Estado e diversos segmentos sociais.

Assim, no que se refere aos processos de mudança, o resgate constante ao “*banco do passado*” não apareceu exclusivamente como resultado de uma indefinição quanto ao papel do Banco do Brasil ou como

⁷ Corresponde ao “banco social” que na análise de Everardo Rocha (1995) se volta ao atendimento das necessidades dos funcionários, provendo-lhes com um bom salário, assistência médica, segurança e outros benefícios.

forma de resistência às mudanças. Havia mesmo uma concordância quanto à positividade do novo modelo de atuação do banco no que se refere à busca de eficiência e competitividade; criticava-se, contudo, a forma como elas estavam sendo realizadas. Nesse sentido, o “*banco do passado*” resgatava um tempo em que havia um compromisso claro entre a empresa e os funcionários; um tempo em que todos eram valorizados do ponto de vista profissional, bem remunerados, com um “status” diferenciado e com expectativas claras de carreira futura. Mas, sobretudo, diz respeito a um tempo em que havia harmonia e confiança nas relações entre a empresa e seus funcionários em oposição ao presente quando, segundo eles, ocorriam rupturas com as tradições do Banco do Brasil e uma desvalorização da dimensão humana no contexto das mudanças. A crise gerada colocou então em questão todo o modelo adotado para a empresa, no presente, fazendo emergir através do resgate do “*banco do passado*” o universo simbólico que lhe dá consistência e razão de ser. Inclusive, caberia aqui uma analogia com a “idade de ouro”, um dos temas desenvolvidos por Raoul Girardet (1987) no estudo da mitologia política. A “idade de ouro” refere-se a imagens de um passado que se transformou em lenda, um passado nostálgico de ordem e prosperidade que é narrado embora não conhecido de forma direta e um tempo que se quer restaurar como forma de dar sentido ao presente e de assinalar para um futuro promissor⁸.

O interessante é perceber como em momentos de crise, instabilidade ou mudança essas relações colocam em questão a própria auto-definição da empresa, a forma como os funcionários com ela se identi-

⁸ Na abordagem de Jacques Le Goff (1990) as *idades míticas*, em especial a *idade do ouro*, é uma forma com que as sociedades humanas, ao imaginar um passado ou futuro de felizes realizações, buscaram enfrentar a inquietude e os temores do presente. Para o autor, o que está em causa nessas formulações é, em primeiro lugar, a idéia de progresso e a busca de justiça e virtude.

cam e, conseqüentemente, a motivação e envolvimento com as propostas da mesma⁹. Por outro lado, as transformações entram em confronto seja com o imaginário que a sociedade construiu sobre a empresa seja com os interesses de vários segmentos sociais. Por fim, os acontecimentos podem incidir, inclusive, sobre a sua própria performance. Neste sentido estou resgatando a formulação de Rúben e Lúcio (1996) sobre a importância da dimensão simbólica – os autores enfatizam sobretudo a interpretação dos relatos míticos que são constantemente revividos nas empresas – para compreensão do desempenho e competitividade empresarial.

O caso aqui analisado procura, dessa forma, ressaltar elementos que permitem discutir os limites que se colocam à efetividade de uma lógica empresarial calcada nos princípios de maximização de lucros e redução de custos numa empresa onde a ordem cultural permeia fortemente todas as relações. Uma empresa que, conforme sugere este trabalho, tornou-se ao longo do tempo parte de um imaginário que, de formas e nuances variadas, resgata a todo o momento vínculos com a própria “idéia de nação”. Imaginário esse que permeia o “*banco do passado*” referido pelos funcionários¹⁰ e tem constituído o desafio da empresa no presente: atuar segundo uma lógica calcada nos princípios da racionalização econômica, que como bem diz Touraine (1995:145) “*apela mais para as idéias universalistas de produção, de racionalização e de mercado, que à idéia de*

⁹ A antropologia, inclusive, tem mostrado seguidamente que as situações de crise, instabilidade e mudanças fazem emergir com mais força a estrutura, as relações sociais e os valores e crenças dos grupos estudados, bem como o universo simbólico que as expressa (ver Turner 1974,1972,1982,1990 e, também, Gluckman,1970).

¹⁰ Everardo Rocha (1995) já havia apontado a relação entre esse “banco do passado” e uma imagem do banco como representante da nação, mas essa imagem fazia parte de um dos modelos construídos pela idéia de banco social, quando no meu entender a idéia de nação está presente em todas as construções simbólicas que se faz sobre o Banco do Brasil.

nação”, e os imperativos de ordem cultural que acionam e repõem constantemente os princípios norteadores da “idéia de nação”¹¹.

No entanto, é bom esclarecer que quando me refiro à “idéia de nação” a intenção não é desvendar os elementos simbólicos que associam o Banco do Brasil à nação em acordo com uma definição fechada do conceito de nação. No caso do Banco do Brasil, é fundamental a figura do Estado e, nesse sentido, é totalmente coerente pensar um “conceito político” de nação como os explorados por Gellner (1993) e Hobsbawn (1991) onde “sentimento comum” e “consciência de pertencimento”, “territorialidade” e “traços culturais” não bastam para a compreensão do fenômeno. Em muitos momentos será cabível a idéia de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1989) já que criatividade e imaginação são mais apropriados do que a dicotomia verdade/falsidade para a compreensão das construções próprias ao imaginário social.

Porém, mesmo que se considere a nação como uma entidade histórica (Hobsbawn,1991), no terreno simbólico ela pode expressar outras relações temporais. Se, por exemplo, considerarmos as narrativas sobre a nação como similares às narrativas míticas, estaremos frente a uma dupla dimensão temporal: a da história, pela qual se retoma o processo de construção da nação e de seus símbolos oficiais (Oliveira, 1990; Machado,1980; Carvalho,1993) e a do mito (Girardet,1987) simultaneamente histórica e não-histórica pois relaciona a um só tempo o passado, o presente e o futuro (Lévi-Strauss, 1975).

¹¹ Touraine (1995:143-144), em contraposição às teorias clássicas que conferem à nação um estatuto de racionalidade, substituindo as tradições e os costumes, faz uma distinção entre nação e empresa: “as nações se definem mais por sua cultura que por uma ação econômica; as empresas visam tanto o lucro e o poder quanto a organização racional da produção.” Para o autor a empresa é um agente da modernidade, mas não é possível reduzir a modernidade à técnica “como se os atores sociais, suas relações de poder assim como suas orientações culturais se dissolvessem no mar das técnicas.”(pag.149,157)

No entanto, como o conceito de nacionalidade não se refere apenas à ordem do abstrato e do simbólico, e, como veremos nas reflexões seguintes, a idéia de nação surge articulada às condições objetivas da vida social, gostaria de reter a definição social e política de nacionalidade como formulada por Ruben (1984) em que nacionalidade é entendida como *“sendo construída pelos homens e envolvendo todas as dimensões do processo social: econômicas, sociais, jurídicas, culturais e ideológicas, determinando um campo de luta que limita o espaço de sua configuração”* (pag.75). Como resultado de processos históricos, está sujeita a transformações e resignificações e como parte de um processo social é marcada pela dinâmica das diferenças e da desigualdade.

O BANCO DO BRASIL E AS IMAGENS SOBRE A NAÇÃO

Uma vez apresentadas as formulações dos funcionários sobre o Banco do Brasil passarei a relatar alguns fatos que permitem uma apreciação da sua imagem para outros segmentos da população, particularmente através de pronunciamentos de parlamentares, notícias e depoimentos veiculados em revistas e jornais de circulação nacional. Refiro-me, especialmente, a algumas medidas administrativas tomadas pela alta direção do Banco do Brasil, no ano de 1995, com o intuito de diminuir custos e melhorar os resultados. A reação a essas medidas expressa de forma bem clara as imagens construídas em torno da empresa e, por outro lado, exemplifica as dificuldades para a tomada de decisões segundo uma lógica de mercado em detrimento das implicações de ordem política, social e cultural.

No início de 1995 o Banco do Brasil anunciou que fecharia as agências que após um período de três meses não revertissem a situação de prejuízo. Em julho do mesmo ano, paralelamente ao lançamento do programa de demissões voluntárias, o Banco do Brasil anunciou o fechamento

de 103 de um total de cerca de 600 agências deficitárias, localizadas a maioria nas regiões interioranas do país, sobretudo nas regiões norte e nordeste. O fato provocou reações de insatisfação das comunidades locais que acionaram seus representantes no Congresso de forma que a empresa viu-se na contingência de negociar caso a caso essas medidas com as comunidades envolvidas.

Nos pronunciamentos, as falas acaloradas dos deputados dos mais diversos partidos e tendências enfatizaram que “a história do banco se confunde com a própria história do Brasil”, “a instituição faz parte da formação da nação brasileira”, se constitui em “símbolo da criatividade e da luta de nosso povo”, “símbolo de nossa soberania e um marco de identidade nacional”, como um “fator de integração nacional” e de “atenuador das desigualdades regionais”. Outros, ainda, atribuíram a atitude tomada pela administração da empresa como de “assalto escancarado à soberania nacional”, resgatando assim os vínculos entre o banco e a idéia de nação.

Abandonando especulações sobre a natureza e os interesses presentes nesses pronunciamentos gostaria de me concentrar naquilo que as falas dos parlamentares nos permitem apreender acerca das ações efetivadas pelas localidades que eles representam e sobre os significados e referenciais pertinentes à compreensão das questões aqui tematizadas.

Assim, à parte os interesses envolvidos na manutenção de uma agência do Banco do Brasil em cidades pequenas do interior do país, o que mais explicaria o fato de que em inúmeras cidades as atividades cotidianas tenham sido interrompidas e a população se manifestado em frente às agências do banco pedindo a sua permanência na localidade?

Se recorrermos, por exemplo, ao conceito de “drama social” desenvolvido por Turner (1974) veremos que, quando o curso normal da vida social é interrompido pela quebra de regras que governam as relações que lhe são próprias, a ruptura leva a uma situação de crise. E os momentos de crise colocam com mais força e clareza a natureza das relações sociais bem como faz emergir com mais veemência o aparato

simbólico pelo qual elas se expressam. Para muitas das localidades, o fechamento da agência do Banco do Brasil representava uma alteração nas relações com o poder público e instaurou uma situação de anormalidade, interrompendo o curso normal da vida cotidiana e fazendo emergir uma situação de crise que se expressava com mais força através das articulações da classe política na capital federal, mesmo estando o congresso em período de recesso.

Extraído do pronunciamento de um deputado do PFL, temos o relato da manifestação ocorrida em uma pequena cidade do interior da Paraíba. Segundo aquele parlamentar, a manifestação foi coordenada pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário da cidade, presidido pelo padre da localidade, e contou com o apoio das lideranças políticas, sindicalistas e outras entidades representativas :

“Uma verdadeira multidão tomou conta da cidade de Fagundes, no último sábado, para participar desse ato público. Eram velhinhas e velhinhos que, intranqüilos com a notícia do fechamento da única agência da cidade, clamavam pela interferência de suas lideranças para evitar que lhes tirassem o único banco por onde recebem suas aposentadorias e recursos, a título de ajuda mensal, remetidos pelos parentes que migraram para o sul do país. Pode-se imaginar os transtornos se tiverem de se deslocar para outros centros, que ficam bem distantes do local onde moram, para buscarem atendimento bancário.

Fui procurado por uma senhora de idade que me pediu para entregar ao Exm^o Sr. Presidente da República um poema intitulado “O nosso Banco do Brasil”, de autoria do poeta Garcia, também da cidade de Fagundes, que retrata com fidelidade a importância do Banco do Brasil para a sofrida gente daquele município.

(...) Tenho afirmado, sempre, que na maioria das cidades brasileiras o único vínculo que existe do Governo Federal para com esses municípios é a agência de um banco oficial. De-

terminar o fechamento dessas agências, é o mesmo que atestar a inviabilidade de uma comunidade, formada por pessoas humildes, mas que são seres humanos iguais, com a mesma dignidade daqueles que habitam regiões mais prósperas e desenvolvidas.”

A fala acima retrata mobilizações similares às ocorridas em outras cidades onde agências do Banco do Brasil estavam prestes a fechar. Deixando de lado avaliações sobre o discurso político do deputado, gostaria de chamar a atenção para alguns pontos que se repetem na quase totalidade dos pronunciamentos de outros parlamentares: o Banco do Brasil como possibilidade de desenvolvimento para regiões carentes – notadamente pelo seu papel como fomentador da atividade agrícola – e o papel deste mesmo banco, nessas comunidades, enquanto representante do governo, ou, como é mais enfatizado, do Estado. Provavelmente isto aclara muitos outros dados obtidos das falas de parlamentares e das entrevistas efetuadas com funcionários de agências e da alta administração, que apontam para o fato de que ter uma agência do Banco do Brasil é um sinal de “status” para a comunidade, chegando mesmo a significar “uma questão de honra”. Ademais, entende-se que este banco represente um grande cacife político para o parlamentar que consegue a instalação de uma agência nas regiões onde tem sua base eleitoral ou, como é o caso, a luta pela sua manutenção nessas localidades.

Para entender melhor como nessas comunidades o Banco do Brasil é visto como representante do governo federal note-se que o deputado relata que a senhora o procurou para entregar o poema para o Presidente da República e não para o presidente do Banco do Brasil.

Convém ressaltar, ainda, que as conseqüências das decisões administrativas não ficam restritas à empresa envolvendo em maior ou menor medida amplos setores da esfera pública do país. As entidades representativas das comunidades procuram seus vereadores, acionam a prefeitura e esta os deputados estaduais, os governadores, os deputados federais,

senadores e ministros¹². Neste sentido, além de considerar as interferências da área governamental sobre o Banco do Brasil devemos considerar as pressões vindas da própria sociedade.

Note-se, também, que no último parágrafo do referido texto o parlamentar aponta para a questão das desigualdades regionais. Este é outro ponto constante em todos os pronunciamentos. E, neste sentido, retirar o Banco do Brasil significa excluir a comunidade de participar do Brasil desenvolvido¹³.

Outro aspecto presente no trecho citado refere-se à afirmação de que a retirada do Banco do Brasil implica a inviabilidade, a condenação da comunidade. Este tipo de afirmação é uma constante, embora grande parte dessas localidades vivesse anteriormente sem o Banco do Brasil. Estou sugerindo que os vínculos entre o Banco do Brasil e as comunidades locais, principalmente nessas regiões mais afastadas, remetem à esfera simbólica, ao imaginário social, chegando a conferir à instituição uma aura quase sagrada, como se a comunidade surgisse com a chegada do banco, seja porque ele traz a possibilidade de desenvolvimento e facilidade ao atendimento às populações mais carentes, seja porque confere a elas um “*status*” que as aproxima às localidades mais desenvolvidas.

¹² Observe-se, por exemplo, a informação veiculada pelo boletim GAREF de 18/07/1995: “A Câmara Municipal de Russas (CE), realizou sessão com a presença do prefeito, clube dos lojistas, Associação das indústrias de cerâmica, Associação dos micro empresários, vigário da paróquia, maçonaria, Sindicato do trabalhadores da previdência, associações comunitárias e autoridades locais”.

¹³ Quando Ruben (1984) define nacionalidade como um campo de luta marcado pelas situações de desigualdade, como uma “*relação construída no processo social de forma constante entre campo de luta e pacto*”, ressalta que o pacto não significa equilíbrio, acordo total ou consenso. Essa relação não significa a anulação da desigualdade, mas indica as diferentes formas que viabilizam um processo social marcado pela dinâmica das diferenças e da desigualdade.

Sintomática a referência à chegada do Banco do Brasil em Fagundes no poema entregue ao parlamentar e lido no congresso nacional do qual extraio alguns trechos:

“Quando você não existia
 aqui a gente padecia
 era um sufoco danado
 pois era a necessidade
 correr pra grande cidade
 voltar com fome e cansado
 Foi quando você chegou
 como que Deus enviou
 pra acabar nosso sofrer
 ninguém mais ia ser roubado
 e nem o tempo tomado
 enfim paz se ia ter”

O poema segue, conferindo ao Banco do Brasil o papel de “benfeitor” e fazendo sempre referência ao “nosso banco”. Podemos, inclusive, observar que o conteúdo do poema se aproxima às narrativas míticas: antes a calamidade e o sofrimento, depois a chegada de uma figura divina que traz a paz e a prosperidade. Diz o autor que “chegou a capacidade com um banco na cidade”. Além do mais, em outras duas estrofes também fica clara a distinção entre o banco e os governos quando o autor afirma que a cidade não é culpada “do mal administrado que existe na nação”, aos roubos e desvios, mas também da fome, doença e carência. E, é bom ressaltar, esse tipo de acontecimento não se restringe às regiões longínquas do país, mas se repete em regiões carentes próximas aos grandes centros. “Nos municípios pobres do interior do País, onde o poder de fogo do Banco do Brasil é uma lenda que continua viva, a ameaça soou como uma bomba” dizia um articulista da revista *Isto é*, de 10/05/1995, em reportagem sobre o fechamento da agência Pariquera-Açu, a 214 km de São Paulo, no Vale do Ribeira.

A partida do Banco do Brasil como prenúncio de um fim para a comunidade ou como uma calamidade é uma constante:

“Se o Banco do Brasil fechar suas portas, isso aqui vai virar uma cidade-fantasma”

(Prefeito de Pariquera-Açu, SP)

“Então, se fechar essas agências, nessas cidades, a cidade morre. Porque eu já morei em um lugar desses, pequeno, pra eles o Banco do Brasil num lugar desses é ponto de honra, quando a pessoa vai lá ele diz: ‘aqui tem Banco do Brasil’. É uma questão de desenvolvimento...”

(Funcionário do BB – Campinas)

“Tal atitude implicará o súbito desaparecimento da única alternativa de desenvolvimento para inúmeras cidades *brasileiras*”

(Deputado Federal- PSB)

“...fechar as agências é dar um atestado de inviabilidade a uma comunidade, e isso é inaceitável.”

(Dep. Federal – PFL)

E esse fim quase sempre desdobra-se numa ameaça ao próprio país, ao seu desenvolvimento e prosperidade social, bem como à sua soberania. “*Os brasileiros o conhecem (O Banco do Brasil) e sabem de sua importância, têm consciência do desastre que representaria qualquer sombra lançada sobre sua estabilidade*”, afirmava na câmara um Deputado Federal do PMDB.

No entanto, gostaria de salientar que essas construções não atingem igualmente a sociedade brasileira como um todo. Inclusive, para os brasileiros que vivem nos grandes centros, onde se multiplicam as agências de inúmeros bancos, deve causar estranheza essa relação banco/comunidade.

O acompanhamento de um farto material escrito, principalmente revistas e periódicos, revela que as idéias que movem as falas e os acontecimentos acima relatados são normalmente associadas a uma visão negativa de nacionalismo¹⁴, principalmente no contexto atual de redimensionamento do aparelho estatal quando entram em choque as idéias “nacionalistas” e “privatistas”. Neste sentido, o material aqui apresentado constitui um contraponto às afirmações sobre o esgotamento dos paradigmas centrados na análise das sociedades nacionais como forma de compreensão das mudanças na sociedade contemporânea, bem como a afirmação sobre o declínio da idéia de Estado-nação¹⁵. Permite ainda um

¹⁴ Esse tipo de associação tem sido retomado constantemente pelos membros do governo em seus discursos bem como pela mídia impressa. Tem sido avaliado positivamente o refluxo dos movimentos nacionalistas e a sua ocorrência esporádica, principalmente nas manifestações contra o processo de privatizações, é vista como uma “herança” do nacionalismo populista da era Vargas e como “resistência” à modernização, o que dificultaria a inserção do país no mundo globalizado. A título de exemplo, vide as reportagens *O ‘milagre’ e os anos 90*, de Luís Nassif, F.S.Paulo de 05/10/1997; *O Bom governo*, de Luiz Carlos Bresser Pereira, F.S.Paulo de 22/09/1997; o editorial da F.S.Paulo *FHC, Estado e Mercado*, de 08/02/1998 e a reportagem *Críticos são vozes das cavernas, diz FCH*, F.S.Paulo de 09/08/1997. Aliás a mesma oposição marcou o nacionalismo da era Vargas: o Estado Novo representava o “novo” a “modernização” contra o Brasil arcaico, atrasado. (Lippi Oliveira, 1990).

¹⁵ A esse respeito ver Ortiz (1994, 1997), Robins (1995), Hall (1995), Ianni (1996), Featherstone (19..), Meyer et alli (1997) e Smith (19..). O princípio da soberania e o Estado-nação não desaparecem para Ianni (1996), tendo ainda um papel fundamental nas decisões e jogos de relações no fluxo de transformações atuais. No entanto, segundo o autor, sofre limitações e transformações em suas prerrogativas. Quanto à reforma do Estado, sobretudo na América Latina, ver Torre (1996) e Lattman-Weltman (1996) que enfatizam a correlação entre rupturas e fortalecimento do executivo, portanto no sentido de um Estado forte e centralizador, para a efetivação das mudanças.

questionamento aos discursos universalizantes sobre as mudanças na sociedade contemporânea.

A partir do material aqui analisado seria possível afirmar, por exemplo, com Habermas (1989), que diferentemente do nacionalismo, que teria representado um primeiro momento de apropriação reflexiva das tradições, estaríamos vivendo um período onde as identidades, que ele denomina “pós- nacionais”, não mais estariam ancoradas na tradição? Ou, ao contrário, ao pensar o Brasil – e os dados aqui apresentados vão nesta direção –, concordaríamos com Rúben (1995) que “tradição”, “nação” e “região” são ainda categorias importantes ao estudo dos processos sociais contemporâneos?

Além do mais, se acreditamos que as sociedades não são estáticas, talvez fosse mais importante perguntarmo-nos sobre os significados que estariam sendo conferidos aos mesmos temas e elementos simbólicos que constantemente se repõem em nome da tradição.

Quando analisamos os vínculos simbólicos entre o Banco do Brasil e o próprio país, podemos verificar que são construções que não se restringem apenas às pequenas comunidades. O expressivo aumento na captação de recursos pelo Banco do Brasil quando da crise no sistema financeiro ocorrida em 1995, após a quebra do Banco Nacional, exemplifica bem esse raciocínio. Apesar de estar acumulando resultados negativos nos últimos balanços foi para o Banco do Brasil que grande parte da população se voltou no momento da crise. É sugestiva a frase ouvida de uma comerciante de Campinas, SP, naquela ocasião: *“Eu coloquei meu dinheiro no Banco do Brasil, porque se o Banco do Brasil quebrar é porque o país quebrou, o país acabou”*.

A frase acima correlaciona a saúde financeira do banco à do país¹⁶, mas, há outras referências que indicam a existência de vínculos que se

¹⁶ Segundo Hobsbawm (1990) a nação corresponde não apenas uma unidade política mas uma economia nacional.

dão muito mais pela tradição, porque simplesmente “*é difícil imaginar o Brasil sem o seu Banco*”, como afirmou em uma entrevista o jornalista Mauro Santayana¹⁷.

Mais relevante é notar que os fatos referentes às mudanças no Banco do Brasil, quando chegam ao Congresso, incitam ao questionamento não apenas sobre o papel do Banco, mas, também, sobre a pertinência do modelo econômico adotado para o país, a lógica do “lucro” contra a lógica do “desenvolvimento social” e, finalmente, a questão sobre a quem pertence o Banco do Brasil¹⁸. E a conclusão dos parlamentares, independentemente da filiação partidária, tem sido que o banco é “*patrimônio da nação*” e “*propriedade do cidadão brasileiro*”, é parte do aparelho do Estado mas não se confunde com o governo.

Do exposto percebe-se, portanto, que as idéias centrais à compreensão dos vínculos entre o Banco do Brasil e a nação referem-se a seu papel como promotor do desenvolvimento nacional, fator de integração, de diminuição das distâncias sociais e das desigualdades regionais, de contenção das migrações para as grandes cidades, portanto, de “inclusão” dessas comunidades num projeto de desenvolvimento nacional. No plano simbólico a representação do poder central e da soberania nacional.

Enfim, os princípios acionados nessas falas – a idéia de progresso e desenvolvimento, de igualdade e comunhão, o ideal de integração e da soberania – são os mesmos que acompanharam o processo de desenvolvimento das nações e do nacionalismo – bem como das mudanças de significado desses conceitos – desde o sec. XIX (Hobsbawn,1991; Anderson,1989; Gellner,1993). E, neste sentido, vale reter a argumentação

¹⁷ Revista *Momento*, ano I, nº 6, nov/dez-95, editada pela ANABB (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil).

¹⁸ A questão, inclusive, foi tema de uma dissertação de mestrado em economia da Puc-SP (Montebello, 1993)

de Meyer et alli (1997) sobre a existência de propósitos universais, racionalizados e articulados de forma consensual como os de igualdade, progresso sócio-econômico, desenvolvimento, cidadania, justiça e direitos humanos. As pequenas localidades vêm no Banco do Brasil a possibilidade de integrar o local ao nacional, não no sentido da unificação territorial, mas como forma de inserção e de busca de igualdade no plano econômico e social.

No plano simbólico os vínculos entre o Banco do Brasil e as pequenas localidades se reafirmam na figura do funcionário, ponto importante à compreensão da própria cultura da empresa.

Alguns aspectos abordados em uma reportagem veiculada pela revista *Isto é* permitirão pensar essa questão¹⁹. Diz a reportagem que “*Já houve época em que gerente do Banco do Brasil era figura ilustre em qualquer município do interior do país. Era chamado para batizar crianças ou apadrinhar casamentos e, nos fins de semana, era convidado a ser o juiz das partidas de futebol no clube local*”. Embora a revista se refira aos fatos como parte do passado, as entrevistas realizadas com funcionários mostram que isto ainda persiste na maioria dessas pequenas cidades:

“O banco, ele é muito importante ainda pra comunidade. Se ele é importante na cidade grande e na cidade de médio porte, na cidade pequena você nem imagina o que é. (...) porque a seriedade do banco... ela fala mais alto, sabe? O cheque é bem aceito, a poupança é bem aceita...os funcionários são participativos, respeitados...nas cidades pequenas eles são altamente participativos... nas atividades da comunidade. De chegar numa festa e o cara que está no microfone falar *está adentrando no pedaço o senhor fulano de tal, gerente da agência do Banco do Brasil e sua esposa...*, o fulano e fulana funcionários da nossa agência do Banco

¹⁹ Reportagem *Órfãos do BB – a pequena Pariquera-Açu luta para manter agência do Banco do Brasil*, de Paulo César Teixeira.

do Brasil', já aconteceu isso com a gente aqui no nosso interior de São Paulo. Você imagina por aí, no resto do Brasil?"

A entrevista com um funcionário vindo do interior da Paraíba e transferido para Campinas, SP, aclara as colocações feitas pela entrevistada acima e permite uma comparação com o Banco do Brasil dos grandes centros:

"...a cidade era pequena, aí você conhecia todo mundo... além de ser cliente, é colega de rua seu...não tinha tanta diferença assim de nível como ocorre aqui em Campinas, que tem muita gente...tem muita empresa...lá era muito agricultor...pessoal simples, pessoal receptivo, pessoal bom..."

O mesmo entrevistado fala sobre a imagem do banco:

"...em cada cidadezinha daquela só tem Banco do Brasil. Tal qual que não tem outro, pode ser bom ou pode ser ruim, não vai fazer diferença porque só existe aquele.(...) A gente tenta fazer, tirar dinheiro dali, tirar leite de pedra (...) financiamento fica mais fácil do pessoal conseguir (...) tem o pagamento dos aposentados, pros velhinhos, como a gente chamava, aquilo também ajuda muito porque o dinheiro deles fica ali na cidade, o banco centraliza, ajuda o comércio da região, (...) a gente conseguiu lá pra cidade um trator...e um arado, essas coisas, para aquele lado, para aquela cidadezinha, pra comunidade lá era grande coisa (...) agora o banco em si, ele mantém o dinheiro na cidade, ainda roda algum dinheirinho ali...graças a isso, senão..."

E, sobre a participação dos funcionários na vida da comunidade:

"É até uma falta de respeito você não participar...vamos dizer.. você é uma autoridade, ... é uma autoridade presente e o

peçoal tem estímulo em receber,...tem gosto em receber...recebe satisfeito porque você está ali presente. Aqui nem tanto, aqui é uma indiferença, né, Campinas é indiferente, tanto faz você ir como não ir, não tem diferença nenhuma, não vai afetar a imagem do banco, porque ali né, na cidadezinha do interior você é mais banco do que aqui, você lá tem sua imagem, você tem uma agência com uns cinco funcionários....,você parece mais com o banco..."

Assim, quando a direção da empresa, após fortes pressões, foi forçada a negociar com as comunidades a manutenção ou fechamento das agências, aventou-se a possibilidade de manter nessas cidades apenas um guichê de atendimento na prefeitura, ou um atendimento volante, que se daria em dias determinados. No entanto, grande parte das cidades insistia na manutenção das agências. Temos que pensar, portanto, nos elementos presentes nas falas acima que extrapolam os aspectos puramente econômicos. As entrevistas mostram que a presença dos funcionários confere *status*. Além do mais, eles normalmente participam ativamente da vida da comunidade, atuando em entidades locais, nas atividades esportivas, organizando festas, rodeios, buscando patrocínio do banco e de empresas para essas atividades, promovendo as campanhas contra a fome, programas de alfabetização, atuando como professores na rede de ensino local e outras tantas atividades que dão nova dinâmica à localidade. Há que se considerar, ainda, a importância da presença física do banco. É de se notar, e quem já percorreu essas regiões pode confirmar, que normalmente o prédio onde funciona a agência do Banco do Brasil é o mais bonito e moderno da cidade, na maioria das vezes mais vistoso que o prédio da prefeitura, às vezes uma das poucas construções de alvenaria. E, por menor que seja a cidade, é praticamente constante a presença de uma AABB, muitas vezes o único clube local.

NARRATIVAS HISTÓRICAS/NARRATIVAS MÍTICAS

As narrativas sobre o Banco do Brasil, apresentadas neste trabalho, enfatizam o seu papel como “agente do desenvolvimento nacional” e definem essa atuação como parte perene de sua história.

As falas dos parlamentares, por exemplo, ressaltam a importância do Banco do Brasil, hoje, no cenário econômico nacional, através do resgate de valores que estes associam à história da empresa desde a sua fundação em 1808, quando da vinda de D. João VI e da corte portuguesa para o Brasil.

O próprio banco assumiu ao longo do tempo essa identificação com os símbolos de nacionalidade. Examinando, por exemplo, o parágrafo inicial do histórico da empresa, que estava disponível na rede de comunicação interna do Banco do Brasil, em março de 1995, depara-se com a afirmação que “*Desde cedo o Banco do Brasil identificou-se com os princípios mais significativos da nacionalidade, o que lhe valeu a confiança do povo brasileiro*”.

Mas, se considerarmos, como sugeri anteriormente, que essas narrativas e as idéias a elas associadas são da ordem das metáforas míticas e, sabendo que “*as realidades empíricas em todas as suas particularidades jamais poderão corresponder aos mitos*” (Sahlins, 1990, p.185), torna-se necessário compreender a forma como se relacionam os signos à realidade empírica. Pois, como também afirma Sahlins (1990), conceitos e categorias são colocados constantemente em risco quanto ao seu significado de acordo com as relações diferenciais que os signos mantêm entre si em um dado sistema simbólico. E, de forma mais sugestiva, que “*o significado de qualquer forma cultural específica consiste em seus usos particulares na comunidade como um todo*” (p.190).

É neste sentido que o recurso à história, na presente análise, ao articular fatos datados e sistema simbólico, permitirá perceber os diversos sentidos que são construídos a partir dos fragmentos da história do

Banco do Brasil; fragmentos esses que são ordenados e reordenados seguidamente, mas têm como princípio norteador o mesmo tema: a idéia de nação.

Se analisarmos os principais eventos da história do Banco, verificaremos que não há uma constância de atuação embora muitos aspectos se mantenham, como, por exemplo, a sistemática de nomeação de seus administradores que, no Império era atributo do imperador e na República passou ao Presidente, bem como a utilização de recursos da instituição, pelos diferentes governos, no atendimento aos mais variados interesses. No mais, é improcedente a afirmação de que o Banco do Brasil, nos quase duzentos anos de sua existência, tenha contribuído para o desenvolvimento da nação e exercido um papel social, de integração e redução das desigualdades como ele tem sido definido na atualidade.

A principal razão de sua fundação, por exemplo, foi prover recursos para atender às despesas crescentes da corte recém transferida para o Brasil e, portanto, à manutenção da monarquia (Melo Franco,1979). Usado sistematicamente para atender ao caixa do governo a consequência foi o aumento crescente das emissões de papel moeda sem lastro real o que resultou em um processo inflacionário constante.

Não obstante, eu concordaria que sua existência e atuação são marcadas, desde o início, por elementos de afirmação da nacionalidade brasileira. Mas, essa compreensão só se dará a partir de um entendimento de sua representatividade no plano simbólico.

Do acompanhamento do fatos narrados e da leitura de alguns pronunciamentos políticos presentes nas obras historiográficas, percebe-se as críticas e a rejeição à atuação do Banco do Brasil no império, de forma mais acirrada no reinado de D.João VI, também intensa no reinado de D. Pedro I e em menor medida no de D.Pedro II.

Durante a existência do primeiro Banco do Brasil, que coincide com a estada da família real no Brasil, o papel-moeda só circulava na

corde e, portanto, não se constituía em uma moeda nacional. O governo agia intervindo abertamente na administração do banco, mesmo quando era detentor de um número mínimo de ações: nomeava administradores, suspendia e instituía favores, alterava o valor dos bilhetes emitidos, controlava as transações financeiras e as emissões e não pagava suas dívidas para com a instituição. Além do mais, para compensar os desfalques seguidos ao caixa do Banco do Brasil, o governo instituía impostos e monopólios fiscais, aumentava o capital convocando acionistas nas capitani- as em troca de títulos, promoções e isenção ao serviço militar²⁰.

Mas, no meu entender, como o governo que agia sobre o banco e dele usufruía era representado pelo príncipe português, as críticas ao Banco, naquele período, necessitam ser entendidas principalmente como dirigidas contra os portugueses.

Portanto, parece viável afirmar que os primeiros vínculos do Banco do Brasil com a construção da identidade nacional se deram de forma inversa ao que se apresenta nas narrativas. O Banco do Brasil figurava, então, como um foco de críticas à coroa portuguesa e um elemento por meio do qual se expressavam o descontentamento e a desconfiança dos brasileiros incentivando os ideais revolucionários que clamavam pela autonomia do país em relação a Portugal.

Talvez o primeiro elo forte entre o Banco do Brasil e o Brasil tenha se constituído no momento em que a corte se retirava para Portugal levando daquele banco todo o ouro e diamantes depositados. Diz Victor Viana (1926) que a reação dos *brasileiros* foi tamanha ao tentar impedir a saída da esquadra de D. João VI do porto, com os cofres abarrotados de valores, que obrigou o príncipe a se utilizar dos regimentos da divisão portuguesa para conter os manifestantes.

²⁰ Vide as obras *O Banco do Brasil*, de Victor Viana (1926) e *História do Banco do Brasil*, de Afonso Arinos de Melo e Franco e Cláudio Pacheco (1979).

Totalmente desfalcado em recursos, o banco ainda manteve seu funcionamento até a sua efetiva liquidação, em 1830. E sua precária existência nesse curto período se por um lado serviu para consolidar o processo de independência, por outro significou a contínua deterioração da sua situação econômico-financeira. D. Pedro I apenas repetiu os atos de D. João VI, fazendo do banco o fornecedor de recursos ao reino. Novamente os ressentimentos dos brasileiros contra o imperador se materializaram no ataque ao Banco do Brasil pois, como nos diz Afonso Arinos (1979), *“a oposição se voltou contra as instituições do estado, uma vez que a pessoa do soberano era inviolável”*.

E é curioso observar que essa atitude de atacar o Banco do Brasil como forma de criticar o próprio governo se repete nos dias atuais. Quando os agricultores protestam contra a política agrícola, as taxas de juros, a suspensão de financiamentos ou o preço mínimo dos produtos agrícolas, tem sido comum a realização de atos públicos em frente às agências do Banco do Brasil: tratores postados à frente das agências impedindo o seu funcionamento, toneladas de grãos sendo despejados às suas portas e mesmo agressões ao prédio da agência, quando os produtos são atirados sobre ela. Mais recentemente ainda, o Banco do Brasil foi alvo de manifestações dos trabalhadores “sem terra” na região do Pontal do Paranapanema. A agência foi invadida como forma de pressionar a contratação e liberação de recursos para os assentamentos e para a produção agrícola.

Esses atos, de forte conotação simbólica, são a forma inversa daqueles outros em que o banco é alvo de manifestações positivas. Quando se reivindica a sua permanência e se enaltece a sua atuação ele é “personalizado”, como nos versos do poeta da pequena cidade de Fagundes *“Foi quando você chegou...”*, torna-se um “benfeitor”, salvação para muitos dos males da região e esperança de progresso²¹. Ambos os aconteci-

²¹ É interessante notar como a esta simbologia correspondem distinções que se

mentos se referem a momentos em que se confere concretude a essa instância informe denominada governo, seja a sua “materialização” no prédio da agência ou a sua “personificação” como “benfeitor”.

Nesse sentido, quando no presente a classe política e diversos segmentos sociais conferem à tradição certos atributos do Banco do Brasil, resgatando inclusive o banco do império, parece que estamos diante de fenômenos sociais que apontam para aquilo que Hobsbawn (1984) denominou “tradições inventadas”. Ou seria mais apropriado dizer “tradições imaginadas” no sentido de Benedict Anderson (1989)?

Um dos aspectos resgatados nessas narrativas que afirmam o papel do Banco do Brasil no sentido de “unificação”, “integração nacional” e “propulsor do desenvolvimento” tem sido a sua expressividade no cenário nacional, principalmente por dispor de uma rede de agências que cobre praticamente todo o território nacional²². No entanto, até o início deste século, o Banco do Brasil dispunha de pouquíssimas agências, todas no Rio de Janeiro. O movimento de criação de agências em outros estados só ocorreria no período da República, a partir de 1906.

dão no campo conceptual. A maioria dos autores que se dedicam à reflexão sobre a questão da identidade nacional, do nacionalismo, da própria idéia de nação, têm enfatizado as distinções entre estado e nação. O estado é a expressão política da nação (Gellner, 1993). Marcel Mauss (1972) além de fazer essa distinção afirmava que os regimes de governo também não se confundem com a idéia de nação uma vez que os governos podem se caracterizar pela “relatividade” e “instabilidade”; podem exercer poderes que estão em desacordo com o dos governados, podem gerar desconfiança e não necessariamente ser alvo de respeito, embora para ele só fosse possível existir nação onde houvesse um centro de poder estável. Para Hobsbawn (1984) esse dilema se resolve apenas com a democratização que dá legitimidade a estados e regimes independentemente do contentamento desses cidadãos.

²² O Banco do Brasil é a maior instituição financeira da América Latina e detém cerca de 3.000 agências espalhadas por todo o país. Dos 6.000 municípios brasileiros o banco chegou a marcar presença em 4.000, sendo que em 500 deles era o único banco presente nas localidades.

Além do mais, um Banco do Brasil atuando no sentido de fomentar o desenvolvimento das regiões mais carentes do país, com financiamento aos pequenos produtores agrícolas e às pequenas empresas é, também, bastante recente. Quando em fins do século passado, o Banco do Brasil tomou a si pela primeira vez em sua história, a atribuição que viria a ser no século seguinte a marca de sua atuação: o financiamento do setor agrícola, o fez para atender aos interesses do governo. Este firmou um acordo com o Banco do Brasil para a instituição de uma carteira de crédito agrícola como forma de compensar aos grandes produtores os prejuízos decorrentes do processo da abolição. Portanto, a atividade que neste século caracterizaria a chamada “função social do Banco do Brasil” foi direcionada em princípio a beneficiar as oligarquias regionais, os grandes produtores, portanto as elites econômicas do império e também para atender à política de substituição da mão de obra escrava promovendo o financiamento para assentamento de imigrantes europeus nas lavouras de café. No entanto, parece procedente pensar que a instituição da carteira agrícola foi um passo relevante no sentido de expandir a presença do banco em outros estados, principalmente nas regiões sudeste e nordeste.

A partir de um levantamento das datas de inauguração das agências as pode-se verificar, por exemplo, como a atuação do banco foi se modificando ao longo dos diferentes governos republicanos. Em 1908, com o estatuto de agência havia apenas a situada no Rio de Janeiro. A segunda e terceira agências, respectivamente em Manaus e Belém, relacionam-se ao ciclo da borracha, a quarta, em Santos, SP, à importância de seu porto para escoamento da produção do café. Em 1917 o Banco do Brasil totalizava 23 agências em todo o país, a maioria localizada nas capitais ou em cidades estratégicas do ponto de vista econômico. A historiografia revela por um lado a pressão de setores do congresso e de representações de interesses ligadas ao comércio e à indústria para que se acelerasse o processo de abertura de agências nas capitais e, por outro lado, críticas feitas

por outros parlamentares e setores sociais contra a atuação do Banco do Brasil apenas nas localidades que propiciavam altos lucros, deixando, dessa forma, ao abandono os pequenos centros produtores (Melo Franco e Pacheco, 1979).

Até 1929 já haviam sido inauguradas 83 agências. Na década de 30, início da Era Vargas, o número de agências cresceu um pouco, passando a 93. Foi na década de 40 que o processo se intensificou sendo que em 1950 o Banco contava com 283 agências. Mas, se considerarmos que em 1994 o Banco do Brasil chegou a contar com cerca de 4.000 pontos de atendimento pelo país, vê-se que, embora o nacionalismo da era Vargas tenha atuado no sentido de firmar o papel do Banco como impulsor do crescimento econômico do país, principalmente com a criação da Carteira de Crédito Agrícola em 1936, e da Carteira de Comércio Exterior em 1941, foi nos períodos seguintes, do desenvolvimento da era Kubitschek e dos governos militares que ele se expandiu por todo o território nacional. Em fins da década de 70, em apenas uma gestão, o banco inaugurou 1.134 agências nas regiões mais afastadas do país e consolidou a assistência às pequenas e médias empresas²³.

Assim, embora as narrativas sobre o banco resgatem a todo momento um passado de realizações em prol do país, valendo-se de fragmentos de sua história que são reordenados, parece-me mais apropriado fazer referência a um “passado mítico”. As narrativas não se reportam apenas a um passado idealizado ou um passado construído; não correspondem, necessariamente, aos fatos datados sobre a instituição e são contadas e rememoradas em determinados momentos significativos. No âmbito da empresa essas narrativas se dão quando os funcionários mais antigos se dirigem aos mais novos, repetem-se constantemente nas festas

²³ Em fins da década de 80, apesar da extinção da Carteira de Crédito Agrícola, era responsável pelo financiamento de 2/3 de todo o crédito rural do país.

de confraternização, nas homenagens e despedidas, nas referências às mudanças, nos momentos de crise e ameaça de rupturas²⁴. Para a sociedade como um todo, essas narrativas são retomadas seja quando uma comunidade se vê na iminência de perder sua agência, seja quando medidas governamentais ameaçam a instituição ou os seus devedores, quando os financiamentos são suspensos ou os juros aumentados, ou, ainda, quando se critica o papel diferenciado da instituição ou os chamados “privilégios” de seus funcionários. E, neste sentido, parece pertinente a observação de Raoul Girardet (1987) acerca da mitologia política, quando afirma que em momentos de crise social e de ameaça à ordem estabelecida, e mais, quando há uma perda de referenciais a uma coletividade ou grupo, os mitos “*impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração*”(pag.180).

Ora, como diz Lévi-Strauss (1975), o mito é linguagem e a sua essência está antes de tudo na história que é contada. A narrativa mítica conta sempre uma história sobre o passado, tendo como matéria resíduos e fragmentos dos acontecimentos que ordena e reordena seguidamente na busca de um sentido (Lévi-Strauss, 1970). Assim, a capacidade transformadora é inerente ao mito gerando inúmeras versões a partir do mesmo material (Lévi-Strauss,1989).

Num artigo recente (Ruben e Lúcio,1997), os autores analisam a realidade empresarial como da ordem das metáforas míticas. Trazem para reflexão a hipótese de que “*uma cultura empresarial brasileira poderia ser considerada como um conjunto de relatos míticos e o desempenho particular de uma determinada empresa poderia ser melhor avaliado se fosse levado em conta a interpretação da **relação proporcional direta** do mito com seu respectivo presente etnográfico*”(pag.7)

²⁴ É importante ressaltar a recorrência da referência a esse passado por funcionários que não o haviam experienciado mas que o repetiam por ter ouvido de outros funcionários e de familiares.

Acreditando que, no caso do Banco do Brasil, a dimensão simbólica é não apenas importante mas crucial ao entendimento da cultura da empresa e do seu desempenho, devo ressaltar, no entanto, que a interpretação de um “mito de origem” da empresa Banco do Brasil, como sugerem os autores, implica a elaboração de um quadro analítico bastante complexo. O material analisado sugere não a preponderância do “mito de origem” da empresa Banco do Brasil mas a sua presença como principal protagonista em um complexo simbólico do qual derivam vários “mitos de origem”.

Uma tentativa de sistematização do material aqui apresentado permite observar que todos os envolvidos: os parlamentares, os membros das comunidades e os funcionários narram histórias, semelhantes mas não iguais, que giram em torno de um mesmo tema – a idéia de nação – para dizer coisas diferentes.

Os parlamentares contam uma história sobre o banco com fragmentos trazidos dos acontecimentos históricos, aos quais eles dão uma interpretação e sentido para justificar a permanência do banco nas pequenas cidades ou defender a sua sobrevivência enquanto parte do aparelho estatal. Diz essa história que o banco desde o seu início promoveu o desenvolvimento do país, foi fator de integração e de unidade nacional, teve uma missão social, prestou serviços às comunidades e ao país, enfim, participou do processo de construção da nação. Portanto, essas narrativas não falam apenas sobre a origem do Banco, mas, principalmente, como através dele originou-se a nação.

As comunidades contam uma história sobre o Banco do Brasil que se inicia quando da chegada do banco à localidade. De forma análoga, é como se o surgimento da comunidade se desse com a chegada do Banco do Brasil, pois com ele vem o desenvolvimento, a ordem e a possibilidade de integração ao restante do país. Os habitantes e seus representantes rememoram esse passado como forma de luta para a sua própria sobre-

vivência. Nessas narrativas, a vinda do Banco, tal como a dos heróis míticos, diz sobre a própria origem da comunidade.

Os funcionários contam uma história sobre o banco a partir do seu ingresso no Banco do Brasil (como um nascimento e ao mesmo tempo inclusão em um grupo seletivo). É uma história que eles ouviram dos antigos funcionários que ouviram de outros mais antigos ainda. Nessa história raramente há a reconstituição dos fatos históricos, como na narrativa dos parlamentares, mas os mesmos elementos que lá se apresentam são acionados quando os funcionários se referem a esse “banco de antigamente”. A narrativa nem sempre é voltada para justificar o presente ou pensar o futuro, mas, em muitos casos, como forma de resgatar um tempo perdido que ao ser rememorado permite a manifestação dos sentimentos de pertencer à instituição. É o nascimento do funcionário enquanto membro da instituição e, se tomarmos algumas falas de entrevistados, os dados chegam a sugerir um outro nascimento dado por um despertar da “consciência da cidadania”, visto também como forma de identidade do funcionário com a empresa²⁵.

QUANDO A LÓGICA EMPRESARIAL SE VALE DA ORDEM CULTURAL

Como afirmei no início deste trabalho, em uma empresa como o Banco do Brasil em que a dimensão simbólica permeia fortemente todas as relações, a ordem cultural se choca constantemente com os princípios da racionalidade econômica que conformam a lógica empresarial.

²⁵ Na formulação de Ruben (1984) nacionalidade e cidadania, embora muitas vezes sejam tomadas como equivalentes, não são a mesma coisa. No entanto, o conceito de cidadania expressa o conteúdo jurídico da nacionalidade.

Os episódios narrados mostraram como as reações das pequenas localidades às medidas tomadas pela alta administração da empresa no sentido de fechamento de agências para redução dos custos e prejuízos acabaram obrigando-a a uma negociação com as localidades antes da efetivação dessas medidas. Neste sentido, pergunto: seria possível afirmar que a lógica cultural, que reclamava o papel “tradicional” da empresa, suplantou a lógica empresarial?

O acompanhamento dos acontecimentos parece mostrar que não. A empresa, ao que tudo indica, não apenas cedeu, negociou. Para a manutenção da agência nas comunidades valeu o princípio da “reciprocidade”. *“Vocês querem o Banco do Brasil aqui?”*, relatava um funcionário envolvido no processo de negociação, *“Nós vamos ficar aqui se vocês querem... agora, nós queremos que vocês centralizem os negócios de vocês conosco”*. Os dados disponíveis mostram que houve um esforço de muitas comunidades no sentido de tornar a agência lucrativa: transferindo recursos para o Banco do Brasil, às vezes mesmo a título de “subvenção”, fornecendo o prédio para funcionamento da agência, mobilizando-se para aumentar a captação, e assim por diante.

Por outro lado, mudanças mais recentes na relação com a clientela e na forma como tem sido utilizada a imagem do Banco do Brasil nas peças publicitárias, mostram que a direção da empresa apropriou-se com maior ênfase dos elementos simbólicos que no imaginário social vinculam o banco à idéia de nação como parte de sua estratégia empresarial.

É interessante notar que nos últimos meses houve um investimento pesado na utilização da simbologia que envolve o banco com o intuito de atingir a totalidade da população. Não mais a clivagem entre campo e cidade, características dos períodos anteriores, mas propagandas que manipulam mais ostensivamente os símbolos da nacionalidade. A propaganda que impactou o mercado ao trazer para o Banco do Brasil o antigo cliente de um banco concorrente inicia-se com o cantarolar da

“Aquarela do Brasil”, as imagens do Brasil associadas às das agências e à marca do banco. Inclusive, os últimos relatórios anuais apresentados pela empresa, sobretudo os de 1996 e 1997, mesclam os dados financeiros com fotografias sobre manifestações culturais das diferentes regiões brasileiras – valendo-se em todas elas da exaltação às cores da bandeira – e textos de historiadores e antropólogos sobre questões como cidadania e “brasilidade”. No mesmo sentido, os cartazes atuais, os *folders* e as propagandas nas revistas enfatizam que o banco é “do Brasil”. Isto é interessante quando observa-se que em agosto de 1993 houve uma proposta da alta administração para a retirada da partícula “do” do nome do banco, o que desencadeou reações por parte do funcionalismo e dos sindicatos.

Talvez, neste “do” esteja parte da explicação. Porque ele implica um “nosso” e portanto a referência a um coletivo, a algo que é propriedade de todos. Nas falas que resgatam esse vínculo entre a instituição e a nação, ele figura como propriedade da sociedade brasileira e de seus cidadãos. E, neste sentido, enquanto patrimônio da nação pode, muitas vezes, ser tomado como seu símbolo.

Talvez, por este caminho se explique também os vínculos entre o funcionalismo e a empresa, que se constituía até bem pouco tempo numa relação passional, onde se trabalhava “por amor ao banco”²⁶. E

²⁶ A esse respeito ver a análise de Tozzi (1997) comparando as relações funcionários/empresa no Banco do Brasil e na Telebrás. Segundo a autora, na Telebrás o envolvimento dos funcionários com a empresa se daria num plano mais racional, marcado por relações estritamente profissionais, enquanto que no Banco do Brasil elas se dariam num plano passional, marcadas por relações sentimentais.

A esse respeito, é importante, ainda, considerar a análise que Benedict Anderson (1989:157) faz sobre a utilização do vocabulário de parentesco ou do lar na referência à pátria, o que explicaria o “amor à pátria”. Na utilização de expressões do universo familiar haveria, segundo o autor, a referência a algo que se está ligado “natu-

assim, compreenda-se que enquanto parte de uma empresa onde os funcionários se consideram a serviço da nação haja uma participação expressiva em tantos movimentos sociais, em prol da cidadania²⁷. Com efeito, a interpretação dada por alguns funcionários da Direção Geral, em Brasília – e o material analisado permite uma concordância, embora não generalizada, a esse respeito –, vai no sentido da afirmação de uma “*brasilidade*” – que resgata a cidadania como forma de pertencimento à empresa –, como característica da cultura do Banco do Brasil.

Mais ainda, entende-se o aparente paradoxo da identificação dos funcionários com o “banco do passado”, a instituição Banco do Brasil, e a negação ao “banco do governo”, as críticas à administração da empresa, mas o empenho em preservá-la. É que, neste sentido, o banco é peregrino enquanto as administrações são fortuitas e passageiras; o banco é patrimônio do Estado e parte da nação, mas não propriedade do gover-

ralmente” e que, portanto, que não se pode evitar ou escolher. No Banco do Brasil, como em outras estatais e empresas públicas, é recorrente a utilização de metáforas do universo familiar o que sugere um interessante campo de investigação para pensar as relações empresa/nação.

²⁷ O material disponível mostra uma participação ativa do funcionalismo do Banco do Brasil em movimentos ligados à educação, veja-se por exemplo o projeto BB-educar, ao incentivo à capacidade associativa promovendo e orientando programas de formação de cooperativas, a participação ostensiva no programa “Ação da Cidadania” coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza e muitas outras atividades similares. Ressalte-se ainda que o BB-educar além de programa de alfabetização que se espalha por todo o país dedica-se a estimular a atividade associativa nas comunidades assistidas. Quanto ao programa “Ação da Cidadania”, o próprio “Betinho” reconheceu sempre a importância da participação dos funcionários do Banco do Brasil: *“uma das instituições que primeiro reagiu e aderiu à campanha foi o Banco do Brasil (...) A adesão foi entusiástica, surpreendente e nacional. O Ibope revelou a existência da Ação da Cidadania em praticamente todas as cidades do Brasil, com cerca de três mil comitês organizados com a participação direta dos funcionários. (Revista Momento, nº6, ano I, nov-dez/95).*

no. De forma análoga, é pela distinção entre Estado-nação e governo que se pode criticar ferrenhamente os governos ao mesmo tempo em que se reafirma os sentimentos em relação à nação.

Minha interpretação sugere ainda que as imagens, as construções simbólicas sobre o Banco do Brasil, referem-se muito mais a um ideal que se encontra no passado e que se luta por concretizar no presente ou, ao menos, permitir sua concretização no futuro. Uma vontade permanente – de unidade, integração, progresso, igualdade – que nunca se realizou plenamente e, por isso mesmo, muitos busquem a todo custo preservar, mesmo se apenas como “potencialidade”.

E, de outra perspectiva, são também dessa ordem as posturas contrárias ao modelo de atuação do Banco do Brasil. Quando se critica o Banco do Brasil enquanto parte do aparelho estatal o referencial simbólico é o mesmo: as imagens sobre a nação e os símbolos de nacionalidade. Apenas que, neste caso, se trata da adoção de um modelo que se contrapõe aos princípios que conformam a idéia de nação e, um modelo que, no meu entender, traz implícita a idéia de desconstrução desses vínculos simbólicos.

ABSTRACT: This article is a reflection on the form how connections were built between the company “Banco do Brasil” and nationality signs in the course of time. We tried to understand to what extent those given connections in the symbolic dimension are confronted or are articulated to the managerial logic that rules the administration of the company in the last years.

KEYWORDS: nation, myth and symbolism, national identity, cultural logic, utilitarian logic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. SP: Ática, 1989.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. SP: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das Almas- o imaginário da república no Brasil*. SP: Cia da Letras, 1993.
- CERQUEIRA LEITE, R. *Quem tem medo do nacionalismo?* SP: Brasiliense, 1983.
- FEATHERSTONE, M. "Global Culture". In: FEATHERSTONE (ed) *Global culture nationalism, Globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. SP: Cia. das Letras, 1987
- GLUCKMAN, M. *Custom and Conflict in Africa*. Oxford: Basil Blackwell, 1970.
- HABERMAS, J. *Identidades nacionais y postnacionales*. Madrid: Ed. Tecnos, 1989.
- HALL, S. "A Questão da Identidade Cultural". In: *Textos Didáticos*, ARANTES, A. A. (org.), Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.
- HOBSBAWN, E.J. "A invenção das tradições". In: Hobsnawn, E. e Ranger, T. (orgs.) *A invenção das tradições*. SP: Paz e Terra, 1984.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade*. RJ: Paz e Terra, 1991.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. RJ. Ed.Civilização Brasileira, 1996.
- LATTMAN-WELTMAN. "Economia e política na reforma do Estado", *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nr.37, 1996.
- LE GOFF, J. "Idades Míticas". In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. "A estrutura dos mitos". In: *Antropologia estrutural*. RJ: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. "Como morrem os mitos". In: *Antropologia estrutural dois*. RJ: Tempo Brasileiro, 1989.

- _____. “A ciência do concreto” e “O tempo redescoberto”. In: *O Pensamento Selvagem*. SP: EDUSP, 1970.
- LIPPI, L. O. *A Questão Nacional na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1990.
- MACHADO, L. T. *Formação do Brasil e Unidade Nacional*. SP: IBRASA, 1980.
- MAUSS, M. “La nación”. In: *Sociedad y Ciencias Sociales-Obras III*. Barcelona: Barral Ed., 1972.
- MELO FRANCO, A. A. e PACHECO, C. *História do Banco do Brasil*, vol.I a V, Banco do Brasil (ed.), 1979.
- MELO SOARES, R.M.S., “Gestão e relações de trabalho na empresa estatal brasileira”. In: *Mudanças Tecnológica, Aumento de Produtividade e Participação dos Trabalhadores em Empresas Estatais: Elementos para o Planejamento* Brasília, IPEA/IPLAN, série Acompanhamento de Políticas Públicas, nr.25, 1990.
- MEYER, J. W. , BOLI, J., THOMAS, G.M and RAMIREZ, F.O. “World Society and the Nation-State”. In: *American Journal of Sociology*. The University of Chicago Press, vol.103, nº 1, 1997.
- MONTEBELLO, S. C. “BB: Banco do Brasil ou do Governo? Dilema Histórico de uma Instituição”. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) Pucc.
- ROCHA, E. G. “Notas para um estudo da cultura do Banco do Brasil”. mimeo, 1995.
- RODRIGUES, L. C. e GUSSI, A.F. Relatório FAPESP – cultura organizacional do Banco do Brasil. Campinas, mimeo, 1996.
- _____. “Mudanças e continuidades no processo de reestruturação do Banco do Brasil”, mimeo, 1997.
- RUBEN, G. R., “Empresários e globalização”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, ano 10, junho, 1995.
- _____. “Teoria da Identidade: Uma Crítica”. *Annário Antropológico*, Brasília: Tempo Brasileiro-UNB, 1988.
- _____. *O que é nacionalidade*. SP: Brasiliense, 1984.

- RUBEN, G. e LUCIO, C.F. “Realidade empresarial através de metáforas míticas. Investigando o estilo nacional nas organizações empresariais brasileiras através de narrativas de caráter mitológico”. *Anais do V Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia*. Dezembro/1996.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. RJ: Zahar, 1990.
- SMITH, A. D. “Towards a global culture?”. In: FEATHERSTONE (ed.) *Global culture-nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
- SOUZA SANTOS, B. *Pela Mão de Alice*. SP: Ed. Cortez, 1995a.
- _____. “A construção multicultural da igualdade e da diferença”. *Palestra no VII Congresso Brasileiro de Sociologia*. RJ. Setembro/1995. Mimeo, 1995b.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOZZI, N. “Razão x Paixão – o lado obscuro dentro de duas empresas do setor estatal”. Campinas, 1995 (Monografia) – IFCH-Unicamp.
- TURNER, V. W. *Schism and continuity in an African Society*. Manchester University Press, 1972.
- _____. *Dramas, Fields and Metaphors – Symbolic Action in Human Society*. EUA: Cornell University, 1974.
- _____. *From Ritual to Theatre – The Human Seriousness of Play*. Performing Arts Journal Publications, New York City, 1982.
- _____. *By Means of Performance: intercultural studies of theatre and ritual*. Richard Schechner and Willa Appel (ed), Cambridge University Press, 1990.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ANABB – Boletins *Ação e revistas Momento – período 1995/1997*

BANCO DO BRASIL – *Estatutos do Banco do Brasil*

GAREF – *Boletins GAREF*, período 1992/1995.

TRABALHO, HERANÇA E GÊNERO: HISTÓRIA FAMILIAR E JOGOS DE DIFERENÇA

Igor José de R. Machado

RESUMO: Este ensaio focaliza duas gerações da família Rennó. O seu intuito é entender as implicações de um projeto familiar formulado pela primeira geração sob o ângulo de três questões interrelacionadas e que foram constatadas durante a pesquisa de campo: divisão do trabalho, herança e gênero. Procurarei demonstrar como a adoção desse projeto familiar por um lado legitima processos informais de antecipação de herança e, por outro, conduz parte da segunda geração da família à cidade. A partir dessas questões analisarei como um processo de contínua inserção no sistema nacional e participação na vida urbana reorganizaram o universo simbólico familiar, tomando como exemplo a redefinição complexa do gênero masculino e feminino. Esse processo de re-significação verifica-se ao longo da história familiar, possibilitando um estudo histórico que se inicia com o nascimento do primeiro filho, em 1940 e segue até os dias de hoje.

UNITERMOS: Família rural, gênero, antecipação de herança, transformação social, história oral.

UMA BREVE HISTÓRIA DOS RENNÓ

A família Rennó tem como patriarca o médico e major do exército prussiano chamado Johann Rennow, aqui chamado de João Rennó.

Chegou ao Brasil em 1817, vindo se instalar em Itajubá após uma passagem por Curitiba, onde se casou, em 1820, com Ana Joaquina Ferreira. Um de seus netos, Luís Carlos Rennó foi pai de quinze filhos, entre os quais Luís Francisco Rennó, pai, por sua vez, de oito filhos, dentre os quais Luís Carlos Rennó Neto (Luisinho).

Minha atenção volta-se inicialmente à vida de Luisinho [1914-1990], que foi agricultor como seu pai. Ao contrário de todos seus irmãos, foi o único a fundar o seu próprio núcleo familiar em outra localidade. Em certa medida, Luisinho procurou uma vida independente de seu pai e da própria família. Na década de trinta, quando contava por volta de seus vinte e quatro anos, Luisinho comprou terras no bairro rural de Teodoros (compra que foi possível graças a um consórcio familiar, através do qual o pai e seus irmãos ajudaram-no a adquirir os quatro alqueires de terra com que iniciou a vida)¹, um lugar afastado, no município de Brasópolis, MG. Após ter-se mudado para o Teodoros, Luisinho casou-se (1939) com Teresa Mendonça, natural de São José do Alegre (MG) e filha de agricultores na zona rural dessa cidade. Nessa época, ele já havia terminado a construção de sua casa, onde viveu com sua esposa e crescente família até 1960, quando construiu casa maior e mais “vistosa”, em local próximo a essa primeira casa.

Sua vida foi marcada pelo trabalho na terra, reproduzindo a vida adotada pelo seu pai, onde a terra é vista como lugar privilegiado e necessário para a vida da família. O dinheiro deveria ser convertido em propriedades fundiárias, para que a família numerosa (necessária para conduzir essas propriedades) pudesse se reproduzir e permanecer na ter-

¹ Faltam-me dados para examinar com atenção essa questão, mas parece que Luisinho pagou todos esses empréstimos criteriosamente, não caracterizando um adiantamento de herança, já que mesmo a participação dos irmãos deixaria de configurá-la. Também faltam-me dados a respeito da situação financeira de Teresa quando casou, se recebeu algum dote ou parte em herança.

ra; toda a vida é marcada pelo contato com a terra. Essa é o que chamarei, por falta de melhor nome, de “estrutura rural”. Ao contrário, seus irmãos preocuparam-se principalmente com a educação escolar dos filhos (“a estrutura urbana”²) e não aumentaram excessivamente suas propriedades, apenas compraram algumas partes das irmãs, na época da herança.

Assim que pôde, Luisinho apoiou-se na mão-de-obra familiar para conduzir a produção da sua “roça”. Já em 1954 contava com a ajuda de seus quatro filhos mais velhos³ e todos eles, inclusive o próprio Luisinho, trabalhavam intensamente na terra. Todo o dinheiro arrecadado nas lavouras (principalmente café, milho, arroz e feijão) era utilizado para pagar as dívidas feitas na compra de terras. Ao fim da vida, Luisinho acumulou cerca de 60 alqueires, que foram distribuídos entre seus filhos e sua esposa, Teresa. Na verdade, seu patrimônio foi muito maior, considerando que, a partir de certo momento, ele deixou de comprar terras em seu nome e passou a ajudar seus filhos a adquirirem suas próprias terras, num processo de adiantamento de herança que será detalhado mais à frente.

Por volta de 1960, o empreendimento familiar iniciado por Luisinho “mudou” de direção. Se para os sete primeiros filhos (cinco homens e duas mulheres) o modo de vida foi seguir os mesmos padrões que ele

² Desculpem-me pela simplicidade dos termos, mas assim torno mais claro meu argumento. Porém, devo deixar claro que não quero contribuir para um reforço da dicotomia rural/urbano que se criou nas ciências sociais: a divisão aqui é entre dois modos de vida, sem querer dizer que na cidade ele seja o mesmo para todos, muito menos no campo. Temos várias estruturas nesses vários contextos, mas para fins metodológicos adotarei essa nomenclatura.

³ Aos quinze anos de casamento os quatro filhos mais velhos (nascidos entre 1941 e 46) já trabalhavam todos na lavoura, e aos vinte o quinto filho mais velho (1950) também já estava inserido no processo de trabalho.

viveu (o trabalho e a vida na terra), para seus cinco filhos mais novos seguiu-se uma nova “estratégia”: o caminho da cidade. O projeto familiar de Luisinho abarcou essas duas estruturas diferentes, e mais adiante buscarei entender com elas se relacionam através da narrativa de um dos filhos. Nessa época Luisinho comprou uma casa em Brasópolis para que seus filhos lá estudassem; sua esposa e a filha mais velha [Clarice] revezavam na tarefa de cuidar dos meninos e meninas⁴. Nesse período, os cinco filhos cresceram entre os estudos na cidade e a roça (aos fins de semana, numa rotina obrigatória), o que impediu-os de perderem contato com a forma de vida de seus irmãos mais velhos e de Luisinho. Na roça, eles trabalhavam e, na cidade, estudavam.

Entre 1970 e 1980, os filhos foram avançando nos estudos, direcionando-se para Itajubá, onde estavam as faculdades mais próximas. No início, os filhos foram ficando em casa de parentes, numa rede de apoio familiar. Ana, por exemplo, ficou um tempo (em 1974) com sua irmã Bernadete, que morava em Itajubá com seu marido; Neiva morou durante um período com Benedita, irmã de Luisinho. Essa situação durou um tempo relativamente curto, até que Luisinho comprasse uma casa em Itajubá para instalar seus filhos. Sua esposa Teresa, então, mudou-se para Itajubá para cuidar dos filhos. Ana e Lázara estudaram enfermagem; Lúcio, engenharia civil; Neiva, letras; todos em Itajubá, em faculdades particulares. Jair por sua vez, estudou engenharia elétrica em Sta. Rita do Sapucaí.

Durante o tempo em que essa parte da família estava na cidade, aqueles que ficaram na roça foram ajeitando-se com a ajuda de Luisinho. Até 1973, os sete primeiros filhos se casaram (Rennó, Clarice, Antônio, Bernadete, Antônio, José e Roberto). Apenas Carlinhos continuava mo-

⁴ Eram eles, por ordem de nascimento: Ana, Lásara, Lúcio e Jair. A última filha, Neiva, não era nascida nesse momento.

rando com seu pai na roça, e embora tivesse tentado continuar estudando no Supletivo em Itajubá, logo desistiu. Em 1978, Carlinhos casou-se e passou a morar com sua mulher, Aparecida Fonseca, na casa da roça. A partir de então, Teresa ia cada vez menos à roça, devido a atritos com Aparecida (Teresa diz que não se sentia mais dona da sua casa e por isso preferia ficar em sua outra casa, na cidade) e Luisinho a visitava aos finais de semana em Itajubá. Durante a semana Luisinho permanecia na roça, junto de Carlinhos e sua esposa.

Por volta de 1989 Luisinho adoeceu. Contava cerca de 76 anos quando foi atacado por um câncer, vindo a falecer em 1990. Durante esses anos todos, Luisinho trabalhou na roça e organizou a vida dos filhos. Os cinco filhos homens mais velhos, casados, continuam hoje em dia na roça, vivendo a vida nos moldes da de Luisinho; todos casaram-se com mulheres da roça, com alguma propriedade a oferecer. Todas as filhas (as duas mais velhas que não seguiram os estudos, bem como as outras três que o fizeram) casaram-se com homens da cidade. Os dois homens mais jovens, que estudaram, não seguem a profissão aprendida na faculdade; oscilam entre a vida na cidade e a roça onde também têm terras. Os dois casaram-se com mulheres da cidade.

DIVISÃO DO TRABALHO E ANTECIPAÇÃO DE HERANÇA

Nessa parte delimitarei a forma em que se organizava a divisão do trabalho na roça, entre homens mais velhos e mais jovens e entre homens e mulheres, para entender como ela estabeleceu critérios para a antecipação de herança entre os membros da segunda geração dessa família⁵.

⁵ A análise dessa monografia é baseada nas seis histórias de vida realizadas e em várias entrevistas informais. As seis histórias de vida são as de Antônio, Roberto,

Na roça de Luisinho, o processo de trabalho assemelhava-se muito, num primeiro momento (antes da mudança de estratégias), aos processos já descritos por vários estudos. Brandão nos conta como os filhos com mais de seis anos são inseridos no ciclo de trabalho familiar, para economizar no custo com o trabalho assalariado e por esses efetuarem um tipo de trabalho que torna-se muito útil como limpeza, plantio, colheita, cuidado com filhos menores, etc. (BRANDÃO, 1993, p.123). Entre os Rennó, o processo era o mesmo: pequenos, os filhos já começavam a trabalhar. Mesmo os filhos que estudavam na cidade (no segundo momento) participavam desse trabalho, já que eram obrigados a estarem lá em todos os finais de semana. Mesmo esses filhos que foram estudar participaram dessa primeira estratégia, contribuindo com seu trabalho durante um certo tempo. Desde criança, criava-se uma obrigação para o trabalho e uma divisão mais ou menos flexível entre as tarefas.

Bernadete, Carlinhos, Jair e Neiva, metade dos 12 filhos, portanto. Não sintam-se injustiçadas as mulheres, mas as dificuldades financeiras e os limites de tempo, levaram-me a entrevistar apenas os membros da família que moravam em Itajubá, onde fica a casa da família, ou na “roça”. Como as mulheres são as que “saem” do núcleo familiar, três delas moram fora da região. Clarice e Lásara moram em São José dos Campos (SP), e Ana em Ilha Solteira. Eu preferia ter entrevistado Clarice, como a “representante” das mulheres que não estudaram, mas como não tive a sorte de encontrá-la quando estava em Itajubá, entrevistei Bernadete. Com relação aos homens as coisas foram mais fáceis, pois estão todos (com exceção de Lúcio) morando na região. Entrevistei informalmente Teresa, no entanto ela preferiu não gravar a conversa, como boa mineira que é. Diante dessa reticência em mostrar-se, achei melhor preservá-la, privilegiando a segunda geração nessa análise. Essa situação refletiu-se no texto, pois a quantidade de informação acumulada à respeito dos homens foi muito maior (coincidentemente eles falam muito mais que as mulheres). Em vários momentos do texto limito-me a apontar algumas conclusões a respeito das mulheres, baseado nas duas histórias de vida, enquanto forneço várias informações e citações a respeito dos homens e suas relações no interior da família. Desculpo-me novamente, atentando o leitor para essa dificuldade.

Como conta Jair: *“ali tinha trabalho para todos (...) e todo mundo tinha que trabalhar e contribuir com algum serviço. Então é aguar uma horta, limpar um chiqueiro, tratar das galinhas, pegar um cavalo, cortar capim para vaca... coisa que a gente fazia muito, cortar capim, cana, carregar cana, apartar vaca, tudo isso, lidar com o café no terreiro... coisas que hoje a gente vê, eu tenho o meu sítio e a gente vê... tem criança de camarada de 7, 8 anos, o que contribui, o que eles fazem de serviço, que a gente vê o quanto a gente tinha valor na época em que a gente era criança para os meus pais e os meus irmãos. Era um pouquinho de serviço que fazia mas ajudava muito, então a cobrança deles em cima da gente era grande. Eles não podiam parar, não tinha nenhum folgadinho ali, ninguém ficava ali de braços cruzados não, todo mundo trabalhava... então eles não queriam que a gente ficasse brincando por que já estava folgado. Tinha que dar um jeito de trabalhar, tinha que fazer alguma coisa... quando pintava uma brechinha para fazer outra coisa eles chamavam 'Jair vai fazer isso, vai fazer aquilo'. Era um comando trás do outro em cima da gente, e se não fizesse, pronto...”*

Os serviços de homem eram o trabalho na lavoura, na colheita e tudo o mais que se relacionasse com o plantio; o serviço das mulheres era, de forma geral, tudo aquilo que se relacionasse com a casa, a costura, comida, limpeza da casa, lavagem das roupas; os trabalhos considerados “leves” ao redor da casa (que não envolviam *muito* esforço físico) também eram executados por elas, como os trabalhos na horta, a moagem de farinha no monjolo, o cuidado com os animais domésticos, etc. Esse tipo de trabalho podia ser realizado também pelos homens, principalmente os que ainda não tinham idade para ir à lavoura.

Como no caso estudado por Brandão, “no interior e dentro dos limites da casa e do quintal a mulher vive a porção mais intensa e determinante de suas relações de serviço”. Mas “os limites situacionais (...) vão até a *lavoura* e normalmente terminam na vizinhança” (p.145). Porém, esse contato com a vizinhança é limitado e o contato com o mundo externo é mediatizado pelo marido. Aqui vale ressaltar que a situação das

mulheres na família era um pouco diferente, pois o contato com o “mundo” acontecia com frequência, e sem a necessária presença do marido. A cidade é muito próxima ao bairro de Teodoros e era costume ir às missas aos finais de semana. Além do mais, após Luisinho ter comprado a casa na cidade, o contato passou a ser maior, pois a cidade passou a fazer parte da cotidiano da família. No caso dos homens, a situação é igual à relatada por Brandão: *“As relações do marido distribuem-se produtivamente entre o quintal e o povoado. Mesmo que ele e seus filhos maiores passem boa parte do dia em casa, é na lavoura e no “comércio” que eles estão dentro de suas áreas de ações de serviço mais diretas.”* (p.145).

No caso da família Rennó a divisão de trabalho não era de modo algum rígida, podia haver superposição de tarefas entre os sexos. Por exemplo, o trabalho feminino na lavoura não era recriminado, era até recomendável em certas situações, como na “panha” do café. A divisão de trabalho rígida entre homens e mulheres (roçado\casa), recorrente na bibliografia, é considerada como ideal por alguns autores, pois nem sempre a prática demonstra essa situação. Garcia e Heredia (1968, p.17), mencionam “que há um `modelo ideal” do que seriam atividades masculinas e atividades femininas dentro do roçado. A mulher também trabalha no roçado, mas sempre que possível tem funções diferentes. Contudo, na prática, por necessidade, a mulher é levada a fazer várias atividades que são classificadas como de tipo masculino. Almeida, citando um caso amazônico, diz que esse mesmo tipo de contradição é resolvido “no plano do modelo cognitivo” (1986, p.77), onde esses serviços não são contados como trabalho, mas são “contabilizados automaticamente como atividade masculina”(íbidem).

Embora, na maior parte do tempo, a divisão de trabalho entre os Rennó correspondesse à mencionada pela literatura, isso ocorria devido à prática comum. Entretanto, devido ao caráter de empreendimento familiar, as exceções aos costumes eram aceitas normalmente, sem nenhum tipo de “choque cognitivo”. O trabalho da mulher não serve ape-

nas para "...complementar o trabalho do marido (...) Seu trabalho se insere igualmente em processos de ascensão social e acumulação." (WOORTMANN, 1984, p.73). Nesse sentido o grupo familiar é "uma organização estratégica, pois ele está orientado para "produzir" uma família nos moldes de um modelo ideal a ser atingido no futuro" (idem, p.73; grifo meu).

Pode-se pensar na família Rennó como um *workteam*, preocupado com sua ascensão social, onde cada membro tem um papel em potencial a desenvolver; por isso, a divisão do trabalho pode ser flexível (variando também conforme a idade da família). Portanto, a adoção de uma estratégia familiar que passou pelos estudos e pela cidade para os filhos mais novos fez parte dessa estratégia maior de ascensão social. A organização do trabalho adquiriu uma forma que, embora marcada por uma divisão convencional, visou o alargamento das fronteiras econômicas; e nesse contexto os papéis eram mais flexíveis.

Há que se examinar com calma a estrutura familiar dos Rennó e a hierarquia na divisão do trabalho masculino. Havia, aos vinte anos de casamento de Luisinho, cinco filhos homens trabalhando com seu pai na lavoura e cuidando do pequeno rebanho leiteiro, além de mais duas filhas trabalhando em casa. Com essa composição familiar, Luisinho tinha uma poderosa mão-de-obra ao seu dispor, pois os filhos trabalhavam de graça para o pai até "terem idade". Isso possibilitou que Luisinho aumentasse consideravelmente seu patrimônio, pois todo dinheiro arrecadado era investido em terras, fazendo-se dívidas que, no fim das contas, no dizer de um de seus filhos, "eram pagas pelo nosso trabalho". Por volta dos 19 anos de idade, os filhos passavam a produzir "de meia" com o pai até o casamento, ou até terem suas próprias terras. Nesse esquema toda a produção era dividida entre os irmãos e o pai e a metade que cabia aos filhos era dividida igualmente entre eles, por imposição de Luisinho, "que não queria que ninguém ficasse mais rico", segundo disse esse mesmo filho. Enquanto isso, os filhos que estavam na cidade iam cres-

cendo e avançando em seus estudos, voltando cada vez menos à roça. O casamento era o elemento crucial para a emancipação dos filhos que, pois como Fortes afirma, *“leva a uma cisão real ou incipiente de uma ou de ambas as famílias ou grupos domésticos originais dos cônjuges”* e essa cisão é *“sempre traduzida em termos de representação espacial, através dos arranjos residenciais”* (FORTES, s.d., p.3).

Isto condiz com a realidade dessa família, pois todos os filhos da roça construíram suas próprias casas. Alguns, por razões práticas, em terras de seu pai, pois já tinham suas terras; outros construíram em suas próprias terras. Esse esquema de consolidação de novos núcleos somados às novas propriedades parece ser uma exceção à literatura, pois na maioria dos casos, *“em função das regras que visam a beneficiar com o acesso a terra filhos homens de um indivíduo, sempre que atinjam a maturidade(...) e a nubilidadade, uma única propriedade privada jurídica pode vir a abrigar duas unidades econômicas no seu interior, ou seja, a “casa e a roça” paternal e a “casa e a roça” da família nuclear em formação do filho recém-casado.”* (MOURA,1978, p.17).

Também no caso narrado por Brandão (1993) a situação é parecida.

A exploração do trabalho dos filhos foi muito maior do que no caso estudado por Brandão (1993), pois até antes de casar, metade do trabalho desses filhos, ainda ficava com Luisinho. Esse filho conta que *“na casa do papai, um filho ajudando ele vale muito, já pensou ter que ficar pagando para tirar leite todo dia? Eram os filhos que tiravam leite, era um monte de trabalho braçal que ele tinha a disposição sem gastar nada, só dava comida... só depois dos vinte anos que ele começou a separar as coisas, eu acho até que os primeiros filhos sofreram mais, o Rennó e o Antônio, por que eles trabalharam até mais tarde sem ganhar nada.. decerto o papai dava uns trocadinhos prá eles lá, eles criavam lá uns franguinhos, alguma coisinha lá que animava eles... mas ele tinha uma mão-de-obra praticamente de graça”*

Considerando-se que esses filhos casaram por volta dos 25 anos de idade, pode-se ter a idéia dessa exploração. Mas a retribuição de Lui-

sinho veio na maneira de uma antecipação da herança, pois quando um filho casava, ou estava prestes a casar, recebia uma significativa ajuda de seu pai, na forma de um generoso financiamento ou até em lotes novos de terra. Como disse um de seus filhos, *“Isso começou quando o primeiro filho casou, eu acho, ele casou e tinha que ter a partezinha dele, foi uma época em que o papai começou a pensar neles... Aí o pai parou de comprar terra no nome dele, e qualquer pedacinho que ele comprava ele dava um jeito de encaixar para os filhos. O filho entrava com o dinheirinho dele e papai financiava um pouco e ajudava esse aqui, depois ajudava aquele outro e eles foram crescendo graças ao papai, porque ele ajudava a financiar a compra, dava o dinheiro para inteirar(...)”*.

Assim, Luisinho passou a comprar terras no nome de cada filho que continuou na roça. Esse é um processo próximo ao descrito por Feldman-Bianco: *“Pedro, como os outros sitiantes locais, distribuiu, ainda em vida, parcelas de terra para o cultivo aos seus descendentes masculinos. Essa partilha antecipada era feita na ocasião do casamento dos filhos para que “começassem a vida”* (1993, p.172). Houve a possibilidade de comprar e ajudar os filhos a comprarem novas terras devido às potencialidades que a estrutura familiar oferecia e à sua condição de *workteam*. Esse processo é muito diferente daquele descrito por Brandão (1993), pois nas famílias por ele estudadas a tendência era a de fracionamento das terras na herança (MOURA, 1978, cap.3), diminuindo o território dos membros a cada geração.

Essa estratégia familiar que manteve os filhos na roça definiu um tipo de herança antecipada, para os que ficaram na roça, que foi baseada no direito costumeiro, e são essas “práticas de herança que (se) acionam para dar continuidade ao uso social da terra (...) e a própria organização de vida” (MOURA, 1986, p.25). Esse processo serviu também para manter as terras juntas e estender esse modo de vida no tempo. Como praxe, os filhos que receberam este tipo de herança, justificaram-na pelo fato de terem passado por esse processo árduo de trabalho para à família. O trabalho na terra e, portanto, a própria terra, têm um lugar significativo no universo simbólico familiar. Foi essa vivência de trabalho que

conferiu legitimidade a esse processo de antecipação de herança. Numa fase, o não envolvimento com esse trabalho mais árduo na roça, eliminou os dois homens mais novos, que estudaram na cidade, do processo de antecipação de herança. Para os filhos que estudaram (dois homens e três mulheres), Luisinho considerava que o próprio investimento em seus estudos era uma forma de antecipação de herança e, portanto, o seu dever como pai já estava cumprido. Para os que “estavam estudando, a contribuição dele era pagar os estudos”, confirma um de seus filhos. Mas veremos que as duas formas de antecipação de herança não tem, de fato, o mesmo estatuto lógico. A antecipação de herança para esses homens mais velhos era concedida principalmente em momentos determinados (geralmente durante o casamento), e era dada em “espécie”, em oposição ao processo “contínuo” e imaterial de herança oferecido aos filhos mais jovens.

Em São João da Cristina, bairro estudado por Moura também “o ponto fundamental desta análise para a compreensão das regras de herança da terra (...) é justamente a diferenciação das esferas de trabalho quanto ao sexo e suas implicações” (1978, p.28); e as mulheres mais velhas foram excluídas desse processo pois “se a mulher não é responsável por nada que se ligue de modo direto à existência física da terra, como atribui-lhe a posse ou a propriedade desta mesma terra?” (p.29).

Contrariamente à constatação feita por Moura, a antecipação da herança entre os Rennó não foi definida em oposição ao trabalho na terra, pois a exclusão da mulher se daria por que ela é “a que sai” do núcleo doméstico, deixando de ser responsabilidade do pai e passando a ser do marido. Estamos tratando com um grupo cognático uxurilocal, onde a unidade de troca é espacialmente limitada e pouco vale a descendência se ela é dispersa, seguindo aqui o argumento de Leach (1974). O grupo determinante é o grupo de descendência local, e a descendência é sobre-determinada pela localidade. É um grupo onde ficam os homens no local da família (a roça) e saem as mulheres para casar: nessa primeira estraté-

gia temos uma inflexão patrilinear no padrão de nomeação (só os homens passam o nome para os filhos), no padrão de antecipação de herança (só os homens são sujeitos desse processo) e são eles quem permanecem no local do grupo e trazem suas esposas (não se pode falar em patrilinearidade peremptoriamente, pois a transmissão de consangüíneos é cognática; ou seja, os afins matri e patrilineares tornam-se consangüíneos para quem nasce). Como a relação com o espaço é fundamental, pode-se perceber essa primeira estratégia como patrilinear e patrilocal. No entanto, a nova estratégia modifica o padrão de residência dos novos filhos homens, que foram estudar na cidade; modifica também o padrão de antecipação de herança, já que homens e mulheres são sujeitos desse processo; apenas o padrão de transmissão de nomes permanece. Para os novas mulheres a mudança é que agora recebem a herança, ao lado de continuarem saindo do local da família. Temos assim uma grande modificação nos padrões de organização dessas família, o que marcou e foi marcado por uma re-simbolização de aspectos fundamentais do imaginário familiar; o que será visto mais adiante.

MULHERES, HOMENS E IMAGINÁRIO NA ANTECIPAÇÃO DE HERANÇA

É certo que Luisinho tinha uma clara noção de compensação ao esforço dos filhos na estratégia familiar, porém essa percepção desvaloriza o trabalho feminino em detrimento do trabalho na terra. Essa situação gerou descontentamentos por parte das duas mulheres que não estudaram e, como diz uma das filhas; *“quem tem esse sentimento mais de se achar prejudicado é a Clarice, ela sempre reclama de não ter estudado, ela tem uma mágoa, de não terem dado oportunidade... A Bernadete também”*. O trabalho que a mulher realizou, na roça e na casa, não foi considerado como passível de

uma pré-herança; e, além disso, na medida em que a mulher era a que “saía” do núcleo, através do casamento, ela perdia o direito a essas antecipações. Isso é válido para aquelas que viveram a estratégia da vida na roça, pois para as que foram para à cidade estudar a situação foi outra, porque o estudo é, por si só, uma forma de antecipação de herança (mas sem o mesmo valor que a antecipação de terras).

O que acontecia quando a partilha oficial se iniciava em São João da Cristina, por outro lado, com a morte de um dos cônjuges, era um processo que Moura definiu como “transações de cunhados” (1978, p.42), pois o marido da mulher assumia a responsabilidade pela terra e sua possível transação com o irmão da esposa, seu cunhado. Isso acontece porque ele provavelmente procurará comprar um lote que faça divisa com o seu, que muito provavelmente será aquele herdado por sua irmã, o qual o marido dessa quererá vender pelo mesmo motivo (1978, cap.3). O caráter da relação entre irmão e irmã é mediado pelo marido da irmã, instaurando um sistema de reciprocidade tenso, pois a recusa de um desses cunhados em vender o lote da esposa será motivo de contendas; o papel da mulher é apenas concordar com as decisões do marido.

As relações são diferentes na família Rennó, pois com a ida de todas as mulheres para à cidade (tanto as que estudaram quanto as que não o fizeram), e a conquista de um status diferente, o que se viu após a partilha oficial da terra é que as responsáveis pelo lote eram elas mesmas. O comércio e a transação, se acontecer, é da responsabilidade dessas mulheres, e isso é reconhecido por todos os homens. Essa diferença com relação às mulheres também se explica devido ao seu casamento com homens da cidade, o que rompe com o possível sistema de reciprocidade entre cunhados, pois o marido da irmã agora não tem interesse em comprar terras, como no caso descrito por Moura. Ele, sendo da cidade, não tem terras para juntar (dando seqüência ao esquema de venda ao cunhado para comprar do marido da sua irmã) e a possibilidade da terra ficar em definitivo com a filha está aberta. Na hora da divisão formal, portanto, as

mulheres ganharam o status que não tinham no caso estudado por Moura, pois o controle da terra herdada não passa a seus maridos.

A contradição é que embora na atividade de trabalho a família estivesse numa situação de certa flexibilidade entre os gêneros, que era considerada como justa no “plano das representações” (expressão utilizada por WOORTMANN, 1985), na hora da antecipação da herança o trabalho masculino é que teve valor e “poderíamos pensar em uma (...) hierarquia dentro da família, centrada no pai em sua relação com o trabalho”(idem, p.39).

Por outro lado, as outras três mulheres receberam a chance de estudar, a mesma que seus irmãos da cidade. E aqui começamos a tratar de uma reorganização do universo simbólico, pois a nova estratégia, conduzindo a família à cidade, catalisou um processo de inserção no sistema nacional, que agora deixava de ser coisa de homens (na comercialização da produção) e de lazer familiar (aos finais de semana): com a compra de casas na cidade, essa começou a fazer parte do cotidiano familiar. Definitivamente influenciadora do imaginário, os papéis já definidos passaram por uma redefinição significativa.

As mulheres mais jovens *conquistaram outro status* com a adoção dessa nova estratégia familiar. Agora eram Indivíduos em quem se investia de alguma forma (afinal, passaram a ser sujeitos de uma antecipação de herança), conquistando uma autonomia muito maior que suas irmãs que não estudaram. Isso demonstra como a mudança de estratégias *favoreceu as mulheres mais jovens*, em detrimento das irmãs mais velhas e resultou numa *redefinição do papel feminino*. De forma geral, as mulheres (tanto as que estudaram como as que não o fizeram) beneficiaram-se da emigração para a cidade e da adoção de novos valores, que representavam uma significativa melhoria em suas vidas. Essas mulheres têm uma mobilidade social muito maior, um círculo ampliado de relações sociais; têm participação ativa na organização e produção da renda familiar e participam de grupos variados de afinidades.

Temos, assim, dois padrões de antecipação de herança: um marcado pela organização “tradicional” da família no campo, que antecipou terras para os homens e desconsiderava as mulheres (que não podiam ser sujeito desse processo). Esse padrão tem estrita relação com um caráter uxurilocal, onde a localização tem tanta importância quanto a consanguinidade; as mulheres, saindo do local da família, nada podiam reivindicar, enquanto os homens, trazendo suas esposas, eram beneficiados. Esse padrão marcou e foi marcado fortemente pelo valor da terra no imaginário dessa família (como também é uma característica comum a todas as populações rurais estudadas pela literatura). Nessa estratégia, o homem tinha seu papel definido e também as mulheres, como vimos no início do ensaio.

Um outro padrão de antecipação de herança era a oportunidade de estudos. Esse padrão foi determinado⁶ pela “vida urbana”, uma vez que

⁶ Na família Rennó, é interessante discutir a adoção de estratégias diferentes segundo algumas perspectivas, verificando se é fruto de pressões econômicas. Nesse ponto, o papel da idade familiar é interessante e pode esclarecer algo, embora não me interesse “economicizar” a análise. Quando os filhos mais novos começaram a estudar (processo que começou com a filha Ana), os cinco filhos mais velhos ainda estavam na roça, em idade “produtiva”, ajudando Luisinho na condução dos trabalhos. Nessa fase os cinco filhos jovens que estavam na cidade (dois deles homens), não faziam tanta falta na roça, apesar da presença desses ser quase forçada aos finais de semana, pelos pequenos trabalhos que tinham para realizar. E para sustentá-los na cidade o custo era quase o mesmo que na roça, acrescentando-se o custo da casa comprada para tais fins, já que os estudos eram gratuitos. No entanto, quando os mais novos começam a chegar na faculdade todos os 5 filhos homens que ficaram na roça, com exceção do mais novo deles, Carlos, já estavam casados. Embora tivessem negócios regulares com seu pai (plantações no regime de meia), tinham suas próprias famílias para cuidar. Portanto, com ajuda de apenas um filho trabalhando diretamente com ele, e que já estava para se casar, Luisinho sustentou cinco filhos em faculdades, chegando a ter quatro deles cursando ao mesmo tempo. Nessa fase, a idade da família era ainda jovem, e a relação trabalho/consumo era ainda mais favorável aos filhos mais jovens, se se continuasse com a estratégia adotada para os

para escolhê-lo era preciso estar suficientemente influenciado por ela; e a sua adoção conduziu a uma aceleração da integração definitiva a esse sistema nacional. A implicação direta dessa estratégia é uma modificação no padrão uxurilocal familiar: além das mulheres os homens saem do lugar da família, criando uma situação complicada e confusa, que dará margens para uma redefinição dos papéis e status de homem e mulher. Além disso, a adoção dessa estratégia projetou o futuro de parte da família na cidade, ficando, assim, dividida. Há muito tempo se sabe que sistemas simbólicos não são epifenômeno da organização social (SAHLINS, 1986), e portanto essa mudança de estratégias foi também resultado de mudanças no imaginário familiar (que é um termo melhor

filhos mais velhos; pois, com esses últimos já casados e com suas famílias, além das duas filhas mais velhas que também já estavam casadas, o nível de consumo diminuiria sensivelmente. Dos cinco filhos “da cidade”, dois são homens e, portanto, representariam mais força de trabalho. As outras três filhas estavam já em idade, ou se aproximando da idade de casamento, prestes a “sair” do núcleo familiar. A situação pareceria estar indo para um ajuste, o único problema seria as terras conduzidas no regime de meia com os filhos mais velhos, que teriam de ser diminuídas em razão desses dois homens mais novos; mas os mais velhos já tinham todas suas próprias terras... Esse aparente ajuste econômico, numa primeira visão, dificultaria uma análise nos termos de Garcia & Heredia (1968), por exemplo, já que os motivos para essa mudança de estratégias parecem ser outros. Por exemplo, o argumento de Teresa, também essencialmente econômico, é que a terra nesse tempo já não rendia tanto e que ela não seria suficiente para sustentar mais dois filhos homens. Esse argumento foi utilizado também por Carlos. Outro argumento, que considera outras esferas e atenta, como diz Geertz (1989, p.27): “para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento - ou, mais precisamente, da ação social - que as formas culturais encontram articulação” é levantado por outro filho (Jair). Segundo Jair, ao lado de nosso Geertz, essa mudança de estratégias refere-se aos exemplos que Luisinho tinha em sua família de origem, onde alguns de seus irmãos educaram os filhos na cidade e esses alcançaram um status social que causava inveja. Uma atitude óbvia para entender essa mudança de estratégias seria aceitar todas explicações e entendê-las como uma conjuntura que propiciou a tomada dessa decisão.

que sistema simbólico, pois trato de apenas uma família); mas até que ponto essa reorganização simbólica se deu sem problemas? Vimos que se as mulheres conquistaram um espaço maior nesse imaginário familiar com a mudança de estratégias, vejamos agora como os homens que estudaram viveram essas mudanças.

A situação parece ter sido mais complexa para os dois homens que foram estudar na cidade: hoje em dia nenhum deles dedica-se à profissão aprendida na faculdade, estão ambos vivendo *entre* a roça e a cidade. Eles não encontram um lugar definitivo, e mesmo uma identificação com um desses tipos de vida parece ser oscilante. O conflito estaria entre dois modos de vida que contém em si a definição de papéis diferentes para o gênero masculino⁷. No caso da família Rennó, a relação do homem com a terra já foi bem demarcada e, como na situação narrada por Moura (1978), é também essa relação que legitimou a antecipação da herança. Isso eliminou, *a priori*, os homens da cidade dessa “pré-herança”, e esses assumiram o mesmo papel das mulheres da cidade, já que a herança antecipada aos filhos que estudaram foi o custeio desse estudo, a mesma que para as mulheres. Nessa mudança de estratégias, os filhos mais novos perderam o direito à antecipação da herança na forma de terras, em troca de uma carreira profissional. Na medida em que as irmãs que estudaram ganharam o mesmo status que eles, esses não são vistos pelos ir-

⁷ Esse trabalho não está preocupado com uma discussão teórica sobre gênero, é um estudo de caso sobre uma família rural, na qual transformações nos papéis e relações de gênero são examinadas. Portanto, não considero gênero a partir de uma oposição simples e estática, mas sim como um conjunto de noções construídas socialmente (segundo Strathern, 1988) e em permanente modificação, com áreas liminares (como diria Douglas, 1966) onde ocorrem “deslocamentos e mediações”. Aliás, esse artigo trata justamente do desenvolvimento de uma dessas “áreas liminares”, e de suas conseqüências empíricas, seguindo análises e perspectivas teóricas de autores como Heiborn (1993) e (CHARTIER 1995).

mãos como homens da roça, por não terem trabalhado a terra, sendo identificados com a parte feminina da família, na cidade.

Procurarei ilustrar esse processo usando algumas palavras do filho já citado, Jair. Logo após sua formatura, em engenharia elétrica, ele conseguiu um emprego na universidade do Amazonas e foi para Manaus, mas “*desde o primeiro dia que a gente pisou em Manaus a gente já tava com o pensamento de vir embora, era prá ficar um tempo e voltar logo, talvez até antes de ir prá lá, mas no final conseguimos ficar mais tempo.*”. E a explicação dada para o retorno, após nove anos foi a seguinte: “*Já era quase que natural, como eu te falei, desde antes de ir prá lá. Em princípio eu estava ganhando um dinheiro razoável e mandava todo o dinheiro prá cá... comprei essa casa, um terreno, investi aqui, não investi nada lá, foi no último semestre que eu comprei um apartamento lá. Eu tinha um apartamento em Campinas depois comprei em Manaus, mas eu não queria investir nada lá porque eu já sabia que eu vinha embora, e nessa época comprei uma terra e comecei a plantar café no terreno que primeiro era do papai, era a época que o café estava com preço alto... eu estava ganhando bem e nem sabia disso... é porque eles estavam ganhando muito aqui com o café em 86. Uma saca parece que pagava 5 salários mínimos, então eu ficava em Manaus fazendo conta que se eu produzisse tantas sacas eu ia ganhar mais do que lá e ficava perto da família, então eu resolvi investir nisso... Comprei o terreno, plantei café, mas quando eu vim mesmo prá cá o café já estava caindo, estava abaixando, mais eu já tinha as coisas aqui, tinha a casa, o sítio, então eu pensava “já tenho tudo lá” e vim embora, vim mais ou menos estruturado e com a idéia também de arrumar um emprego aqui, não de trabalhar no sítio, ficar só no sítio, embora tivesse me acomodado um pouco, parece que eu queria dar uma descansada, mexer um pouco lá na roça.*”

A explicação oscila entre a justificativa econômica — como o lucro do café, mas logo depois relativizada com a diminuição desses lucros, que ele já conhecia de antemão — e a justificativa afetiva do contato com a família. Mas já se percebe que a volta à roça é sentida como um repouso, uma volta às “origens”. Na verdade uma volta ao local da família, local do homem segundo a primeira estratégia, que parece influ-

enciar suas decisões. Depois ele comenta a situação de desempregado: “*acho que eu não vou nem arrumar mais emprego, mas eu acho que em termos gerais está bom... Os filhos estão aí bem encaminhados estão em escola boa, a Heloísa tem o emprego bom dela, o sítio meu dá prá fazer alguma coisa, é lógico, não chove dinheiro, mais dá prá tocar, é claro, com a Heloísa trabalhando, se ela parar de trabalhar também aí não tem jeito de colocar os filhos em escola boa por que o sítio não dá prá escola boa, mesmo que o café esteja com o preço bom que está, não dá, porque hoje é bom mas amanhã está ruim, esse ano deu bastante café, mas o ano que vem não dá nada, mas dá prá viver. Eu arranjei uns bicos por aí, trabalhei seis meses numa fábrica lá em Sta. Rita, mas não me adaptei. Foi a época que eu terminei a minha casa lá na roça, queria ficar morando lá, já estava morando lá, então eu trabalhava em Sta. Rita indo e voltando todo dia, era a coisa mais ruim, eu ia de moto, cheguei a cair tombo a 80 p/h no asfalto, era muito frio, e tinha aquele negócio de cumprir horário... eu dava aula lá em Manaus e não tinha que cumprir horário, só o da hora da aula. O dia que não tinha aula eu não precisava ir na aula e ninguém pedia satisfação, eu gostava disso, é até uma pena Manaus estar tão longe daqui, senão eu poderia estar continuando a dar aula lá. Aí aqui tinha que bater cartão 7 horas, às vezes chegava 10 min atrasado e eles descontavam e eu achei aquele ambiente severo demais, pareciam todos meio mercenários, a gente parecia uns animais, tinha que cumprir o estabelecido e não tinha papo, fugiu disso tem que pagar, não gostei daquele tipo de ambiente e larguei mão.”*

O contraste entre a afirmação de não arranjar emprego com o relato que se seguiu é flagrante, pois ele conseguiu se empregar. No entanto, o emprego é minimizado sendo chamando de “bico”. Isso ocorre porque a permanência na roça tem que ser justificada de algum jeito, e o suposto fracasso no mundo profissional é a desculpa. E, por outro lado, a situação com o emprego da esposa está, “em termos gerais, boa”, e ele pode levar a vida que lhe permite cuidar da roça sem ter que se matar de trabalhar como os irmãos “*Mas pegar prá trabalhar na roça assim eu nunca peguei, até hoje eu nunca peguei, só em serviços mais leves, enxada eu nunca trabalhei, então não foi difícil não, é claro que a gente não tem aquela energia, aquele sangue prá*

trabalhar na roça o dia inteiro, eu não tenho, talvez eu tenha adquirido um pouco agora mas não tenho tanto assim. Nunca tive igual os meus irmãos tem lá, esse negócio de acordar cedinho às 5 hs.. da manhã, nunca, se for prá mim ter leite, vaca de leite prá acordar cedinho, eu não tenho não, prá mim não serve esse tipo de coisa, eu tiro leite lá, mas eu pago o camarada prá tirar, eu tentei aprender e não consegui... O resto a gente faz na base da administração só, atualmente eu vou lá e trabalho, por que não tenho o que fazer também, não vou ficar dormindo, com tudo que tem que mexer eu mexo, que serviço não falta, é só escolher, então a gente escolhe os mais fáceis e os mais necessários..”

A situação parece ter-se acomodado em termos ideais: sem o emprego desumano e sem o trabalho como o dos irmãos (que é uma constatação da não-vivência da terra e do trabalho). Mas pela próxima citação é que pode se perceber como essa estratégia escolhida por Luisinho afetou a vida dos homens que estudaram: *“Eu já tenho vontade de largar, esses dias atrás eu estava querendo arrumar emprego, fiz vários concursos, mas se eu arrumo um emprego, quem vai cuidar da roça? Até tentei arrendar pros meus sobrinhos lá, o Carlos Henrique e o Dênis mas eles desistiram depois, mas essa é a minha vontade, ter alguém que entenda e que tenha condições, eles tinham trator, eles conseguem arranjar dinheiro prá tocar aquilo lá. Prestei vários concursos, passei em alguns mas não fui chamado e vai ser difícil, não passei em primeiro lugar, né? tinha uma vaga só... Passei na Copasa mas não quis, passei no concurso do banco mas não passei na exame de datilografia.”* A indefinição por um tipo ou outro de vida deixa-o no meio do caminho: nem roça, nem tampouco a cidade, mas ambos.

Nesse processo, Luisinho o ajudou na compra de terras, ou seja, uma *antecipação de herança*. O fato de ele ter vindo para trabalhar na roça lhe concedeu o direito de participar da antecipação da herança. Como diz esse filho, *“ele (Luisinho) me ajudou muito, até financeiramente ele me ajudou, (...) nós que estudamos, ele não só ajudou no estudo, pagando a escola, como também até financeiramente”*. Nesse momento ele se iguala aos seus irmãos da roça, tornando-se um deles, encontrando uma identidade definida. A volta desse

filho significa uma busca de uma identidade, que esse esperava encontrar na roça, numa identificação com os irmãos. No entanto, essa identidade não foi encontrada, pois ele não conseguiu permanecer na roça (faltava a vivência) e, hoje em dia, sem emprego, vive entre “bicos” na cidade de Itajubá e os poucos rendimentos de seu sítio.

A volta desses homens à roça não foi uma fuga da cidade (e ela nem se confirmou de fato), mas uma tentativa de realização com um passado visto na vida de seus irmãos; uma busca por uma identidade que se imaginava na roça, mas que não estava lá. O problema colocado na vida desses homens por essa inversão de prioridades de seu pai não se resolveu e continua confundindo a vida de ambos, como demonstram as palavras grifadas na penúltima citação.

O que acontece é que os padrões de antecipação de herança não possuem o mesmo status: mesmo depois de adotada a estratégia dos estudos, a terra continuou tendo muito mais valor simbólico do que os estudos (mesmo porque a antecipação de terras é material, proporcionando meios de uma vida estável, enquanto a de estudos representa apenas uma potencialidade, que depende de uma série de fatores para se concretizar como estabilidade). A vida na terra e o trabalho continuaram tendo muito mais valor do que a vida urbana, para os homens.

São dois “níveis” de valores para cada estratégia, na verdade, temos aqui uma hierarquia englobante (DUMONT, 1985): terra está em oposição a estudos mas também o engloba, dentro desse imaginário familiar. Isso afetou diferentemente homens e mulheres. As mulheres nunca tiveram uma relação profunda (simbólica e materialmente) com a terra, portanto nada “perderam” com a mudança de estratégias; ao contrário, “elevaram” seu status e o igualaram aos dos homens da cidade, como demonstrei. Esses últimos viveram uma “diminuição” de status (num sentido essencialmente simbólico), se comparados com seus irmãos mais velhos; se terra vale mais que estudo, então eles são “menos homens” que aqueles (se terra está definitivamente ligada a masculinida-

de, eles estão fora desse campo simbólico). Assim, é mais fácil entender porque os homens mais novos resolveram voltar para a terra em certos momentos: uma “busca pelo status perdido” com essa mudança de estratégias. Isso demonstra também como existem “saídas” simbólicas para a resolução de “problemas” simbólicos — problemas apenas para os homens, é verdade. A possibilidade de volta e uma antecipação de herança posterior em terras (limitada, mas real) demonstram como se busca uma acomodação do problema que essa diminuição simbólica do status masculino causou na vida desses dois homens.

É nesse sentido que a mudança de estratégias tornou-se problemática para os homens mais jovens, pois tendo uma vida que deveria se encaminhar para a cidade, absorveram os valores de quem vivia no campo (afinal, como não compartilhar de um imaginário que é familiar?); eles continuam “presos” pela valorização da terra e do trabalho, contrastantes com a vida escolhidas para eles. O maior problema é que longe do campo eles não poderiam ser homens no sentido dos valores que receberam em casa. Já para as filhas de Luisinho que estudaram, a cidade significou uma conquista inalienável de direitos que antes eram impensados; esses direitos garantiam a possibilidade de terem uma vida independente da presença de algum homem e, quando casaram, garantiram uma independência econômica aliada a uma relação diferente com seus parceiros, tendo um papel de destaque (inclusive econômico) nas próprias famílias.

A inserção nesse sistema nacional, que se concretizou com a transferência de parte da família para a cidade, marcou e foi marcada (permitam-me repetir novamente a útil expressão) por uma reorganização do imaginário familiar. Esse processo resultou numa situação, quanto a definição do gênero, onde homens mais velhos podem ser vistos em oposição aos mais novos (terra x estudo) e mulheres mais velhas também (sem terra e sem estudo x sem terra e com estudo), temos assim uma oposição etária. Mas ela é mediada pela oposição homem e mulher (terra x sem terra). vejamos o diagrama:

	H +	M +	H -	M -
TERRA»	sim	não	não(sim)	não
ESTUDO	não	não	Sim	sim

A “terra” vem acompanhada de um » porque é simbolicamente mais importante e definidora do status masculino. Vemos que os homens mais jovens (H-) procuram igualar-se aos mais velhos (H+), obtendo terras (o “sim” em parênteses representa essa busca) revelando que na oposição terra/estudo terra é o termo englobador. Por outro lado, num primeiro momento, mulheres mais jovens (M-) igualam-se aos homens mais jovens, pois ambos não têm terra e têm estudo; mas a busca da igualdade entre H- e H+ e a aquisição de terra pelos primeiros restabelece a distinção inicial entre homens e mulheres. Temos assim que na oposição entre homens e mulheres, homem é o termo englobante, mas menos englobante entre M- e H- do que entre M+ e H+. Essa oposição entre homens e mulheres marcada pelo imaginário “tradicional”, que corresponde à primeira estratégia da família Rennó, continua sendo distintiva entre os membros que viveram a segunda estratégia, porém às custas de uma instabilidade na vida dos homens mais novos. O imaginário familiar que valoriza terra/masculinidade continuou influenciando as decisões desses filhos mais novos, ao lado da influência de uma “vida urbana”. Para as mulheres, a transposição de estratégias resultou num salto estatutário significativo, embora circunscrito numa esfera menos valorada (estudo) que a dos homens (terra).

Não é que a mulher não tenha acesso à terra; com a partilha das terras no processo legal de herança elas a obtiveram. Elas não tem acesso à vida na e da terra, a vida de trabalho na terra; o que impossibilita a eliminação (simbolicamente) de uma diferenciação estatutária entre homem e mulher. Em certa medida é o que também impede os homens mais novos de serem como os homens mais velhos: embora tenham uma vivência da terra, não a têm como seus irmãos mais velhos.

Vale aqui fazer mais uma última análise baseada em dados empíricos. Das filhas que receberam terra com a herança legal, a única que construiu uma casa e passa a “viver” um pouco a terra é Bernadete. Isso traz implicações interessantes: através de uma ascensão econômica relativa na cidade, ela pode estar suprindo uma falta de ligação com a terra a partir da transformação de seu sítio em mais um “lugar Rennó” na terra. Lembremos que se a uxurilocalidade é fundamental, a construção da casa supre essa necessidade. A “vivência” da terra pode estar sendo suprida (é uma suposição que precisa ser testada) pela influência econômica de Bernadete e seu marido. Isso pode ser visualizado a partir da inserção desse casal numa série de relações econômicas com os irmãos da roça (construção de cercas, de um açude, plantações de meia, divisão do pasto, etc.). Bernadete estaria assim adquirindo um “sim” no meu quadro esquemático? O termo englobante “homem” estaria, nessa relação, perdendo essa qualidade? Ainda é cedo para afirmar qualquer coisa, mas já é certo que a ascensão econômica cria uma nova variável na definição do gênero feminino. Se apenas indiquei essas questões é porque a análise ainda se desenvolve e esse texto reproduz o estado atual da pesquisa.

CONCLUSÃO

Certamente esse processo de re-significação é muito complexo, mas a escolha de um viés, o do gênero, pôde demonstrar o modo como esse organizou-se. Em outras palavras, tratei de analisar e acompanhar a gradual reorganização de um “micro-sistema simbólico” (num contexto de mudança cultural) que é o imaginário Rennó, a partir dessa questão fundamental. Espero assim ter contribuído para a compreensão desse fenômeno em outras situações (parecidas ou não). Chega-se também a conclusão, a partir da análise dessas questões, que a estruturação da fa-

mília enquanto um *woorkteam* favoreceu essa mudança de estratégias, que resultaram em duas formas diferentes de antecipar a herança: concedendo novas terras ou custeando os estudos. Estando organizada para a ascensão econômica da família, pôde-se adotar uma nova forma de organização do seu futuro. Estou dizendo que o universo simbólico dessa família possibilitava esse tipo de mudança, mesmo que isso acarretasse em problemas de definição de papéis. Isso implica em afirmar que, diferentemente das famílias rurais tradicionalmente retratadas, a família Rennó tem a “vida tradicional” (definida nesses trabalhos)⁸ como termo englobado em oposição a “ascensão social”, a grande via de acesso para entendimento da família (mesmo a terra, que é o grande valor simbólico, pode ser englobado, como o caso de Bernadete parece indicar). Por isso é importante entendê-la enquanto um *workteam* também numa perspectiva simbólica, o que possibilitaria uma visão mais abrangente dessa mudança de estratégias, inclusive da redefinição dos gêneros.

ABSTRACT: This essay focuses two generations of the Rennó family. The main objective is to understand the implications of a family project formulated by the first generation to three interrelated questions that were found during the fieldwork: labor division, heritage and gender. I will demonstrate how the adoption of this familiar project on the one hand legitimates an informal process of heritage anticipation and, on the other, leads to the migration part of the family's second generation. With these questions in mind I will analyze how a process of continuous insertion in the national system and participation in urban life re-organizes the family symbolic universe, taking as an example the complex re-definition of gender. This re-signification process can be seen through the family's history, allowing for a historical approach that begins with the birth of the first son in the 40's and continues until the present time.

⁸Segundo Almeida (1986) esse caráter é “... a existência de um modelo prático e cognitivo que formula como ideal uma unidade autárquica, formada por uma família neolocal nuclear, independente, hierarquicamente organizada sob a autoridade paterna, comendo comida apropriada e realizando tarefas adequadas a uma visão da natureza e das pessoas cristalizada num sistema classificatório” (1986, p.78).

KEYWORDS: Gender; rural family; migration, heritage anticipation, social change, oral history.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. W. B.: Redescobrimdo a Família Rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 1, vol. 1, 1986.
- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e Relações sociais. *Estudos Feministas*, ano 2, 2º sem. 1994.
- BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros. In: Arantes, A. A. et al. *Colcha de Retalhos*. 2ªed, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- CARSON, A. C. Entrelaçando Conceitos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu* (4), Campinas, 1995.
- CHARTIER, R. Diferenças Entre os Sexos e Dominação Simbólica. *Cadernos Pagu* (4), Campinas, 1995.
- CORRÊA, M. A Natureza Imaginária do Gênero na História da Antropologia. *Cadernos Pagu* (5), Campinas, 1995.
- _____. "Mulher & política: um debate sobre a literatura recente". *BIB*, RJ, nº 18, 2º semestre 1984.
- DOARÉ, H. le. Do Poder Político e poiético esquema de um raciocínio. *Estudos feministas*. Ano 2, 2º semestre 1994.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger: na analysis of the concepts of pollution and taboo*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966
- DUMONT, L. *O Individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de janeiro: Rocco, 1985.
- FELDMAN-BIANCO, B. & Huse, D. Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de vida e (Re)construções de Identidade Feminina na Intersecção de cultura. Mimeo, 1993.

- ____ “Capitalismo e Família”. In: Arantes A. A. et Al. *Colcha de Retalhos*. 2ª ed, Campinas: Editora da Unicamp, 1993a.
- ____ “Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de Vida e (Re)construções de Identidade Feminina na Intersecção de culturas” (em co-autoria com D. Huse). *Ler História*, n.27/28 ISCTE, Lisboa, 1995c, pp. 45-73.
- FORTES, M. Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. Brasília: UnB, Textos de Aula, Antropologia 6. (s. d.).
- GARCIA Jr, A. R. & Heredia, B. A.. Trabalho Familiar e Campesinato. *América Latina*, jan./jun., 1971.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- HEIBORN, M. L. Gênero e Hierarquia: A costela de Adão revisitada. *Estudos feministas*. vol 1, nº1, 1ºsem 1993.
- KAGEYAMA & Bergamasco: Estrutura da Produção no Campo em 1980. *Perspectivas*, nº 12/13, 1989/90.
- KOFES, Suely: Categorias analítica e empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº1, 1993.
- LEACH, E. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MOURA, M.M. *Os Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança Numa Área Rural*. São Paulo: Hucitec, 1978
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.
- STRATHERN, M. *The gender of the gift*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- WOORTMANN, K. A Família Trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje*, 1984.
- ____ “A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino”. *Trabalhos de Ciências Sociais*, Série Antropologia nº 50, Brasília-DF, 1985.

UMA REFLEXÃO SOBRE A AÇÃO SOCIAL EM WEBER E GEERTZ

Juliana Gonzaga Jayme

RESUMO: Nesse artigo procuro refletir, do ponto de vista da ação social, os aspectos que aproximam e os que distanciam a sociologia compreensiva de Max Weber e a Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem como objetivo uma reflexão sobre alguns aspectos da obra de Max Weber e Clifford Geertz, especialmente aqueles que dizem respeito à idéia de ação, tal como ela é formulada em sua teoria: sua relação com a subjetividade, o problema dos valores em relação ao sentido da ação e, por fim, uma consideração a respeito da compreensão/interpretação no que se refere ao ator e ao pesquisador.

A opção por trabalhar com esses dois autores foi motivada por diferentes aspectos: em primeiro lugar, me interessa uma reflexão mais cuidadosa a respeito da idéia de ação social, talvez o principal objeto de investigação da “sociologia compreensiva” de Weber, retomado exaustivamente por Geertz em sua “antropologia interpretativa”.

Em segundo lugar, porque Geertz tem como uma de suas “fontes inspiradoras”, exatamente a sociologia weberiana. O antropólogo propõe um conceito semiótico de cultura, vista como “teia de significados”, estando o homem amarrado a essas teias que ele próprio teceu. A “antropologia interpretativa” – da qual Geertz é visto como um dos “pais” – busca compreender os significados “rebatidos” nessas teias, os “fluxos de comportamento”, as ações simbólicas dos indivíduos ou grupos de indivíduos, justamente o que dá sentido aos símbolos. Tal conceito de cultura é assumidamente apoiado na teoria weberiana, sendo a própria noção de ação simbólica influenciada pela concepção de Weber de ação social.

Sendo assim, apesar de vários aspectos distintos entre a discussão de Weber e Geertz – que naturalmente serão tratados no ensaio – há uma questão de extrema importância que se refere ao método e que vale a pena, no meu entender, se tornar objeto de reflexão. Tanto um quanto outro (e repito, Geertz apoiado em Weber), têm a pretensão metodológica de “entrar no mundo” motivacional do *outro*, buscando o sentido da ação – a compreensão/interpretação.

Com o intuito de organizar a exposição, dividi preliminarmente o texto. No primeiro momento me dedico ao tratamento de Weber à questão, para depois introduzir Geertz. Terminó então com a busca da relação entre os dois, no tópico aqui chamado “Considerações Finais”.

1 – MAX WEBER

1.1 – CONTEXTUALIZANDO O AUTOR

Antes de iniciar a discussão propriamente dita – referente à ação social em Weber – me parece interessante, ainda que brevemente, situar histórica e espacialmente o autor, uma vez que, acredito, o contexto no qual ele se insere se revela como fundamental para o seu pensamento. As

“fontes inspiradoras”, o momento político e *principalmente* intelectual de meados do século XIX, no qual as ciências histórico-sociais estão sendo debatidas, em especial, no que diz respeito à validade de seus procedimentos de investigação.

Como sabemos, o positivismo se firmava como corrente dominante no século XIX, entretanto seu domínio não era absoluto, na medida em que provocou reações, notadamente na Alemanha, o país que mais interessa neste caso. Na realidade, a Alemanha do século XIX aparece como um local onde a polêmica em torno das ciências histórico-sociais – seus procedimentos metodológicos – se dá de forma contundente.

Dilthey é um filósofo emblemático desse momento, talvez um dos mais importantes representantes do anti-positivismo. A partir de uma síntese entre a história e a psicologia, o autor critica o positivismo de Comte, principalmente no que diz respeito ao método de investigação das “ciências do espírito”. Para Dilthey, estas devem elaborar métodos que sejam objetivos, mas específicos, diferentes daqueles utilizados para as ciências da natureza, uma vez que os fenômenos investigados pelas ciências humanas são *significantes* para aqueles que os vivem e os investigam. O cientista pertence ao mundo observado por ele, desta forma, antes de procurar explicá-lo, ele deve *compreendê-lo*. E a compreensão leva em conta a linguagem, o diálogo, a pluralidade dos significados e o contexto histórico. Ou seja, em contraposição a uma razão científica – preocupação básica do positivismo – Dilthey aponta para a riqueza de uma razão histórica para a compreensão dos fenômenos sociais, a qual leva em conta a subjetividade, o indivíduo e o contexto histórico, pois o fundamental para a compreensão é a recuperação do sentido, situado no tempo e relacionado a uma visão de mundo e a um ponto de vista. A experiência histórica é vista por Dilthey como sendo uma realidade múltipla.

“O ponto de partida das ciências do espírito será (...) a experiência vivida que o homem tem de seu mundo; e seu procedimento fundamental (...) a expressão na qual este se objetiva historicamente e a ‘compreensão’ que tem de tal objetivação remetendo-la à sua origem. Estas disciplinas empregam categorias que constituem a tradução a termos abstratos das formas estruturais da vida – categorias como as de valor, significado, fim – elas criam métodos particulares para remontar desde cada manifestação historicamente determinada até o espírito dos homens que a produziram, no qual consiste o procedimento da compreensão, análogo ao da introspecção.” (Rossi: 1973, pp.13- 14)

Segundo Dilthey, as ciências naturais, diferentemente, estariam preocupadas com a explicação, com a construção de um sistema de leis, viável a partir do estabelecimento de relações causais. Para um cientista natural é possível pensar desta forma, até porque, o mundo que ele investiga é reconhecido como sendo distinto dele próprio, mesmo que ele esteja em relação constante com este mundo. Além disso, esse mundo se torna apreensível e inteligível, a partir da utilização de outros instrumentos de investigação.

“O que distingue as ciências do espírito das ciências da natureza no terreno metodológico é a antítese entre explicação e compreensão, entre a causalidade e o ‘compreender’.” (Rossi: op.cit., p.14).

Naturalmente, Dilthey não estava sozinho nesse debate e foi também muito criticado. Windelband e Rickert, por exemplo, procuravam também mostrar a validade das ciências do espírito, mas de maneira distinta daquela utilizada por Dilthey. Para os primeiros, a “relação de valor” seria a questão fundamental para o objeto histórico e é neste ponto que está a validade das ciências da cultura e sua diferença com relação às ciências da natureza. Como coloca Rossi:

“A natureza é a realidade considerada com referência ao geral; a história, a realidade considerada com referência ao individual. Mas considerar um objeto como individual significa determiná-lo em forma de indivíduo, fundado sobre uma ‘relação de valor’ com certos critérios que tem permitido isolá-lo e caracterizá-lo. O mundo histórico se apresenta, em consequência, como uma multiplicidade organizada de indivíduos, pertencentes a uma totalidade e inseridos em um processo de desenvolvimento; sua base está constituída pela referência da realidade empírica do mundo dos valores, que o qualifica como o mundo da ‘cultura’.” (op.cit., p.15)

Weber constrói sua “sociologia compreensiva” nesse ambiente e suas “fontes inspiradoras” de alguma forma estão aí. Naturalmente, não são apenas os autores citados aqui que influenciaram Weber. Marx e Nietzsche, por exemplo, tiveram grande impacto sobre sua obra. Mas a “hermenêutica” de Dilthey e as afirmações de Rickert e Windelband se tornaram “material de interlocução” para as preocupações weberianas. Se as posições de Rickert e Windelband estão mais de acordo com o pensamento de Weber, as idéias de Dilthey não são descartadas totalmente; antes, são interpretadas pelo sociólogo alemão e relacionadas às de Rickert.

1.2- UM ESBOÇO SOBRE A IDÉIA DE AÇÃO SOCIAL

Neste tópico, pretendo tratar da ação social – na realidade o interesse aqui é mais uma descrição – em Weber, mas pensando apenas em alguns aspectos desse conceito, já que seria impossível e pretensioso abarcá-lo em sua totalidade.

O conceito de ação social é fundamental para a “sociologia compreensiva” de Weber, na medida em que, para o autor, o objetivo desta ciência está associado exatamente ao entendimento – via interpretação –

da ação social. Tal conceito é definido por Weber como sendo uma conduta humana, *dotada de significação* e que *se orienta pela ação de outros*.¹

“Deve-se entender por sociologia (...): uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para, desta maneira, explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. Por ‘ação’ deve-se entender uma conduta humana (que pode consistir num ato externo ou interno; numa condição ou numa permissão) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação envolvam-na de um sentido subjetivo. A ‘ação social’, portanto, é uma ação em que o sentido indicado por seu sujeito, ou sujeitos, refere-se à conduta de outros, orientando-se por esta em seu desenvolvimento.” (Weber: 1969, p.05)

A citação acima é, do meu ponto de vista, emblemática para mostrar a “força” da idéia de ação social para a sociologia weberiana. Em algumas linhas, o autor delinea o que entende por sociologia, qual o seu objeto de investigação e como este objeto deve ser estudado. Parece-me que aqui ele torna clara sua postura epistemológica que – diferentemente de um estruturalismo marxista ou durkheimiano – é interpretativa. O sujeito é retomado em Weber, pois para ele os indivíduos atribuem significados subjetivos às ações e, mais ainda, às estruturas, orientando dessa forma sua conduta. O observador, então, não teria que se preocupar com as estruturas, mas com o significado atribuído a elas pelos indivíduos. Assim, a subjetividade, colocada entre parêntesis por Marx e Durkheim, torna-se objeto de investigação em Weber. Para ele a socio-

¹ É fundamental, para que a ação seja social, que ela se oriente em função da ação de outro. Ou seja, não é qualquer ação humana que tem o caráter social. Para se tornar social, a ação precisa estar imbuída de uma relação significativa. *“A colisão involuntária entre dois ciclistas nada tem de uma relação social; no entanto, esta aparece quando os dois tentam evitar um ao outro ou, após o choque, quando começam as invectivas de parte a parte ou se inicia uma troca de palavras para um entendimento amigável.”* (Freund, 1970, pp. 80, 81)

logia tem como ponto de partida a ação individual e não a sociedade ou a estrutura social. Não existe, em seu esquema de análise, uma realidade objetiva já dada. É exatamente a realidade individual que compõe e dá sentido à sociedade, à realidade social. Como afirma Gabriel Cohn:

“... o objeto de análise sociológica não pode ser definido como a sociedade ou grupo social, ou mediante qualquer outro conceito com referência coletiva. No entanto, é claro que a Sociologia trata de fenômenos coletivos, cuja existência não ocorreria a Weber negar. O que ele sustenta é que o ponto de partida da análise sociológica só pode ser dado pela ação de indivíduos e que ela é ‘individualista’ quanto ao método. Isso é inteiramente coerente com a posição sempre sustentada por ele, de que nos fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco; vale dizer, em termos sociológicos, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações.” (1991, p. 26)

Outro aspecto que chama atenção e se apresenta como fundamental em sua análise é a questão do *sentido* envolvido pelo sujeito na ação. A ação é social exatamente porque é carregada de sentido impresso pelo sujeito que a está realizando. Cabe ao observador entender este sentido para que a ação se torne inteligível. Vale a pena destacar aqui que, para Weber, o sentido que importa captar na sociologia é aquele “subjetivamente visado” pelos agentes em uma ação concreta. Não interessa o sentido “exato”, ou “justo”, ou “verdadeiro”, tal qual interessa para disciplinas de caráter dogmático, como a metafísica.

“Por ‘sentido’ entendemos o sentido subjetivo indicado pelos sujeitos da ação, seja a) existente de fato: num caso historicamente dado; como média e como aproximação numa determinada massa de casos: ou b) construído num tipo ideal, com atores desse caráter. Não se trata, de forma alguma, de um sentido ‘objetivamente justo’ ou de um sentido

'verdadeiro', fundado metafisicamente. Aqui, precisamente, é que se enraíza a diferença entre as ciências empíricas da ação (a sociologia, a história) face a todas as ciências dogmáticas (jurisprudência, lógica, ética, estética), as quais pretendem investigar em seus objetos o sentido 'justo' e 'válido' ". (Weber: 1969, p.06)

Entretanto, por maior que seja a importância que Weber dê à idéia de sentido para a interpretação da ação social, segundo alguns autores, ele não chega a uma definição formal desta noção em seu trabalho e, nesse ponto, seu raciocínio é visto de certa forma, como sendo nebuloso. Gabriel Cohn, por exemplo, é categórico ao afirmar que Weber não explica o que entende por sentido. Em suas palavras:

"... é preciso ver o que Weber entende por 'sentido'. E nesse ponto ele não ajuda muito, pelo menos nas suas formulações iniciais sobre o tema. É que ele está mais preocupado com enfatizar que o sentido a que ele se refere é aquele subjetivamente visado pelo agente (...) do que com definir o conceito. Interessa, enfim, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento da sua ação. Mas em nenhum ponto se encontrará uma definição de 'sentido', como aliás também ocorre com o conceito de 'compreensão'. Nesse ponto o raciocínio de Weber parece circular: sentido é o que se compreende e compreensão é captação de sentido". (Op.cit., p.27)

Mesmo criticando duramente esta questão no trabalho de Weber, Cohn (op.cit.) sugere que o conceito de *motivo* pode auxiliar, funcionando como uma ponte entre o sentido (ação) e a compreensão (objetivo), uma vez que o sentido manifestado nas ações concretas envolve um *motivo*, o qual fundamenta a ação do agente. Dessa forma, para compreender a ação é necessário ao sociólogo reconstruir o motivo que causa esta ação.

“... quando se fala de sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação mas sim daquilo para o que aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma”.
(Cohn: op.cit., p.27)

Apesar de toda a crítica, enfim, o próprio Cohn (op.cit) nos dá pistas para entender a noção de **sentido** no pensamento de Weber. A ação social seria, na concepção weberiana, um processo – o sentido está intrinsecamente ligado à maneira como se dá o encadeamento deste processo – no qual (em um modelo típico-ideal) haveria uma seqüência definida de elos significativos. Tais elementos se articulam no que é denominado por Weber “cadeia motivacional”, na qual há uma seqüência de atos parciais, cada um operando como fundamento do seguinte e, apesar disso, a ação social possui uma unidade. E a **unidade da ação** acaba por se tornar reveladora no que se refere à possibilidade de compreender o que Weber entende por sentido, pois *“o sentido é responsável pela unidade dos processos e é através desta que os torna compreensíveis. Ou seja: é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente compreender o sentido da ação”.* (Cohn: op.cit., p.28)

Vale aqui uma nota sobre a noção de relação social. Seria uma conduta de vários agentes **reciprocamente orientada** e dotada de conteúdos significativos. Aqui a idéia de **probabilidade** é essencial, na medida em que não há como ter certeza de que se agirá socialmente de uma maneira específica.

“A relação social consiste só e exclusivamente – ainda que trate de formações sociais como ‘estado’, ‘igreja’, ‘corporação’, ‘matrimônio’ etc. – na probabilidade de que uma forma determinada de conduta social,

de caráter recíproco por seu sentido, tenha existido, exista ou possa existir". (Weber: 1969, p.22)²

Depois do que foi dito sobre a ação social e sua explicação, que se faz a partir de conexões de sentido, é possível entender mais facilmente a idéia de compreensão em Weber.

Partindo de alguns autores, entre os quais Dilthey e Rickert, Weber formula sua concepção de compreensão³, a qual está ligada à interpretação e à causalidade e tem como objetivo captar o sentido da ação social. A compreensão não estaria, de maneira alguma, vinculada à intuição, na medida em que ela só se torna possível a partir da conexão de sentido da ação, reconstruída pelo observador. Ou seja, reconstruindo o encadeamento significativo que se dá na ação social, o investigador é mais capaz de "compreender". Além disso, a compreensão não é um processo psicológico, na medida em que a idéia não é compreender o indivíduo, mas o sentido da ação realizada por ele. Segundo Freund (op.cit.), inclusive, Weber critica Simmel por tratar a compreensão como sendo um processo essencialmente psíquico. Daí torna-se mais clara ainda a importância do indivíduo para uma investigação *sociológica*, pois, ao conferir sentido à ação, o indivíduo a torna social e, portanto, objeto de investigação da sociologia.

Um outro aspecto imprescindível para entender a sociologia compreensiva se refere à causalidade. Para Weber, a compreensão tem necessariamente que estar aliada à imputação causal, pois é esta que garante à

² Não cabe aqui tratar mais profundamente dessa questão, mas uma das proposições fundamentais da sociologia compreensiva de Weber é a natureza probabilística das estruturas sociais.

³ Como já foi dito, Weber não foi um diltheyano, entretanto, buscou elementos da hermenêutica para formular sua idéia de compreensão. No último tópico – considerações finais – esta questão será melhor tratada, especialmente na relação entre Weber e Geertz.

pesquisa compreensiva o caráter científico e, mais importante, a possibilidade de estabelecer regras gerais.

“A combinação entre a explicação e a compreensão dá por sua vez um sentido à imputação causal: torna-se causalidade significativa, o que vale dizer que as relações causais se tornam por isso mesmo relações significativas”. (Freund: op.cit., p.79)

Neste ponto, pode-se perceber que Weber, ao mesmo tempo em que foi influenciado pelas formulações historicistas do século XIX – por exemplo a hermenêutica de Dilthey – propôs uma sociologia que, por outro lado, se diferencia dessas formulações, na medida em que combina explicação causal e compreensão⁴. Para ele, acontecimentos históricos e objetos culturais deveriam ser compreendidos tanto do ponto de vista interpretativo (hermenêutico) – buscando o sentido da ação – como do ponto de vista explicativo (explicação causal). Como aponta Hall:

“As condições objetivas causadoras de um acontecimento ou de uma objetivação cultural tinham que ser rigorosamente construídas, por assim dizer, de fora, demonstrando sempre que possível como a cadeia causal produzia o ‘resultado’ sob análise naquela forma particular, e não um outro qualquer. Mas essa mesma via teria também que ser seguida ‘de dentro’ – em termos da lógica de seus significados. Explicações histórico-causais, argumentava Weber, também tinham que ser ‘adequadas a nível de significação’ ”. (Hall: 1980, p.23)

⁴ Dilthey, diferentemente de Weber, trata a compreensão e a explicação como sendo dois métodos além de autônomos, opostos e, para esse autor, porque a experiência histórica e a cultura são realidades múltiplas, diversificadas, cabe ao observador interpretá-las, compreendê-las em sua particularidade – como em Weber – mas não em busca de regularidades. A explicação caberia às ciências naturais, estas sim, preocupadas com o estabelecimento de leis e com as relações causais.

Este ponto merece ser melhor discutido. Para Weber, o conceito de cultura, ele próprio, é um conceito de *valor*. “*A realidade empírica é ‘cultura’ para nós porque e na medida em que a relacionamos com idéias de valor*”. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós”. (Weber: 1992, p.127) Assim, não é a cultura, em sua totalidade, que possui significado para os indivíduos, mas apenas uma parte (e pequena) da realidade. Por outro lado, é exatamente o sentido conferido à ação pelo sujeito – sentido que está intrinsecamente vinculado às idéias de valor – que interessa à análise da cultura e esse sentido não tem como ser geral. Segundo Weber, então, só é possível analisar uma parcela finita – aquela significativa – dos diferentes fenômenos sociais. Ou seja, a análise da cultura tem que partir dos fenômenos singulares e daqueles que possuem uma significação geral para a cultura, pois só eles podem ser explicados de forma causal e, mais importante, é preciso procurar conexões causais concretas – que possuem significado – pois é apenas desta maneira que se pode alcançar leis gerais.

“... todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os pontos de vista necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber – consciente ou inconscientemente – os elementos da realidade de ‘valores culturais’ universais, e destacar aquelas conexões que, para nós, se revestem de significado”. (Weber: op.cit., p.131).

Enfim, a ciência não está livre de valores. Os valores dominantes em uma dada sociedade, por exemplo, vão influenciar a concepção cien-

⁵ Aqui a influência de Rickert torna-se clara. Esse autor aponta para a relação de valor como sendo a questão essencial das ciências da cultura, pois o mundo da cultura seria o mundo dos valores.

tífica. Mesmo a idéia de tipo-ideal é orientada por valores, pois são estes que definem o objeto de investigação do sociólogo, o sentido da ação. A partir daí torna-se claro que, em Weber, a objetividade do conhecimento não estaria desligada de valores, antes, dependeria dos valores partilhados, legítimos (no sentido de reconhecidos e aceitos) no interior de uma dada sociedade.

2 – CLIFFORD GEERTZ

2.1 – BREVES LINHAS SOBRE SUAS INFLUÊNCIAS E SEU LUGAR NA TEORIA ANTROPOLÓGICA

Assim como Weber, Clifford Geertz tem como uma das suas fontes inspiradoras a teoria alemã da cultura e, sobretudo, a hermenêutica. Entretanto, também como Weber repudia a “empatia” proposta por Dilthey – o fato de se sentir como o outro. Para Geertz, não somos nativos, portanto não nos sentimos como eles. Antes, a etnografia pretende interpretar as ações simbólicas dos agentes, buscando entrar no mundo motivacional deles, ou seja, o que ele busca na hermenêutica é, como Weber, a compreensão de uma ação, que só poderia ser feita em uma ciência da cultura, a partir do sentido.

Além da teoria alemã da cultura, Geertz se inspira numa fenomenologia herdada de Schutz⁶ e, pode-se dizer, é a partir daí que ele irá se opor à “empatia” de Dilthey. Para Geertz é necessário justapor os esquemas de referência do nativo a esquemas de referência do cientista – o

⁶ Hall (1980) afirma que a preocupação de Schutz com a interpretação intersubjetiva, o significado como sendo consequência de uma reciprocidade de subjetividades, vem de Weber.

diálogo entre o êmico e o ético⁷. Para o autor, importa o desenvolvimento de um método que possa descrever e analisar a estrutura significativa da experiência da forma como ela é apreendida pelos membros de uma sociedade determinada e em um contexto “histórico-espacial” particular. “... *em suma, uma fenomenologia científica da cultura*”. (Geertz: 1989a, p.229)

Weber também, como já foi apontado, é uma referência marcante em Geertz. Em “A interpretação das Culturas”, uma coletânea de artigos, na qual a preocupação central seria, grosso modo, uma definição do conceito de cultura, Geertz assume claramente a influência da sociologia compreensiva de Weber.

“O conceito de cultura que eu defendo (...) é necessariamente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma experiência interpretativa, à procura do significado”. (Geertz: op.cit, p.15)

Para pensar Geertz dentro da teoria antropológica, vale a pena remeter à matriz disciplinar⁸ sugerida por Cardoso de Oliveira (1988) em um artigo sobre a história da antropologia. Partindo das categorias de ordem e (des)ordem, o autor diferencia “Antropologia Interpretativa” e “Antropologia Tradicional”,⁹ esta última sustentada pelos paradigmas da

⁷ A diferença entre o êmico e o ético foi bastante trabalhada pela Escola de Chicago. O *êmico* estaria vinculado à lógica intrínseca ao ator social (o ponto de vista do nativo); o *ético* seria a conclusão generalizante, a lógica racionalmente entendida como um padrão universalizante.

⁸ A matriz disciplinar seria exatamente a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, de maneira tal que eles possam coexistir no tempo, mantendo-se simultaneamente ativos e eficientes.

⁹ A Antropologia Interpretativa teria Geertz, como já foi dito, como um de seus fundadores. A “Antropologia Tradicional” (chamada assim pelos interpretativistas) con-

ordem, enquanto a antropologia interpretativa inauguraria a perspectiva da (des)ordem.

Os paradigmas da ordem sustentariam as “escolas” das primeiras décadas desse século e estariam explicitados nos discursos de cada uma delas, especialmente no que se refere à “domesticação” de alguns elementos conceituais, quais sejam, o *indivíduo*, a *história* e a *subjetividade*. Mas é necessário, na concepção de Cardoso de Oliveira, reiterar que se trata realmente de uma domesticação de tais elementos e não de uma exclusão, propriamente dita. Como afirma o próprio autor (op.cit.: p.19):

“No máximo se trataria de uma exclusão metódica quando, na hipótese de uma difícil domesticação, os elementos seriam submetidos a uma certa epoché, isto é, seriam postos entre colchetes, neutralizados. Mas sua existência latente ou manifesta no âmbito da disciplina (...) seria facilmente aferível pelo exercício de sua negação: negar a proeminência da subjetividade, do indivíduo ou da história é ter esses elementos ao menos sob controle”.

A “Antropologia Interpretativa” seria a instauradora da perspectiva da (des)ordem, na medida em que reformula a maneira de tratar de tais elementos. Baseada no paradigma hermenêutico, propõe a *intersubjetividade* (forma socializada de subjetividade), o que seria uma maneira de assumir a subjetividade, mas de algum modo abrindo caminho para que esta seja analisada e criticada. Este caminho para críticas, que distancia o subjetivismo da postura intersubjetiva, pode se dar através da explicitação conceitual que implica em um certo rigor na exposição dos

formaria três “escolas” do pensamento antropológico, vindas de tradições distintas e que atualizam três paradigmas quais sejam, a racionalista (Escola Francesa), funcionalista (Escola Inglesa e culturalista (Escola Americana).

procedimentos e do arcabouço teórico-metodológico, bem como torna possível uma certa vulnerabilidade, já que não “se esconde” no rótulo de ciência objetiva.

A intersubjetividade compreende a importância do “horizonte cultural” do sujeito estudado e sua interseção com o “horizonte do pesquisador” no momento do fazer etnográfico. Esse é o espaço de interação do repertório do cientista social com as representações privilegiadas no cotidiano do pesquisado.

“A fusão de horizontes implica que na penetração do horizonte do outro não abdicamos de nosso próprio horizonte. Assumimos nossos preconceitos”. (Cardoso de Oliveira: op.cit., p.21)

Neste sentido, o paradigma hermenêutico escapa da coerção da objetividade proposta pelas outras “escolas”. A história passa a ser vista como *historicidade*: uma história vivida, não linear, não exterior aos indivíduos. O indivíduo é visto a partir de sua forma personalizada, o indivíduo cultural, socializado, que assume sua *individualidade*. A ênfase no indivíduo escapa, porém, de um dito “psicologismo”, na medida em que este não é encarado como fim último de análise, lugar da cultura. Mas, tanto o nativo quanto o pesquisador aparecem aqui como individualidades reconhecidas.

Esta abordagem interpretativa na Antropologia nasceu, pode-se dizer, nos Estados Unidos da década de 60, sendo Geertz um de seus principais expoentes nessa época. Hoje em dia poderíamos dizer que existem várias correntes que derivam (*na maior parte das vezes questionando*) da antropologia interpretativa de Geertz, possuindo o rótulo de “Antropologia Pós-Moderna”.¹⁰ Entretanto, os diferentes autores do

¹⁰ É necessário ressaltar aqui que o que é chamado de antropologia pós-moderna são, na realidade várias correntes – como já foi dito – e, mais importante, a partir da

que foi chamado de “corrente pós-moderna da antropologia” tratam a cultura das mais diversas maneiras e, talvez não seja demais dizer, “radicais”¹¹. O que faz com que eles sejam colocados em um mesmo “rótulo” – formando uma “escola” – é, em primeiro lugar, a crítica à tradição da disciplina; em seguida a importância que os diferentes autores dão à interpretação e, mais importante, a idéia de se pensar a cultura como texto e a observação como sendo uma fusão de horizontes, os do antropólogo e os do nativo: o “encontro etnográfico”.¹²

O antropólogo tenta ler os textos que estão em jogo e não alguma coisa que seja exterior e que, por dedução, explicaria os significados do jogo. A preocupação é com o sentido e as interpretações, *antes de explicar* os eventos, *compreendê-los*. Assim, o meta-discurso científico é colo-

grande influência de autores franceses – entre os quais Derrida, Foucault, Baudrillard, Lyotard e, mesmo Bourdieu – o que os antropólogos americanos fizeram foi uma crítica e um questionamento não só à chamada “antropologia tradicional”, mas também à antropologia interpretativa de Geertz. Em uma palavra, seria um processo de transformação desta antropologia interpretativa.

¹¹ Tyler, por exemplo, poderia ser visto como um desses antropólogos com um discurso radical a respeito da própria antropologia. Para ele, o pensamento científico seria um “modo arcaico de consciência” (citado em Cardoso de Oliveira: op.cit., p.31) e a etnografia não seria “representação” nem “metáfora”, não seria “alegoria” nem tampouco “descrição”. Resta saber o que ela seria além de um “modo arcaico de consciência”.

¹² Uma reflexão sobre o “encontro etnográfico” pode ser encontrada em Crapanzano: 1985. O autor faz um trabalho, visto por muitos como radical, mas que trata exatamente dessas questões. Inicia o seu texto dizendo que o livro é um experimento. Afirma ainda que não pretende fazer uma nova antropologia, antes, o que ele quer é chamar atenção para o encontro etnográfico e mostrar como ele interfere no texto antropológico. Pois, segundo Crapanzano, os antropólogos tendem a proclamar sua neutralidade e, mais do que isso, invisibilidade no trabalho de campo e, portanto, no texto final. Assim, acabam por eliminar a si próprios do encontro etnográfico o que, para Crapanzano, é uma negociação de subjetividades, produzindo uma “figura estática” dos povos estudados.

cado sob suspeita e, mais ainda, o próprio autor é questionado frente ao saber do nativo.

“As interpretações geradas nesse ‘encontro etnográfico’ (...) obedecem a dinâmica daquilo que os hermeneutas chamam de fusão de horizontes. E o texto que se procura elaborar como resultante final desse confronto (termo quem sabe melhor do que encontro) não pode estar mais submetido a um autor todo soberano, único intérprete de seus dados; mas deve integrar de alguma maneira o saber do Outro e, se possível, ser polifônico, onde as vozes dos Outros tenham a chance de serem ouvidas.” (Cardoso de Oliveira: op.cit., p.33)

2.2- GEERTZ: A IDÉIA DE CULTURA E A AÇÃO SOCIAL

Para pensar o conceito de ação social em Geertz, é necessário remeter ao seu conceito de cultura, essencialmente semiótico, como ele próprio diz. A análise de cultura desse autor pressupõe a ação simbólica do indivíduo, visto como agente cultural, cujas ações dão sentido a um *emaranhado de símbolos que é a cultura*. Para compreender a cultura é necessário entender o sentido da ação dos indivíduos e isso só é possível a partir de uma “descrição densa”¹³. Segundo Geertz, toda ação é carregada de significação. O antropólogo, então, para fazer uma descrição densa – em oposição a uma descrição superficial – não deve descrever o que está materialmente expresso, mas a teia de significados, que está por trás do comportamento efetivo e seu sentido, ou seja, a ação simbólica.

“Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoe-

¹³ Essa noção de “descrição densa” é retomada de Gilbert Ryle.

rências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado". (Geertz: 1989a, p.20)

Ao definir seu conceito de cultura, Geertz parte de negações. Primeiramente ele aponta para o que a cultura *não é* para, em seguida, dizer o que ela seria. A cultura não é um comportamento padronizado, não é um sistema fechado e nem tampouco um conjunto de idéias que orientariam a ação dos indivíduos na sociedade. Também não é uma realidade super-orgânica, como sugeriu Kroeber. Pensar a cultura a partir dessas noções seria reificá-la ou reduzi-la.

A cultura seria "um documento de atuação" e, mais importante, seria pública. E é pública porque o significado, impresso nas ações dos indivíduos, o é. Segundo Geertz, o próprio pensamento é público, social. Tal afirmação poderia parecer paradoxal em um primeiro momento, mas o que fica claro aqui é que, para o autor, o indivíduo é essencial para a compreensão da cultura, está sempre presente na investigação. É, como em Weber, o agente. Mas, por outro lado, não é instância última de análise. É o indivíduo socializado que pensa, que pratica e interpreta ações simbólicas, produzindo significados. O indivíduo, então, antes de ser domesticado ou colocado entre parêntesis, é investigado no que o autor chama de seus "fluxos de comportamento".

No sentido de entender a cultura, então, Geertz trabalha com as ações cotidianas dos indivíduos. São estes que pensam, entretanto esse pensamento se torna público na medida em que é "*... um tráfico de símbolos significantes – objetos em experiência (rituais e ferramentas; ídolos esculpidos e buracos de água; gestos, marcações, imagens e sons) sobre os quais os homens imprimiram significado...*". (Geertz: op.cit., p.227), sendo o significado também público, exatamente porque é socialmente reconhecido¹⁴.

¹⁴ A noção de símbolos significantes de Geertz diz respeito não a uma significação

Geertz aponta para a dificuldade de se entender a cultura a partir das idéias de homens comuns na sua vida cotidiana, ou seja, sugere que não é fácil para o estudo da cultura, a definição do seu objeto. Entretanto, nos dá pistas neste sentido, exatamente quando afirma que o ato de pensar é público, é uma ação social que se dá “... *no mesmo público em que ocorrem outros atos sociais...*”(Geertz: op.cit., p.227). Ao perceber o pensamento como uma troca do que ele chama de símbolos significantes, demonstra que os significados incorporados aos símbolos são passíveis de serem interpretados a partir de uma investigação empírica.

“É por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive. O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos e grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos num mundo que de outra forma seria obscuro”. (Geertz: op. cit, p.228)

O autor aponta também para a escolha dos padrões culturais a serem eleitos pelo antropólogo para uma investigação e coloca que cabe ao *sujeito pesquisador* interpretar quais os padrões são os mais importantes para os *sujeitos pesquisados*. O antropólogo tem que reconstruir a lógica informal da vida social que é real. Não se trata de observar idéias, mas *ações sociais*. É necessário partir do comportamento real, da experiência. Para o autor, não é o estabelecimento de regularidades abstratas o que importa, mas justamente o fluxo de comportamento dos indivíduos, suas ações e o sentido disso tudo. A coerência não é uma característica da cultura, por esta razão, um sistema social não é qualificado a partir da coerência dos seus códigos.

virtual, reificada, mas ao fato de que tais símbolos são atualizados dentro de um contexto que compreende seus usos nas ações simbólicas.

“Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo de comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação”. (Geertz: op.cit., p.27)

A etnografia, então, é interpretativa e o que ela interpreta é o fluxo da ação social, da vida social. É importante, para Geertz, que se priorize um momento deste fluxo e o relato deste momento é feito sob dimensões microscópicas, mas com possibilidade de se entender uma questão mais geral. Assim, é válido trabalhar com os problemas universais (como a noção de pessoa, o tempo, o poder, por exemplo), mas em um contexto determinado, pois, para ele, o desenvolvimento da ciência se dá exatamente a partir de soluções particulares ocorridas em contextos particulares. As grandes abstrações só podem ser feitas a partir de fatos singulares. Por esta razão, a etnografia, na concepção interpretativa de Geertz, é microscópica. A cultura é um contexto, assim, sua compreensão também deve ser contextualizada, levando em conta a ação simbólica de sujeitos também contextualizados.

“Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos com densidade”. (Geertz: op.cit., p.24)

A partir daí se torna ainda mais clara a idéia de Geertz de que a cultura só pode ser compreendida a partir de comportamentos de indivíduos que poderiam soar como banais, mas que na realidade é o que os torna acessíveis ao olhar do observador. É necessário *“ver as coisas do ponto de vista do nativo”* (Geertz: 1983, p.58). A compreensão (desde os

hermeneutas, passando por Weber) não pode ser alcançada através da repetição da vivência do “outro”, mas da relação entre o pesquisador e o sujeito estudado (a fusão de horizontes). É importante valorizar o que é dito pelo “outro”, dialogar com o nativo. A linguagem é o meio onde se dá a experiência hermenêutica e, como já foi apontado, Geertz herda algumas das postulações desta corrente filosófica. Interpretar, então, diz respeito à manutenção de um diálogo com o nativo. É preciso *conversar* com ele, sem ignorar seu ponto de vista. Isto, por sua vez, não se confunde com uma tentativa de tornar-se nativo, mas interpretá-lo em suas ações.

“Nada mais necessário para compreender o que é a interpretação antropológica, e em que grau ela é uma interpretação, do que a compreensão exata do que ela se propõe dizer – ou não se propõe – de que nossas formulações dos sistemas simbólicos de outros povos devem ser orientados pelos atos” (Geertz: 1989a, pp.24-25)

Ou seja, as descrições de determinada cultura são construções e, mais ainda, são construções feitas pelos antropólogos e não pelos nativos daquela cultura. A etnografia, então, e os próprios textos antropológicos são interpretações de interpretações, porque interpretam o que foi interpretado em primeira mão pelos nativos daquela cultura e, portanto, são ficções, no sentido de que são construídos, “... o sentido original de *ficção* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento”. (Geertz: op.cit., p.26)

Enfim, pode-se dizer que, para Geertz, a descrição densa é o principal instrumento para se chegar à interpretação, na medida em que ela possibilita que se alcance o significado das ações sociais, que a dimensão simbólica da ação seja “traduzida” através do sentido que o autor lhe confere. Além disso, a antropologia interpretativa permite que o significado de uma ação social seja inscrito no universo da humanidade, como

sendo *real, vivido e experimentado* por determinado grupo em determinado contexto.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

BREVES LINHAS NA BUSCA DA ARTICULAÇÃO ENTRE WEBER E GEERTZ

Parece que ficou claro, durante a exposição, que a “antropologia interpretativa” de Geertz e a “sociologia compreensiva” de Weber possuem alguns aspectos que as aproximam. A começar pela idéia de compreensão, da captação do sentido da ação a partir do ponto de vista do sujeito, o agente. Tanto em Weber, como em Geertz, o indivíduo se torna objeto de investigação sociológica, exatamente por ser ele o ator que atribui sentido à sua ação. A análise sociológica, então, só pode ser alcançada através do sentido destas ação.

Entretanto, existem alguns pontos que distanciam o pensamento desses autores, por exemplo, o que diz respeito à relação entre explicação e compreensão e quanto ao estabelecimento de leis gerais – a garantia do “status” de ciência para uma pesquisa compreensiva, na concepção de Weber. Assim, para ele, compreensão e explicação causal se articulam. A sociologia buscaria entender a ação social a partir da compreensão de seu sentido, mas a partir daí, procuraria explicá-la causalmente. Em Geertz, diferentemente – e aqui ele se aproxima mais da hermenêutica – a explicação não interessa, e não é possível, para uma análise da cultura. Não é necessário estabelecer leis *a priori*. O que interessa é compreender o “fluxo de comportamento” dos indivíduos, suas ações cotidianas e particulares. A partir daí pode-se chegar aos grandes temas. A etnografia possui um caráter microscópico. Mais do que isso, ao discutir sobre a relação entre as

idéias de Weber e Geertz, Azzan (1993) afirma que para um e outro a ação social é a base do sentido, entretanto, em Weber a ação é ela própria racional e por isso produz sentido, diferentemente de Geertz:

“Ao contrário de Weber, e talvez aí esteja uma real originalidade do pensamento de Geertz, é o sentido que proporciona um entendimento sobre o mundo, e a racionalidade é apenas uma expressão desse entendimento. A racionalidade, também ela, está mesmo inserida dentro de um ponto de vista. Assim, só há racionalidade se houver sentido. A racionalidade, segundo os pressupostos de Geertz, também é uma racionalidade para.” (Azzan: op. cit., pp. 16-17)

Por outro lado, a idéia de uma interpretação microscópica em Geertz, vem de Weber. Este último afirma que a realidade é finita e, portanto, cabe ao observador selecionar uma parcela desta realidade – exatamente aquela que possui significado, orientada por valores, para os indivíduos – como objeto de investigação. Esta seleção parte da ação individual, mas acaba por ser construída heurísticamente, a partir do tipo-ideal, que seria um instrumento válido para o cientista se orientar nessa infinitude que é o real. É a partir do tipo-ideal que o sociólogo pode encontrar o sentido da ação racional. A compreensão, então, é uma construção, os conceitos sociológicos são construções.

Para Geertz, as interpretações também são construídas – ficções – mas ele não se utiliza de um modelo típico-ideal para fazer a etnografia, pois, diferentemente de Weber, ele não está buscando regularidades – a cultura é um emaranhado de símbolos articulados pelos indivíduos. Assim, o que interessa a Geertz é o comportamento real dos indivíduos, sua experiência, a partir daí é possível compreender uma cultura, mas, reitero – uma cultura específica. O texto antropológico, então, seria ao mesmo tempo um relato científico e uma ficção. É um ensaio relativo e parcial, baseado em interpretações de segunda ou terceira mão, pois apenas o nativo pode fazer uma interpretação em primeira mão, é a sua cultura.

É possível encerrar essa exposição pensando na questão da subjetividade/objetividade na concepção dos dois autores que, me parece, os aproxima definitivamente. Em “A Ciência como Vocação” e “Metodologia das Ciências Sociais”, para citar apenas dois artigos, Weber trata incansavelmente do problema da objetividade nas ciências sociais. E, acredito, ele busca uma ciência objetiva sim, mas não isenta de valores.

Já foi dito e repetido que Weber poderia ser visto como um representante do “individualismo metodológico”. Sua análise parte do indivíduo, pois apenas ele é que pode atribuir sentido às ações, tornando-as sociais. Entretanto, este sentido se orienta a partir de valores ou, mais exatamente, a própria ação é orientada por valores. O sentido que importa para Weber é aquele “subjetivamente visado” e é subjetivo porque parte do sujeito. Assim, o fato social é construído subjetivamente e tem um significado subjetivo porque é construído pelo sujeito e não porque não é concreto. Cabe ao sociólogo – que também tem sua ação orientada por valores – selecionar e compreender o sentido que tenha validade universal. Aí está a validade científica.

“... apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites deste estudo. No que concerne ao método da investigação, o ‘como’ é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares de que se utiliza. E quanto ao método de utilizá-los, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que pretende ser válido para todos os que querem a verdade”. (Weber: 1992, p.133)

A idéia de intersubjetividade de Geertz é muito próxima do que fala Weber. A análise de Geertz parte da ação simbólica dos indivíduo, agentes culturais cujas ações dão sentido a um emaranhado de símbolos que é a cultura. O reconhecimento deste autor de que os indivíduos es-

tudados são capazes de interpretar e que tal interpretação interessa ao antropólogo, resulta na busca de um diálogo imediatamente difícil onde se confrontam, no melhor sentido, repertórios diferentes: o do antropólogo e o do nativo. Se uma leitura pressupõe que um campo semântico seja partilhado, como aponta Ricoeur (1988), o antropólogo pode ter o desejo de compreensão alimentado pelo conjunto de agenciamentos significativos recorrentes do sentido do outro. Um complexo jogo de interpretações e contra-interpretações, no qual apenas o nativo pode fazer uma interpretação em primeira mão, pois trata-se de sua cultura.

Neste sentido, a interpretação se constrói a partir de uma negociação de subjetividades, a chamada fusão de horizontes, o diálogo entre a subjetividade (e os valores) do antropólogo e a subjetividade (e os valores) do sujeito estudado, o qual imprime significados – públicos – à cultura investigada. Parece-me que a idéia de verdade científica de Weber está intrinsecamente vinculada ao que Geertz chama de intersubjetividade. O que Weber propõe é exatamente uma negociação de subjetividades (valores), a do pesquisador e a do pesquisado.

ABSTRACT: The aim of this paper is an effort to think about the Social action, from the point which put together and sometimes put far away the Comprehensive Sociology of Max Weber and the interpretative Anthropology of Clifford Geertz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZAN, C. *Antropologia e Interpretação*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- CALDEIRA, T. Antropologia e Poder: uma resenha de Etnografias Americanas Recentes. *Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n° 27, 1989.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. A Categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: *Pós-Modernidade*, Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- COHN, G. (org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 1991.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- GEERTZ, C. From the Native's Point of View: on the nature of anthropological understanding. In: *Local Knowledge Further Essays in Interpretative Anthropology*, New York: Basic Books, 1983.
- _____. Anti Anti-Relativismo. RBCS, São Paulo, n° 08, vol. 3, out/1988.
- _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989a.
- _____. *El Antropólogo como Autor*. Barcelona: Ingraf, 1989b.
- HALL, S. O interior da ciência: ideologia e a "sociologia do conhecimento". In: *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- PEIRANO, M. O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico. In: *Trabalhos de Ciências Sociais*. Brasília: Série Antropológica 53, Fundação UnB, 1986.
- PRATES, A. A. et al. *Temas Contemporâneos de Sociologia Clássica*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1991
- RICOEUR, P. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ROSSI, P. *Ensayos de Metodologia Sociológica – Max Weber*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- _____. A Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política – 1904. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____. A Ciência como Vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, s/d.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, na forma de artigos, resenhas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou em espanhol. O *Resumo* e os *Unitermos*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados dos *printers* (3 cópias impressas, fiéis do disquete, sendo 2 cópias sem nome do autor do texto), em um dos seguintes programas: *Word 6.0* ou superior, não devendo exceder 12.000 palavras. O Conselho Editorial

se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultrapassem os limites estabelecidos. Sem a obediência das normas, o texto não será publicado.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título; Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título, Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Unitermos* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto, Abstract e Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Unitermos); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. *Palavras e não palavras*. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho*. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.15, p.39-51, 1992.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Segundo Schaff (1992)..." Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p.54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

RESENHAS E TRADUÇÕES

As resenhas devem seguir o padrão de publicação de Temáticas contendo no máximo 3000 palavras.

TEMÁTICAS

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DOS PÓS-GRADUANDOS
EM CIÊNCIAS SOCIAIS DO IFCH

Pedidos: **TEMÁTICAS**

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Caixa Postal 6.110
CEP: 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Fone: (019) 788.1604 / 788.1603
Fax: (019) 788.1589

Tiragem: 500 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP



oliveira vianna: um ensaio de interpretação
alexandro dantas trindade

a sociedade civil falante e o projeto político da modernidade
sérgio b. f. tavolaro

o impacto do processo de globalização no brasil: os números da privatização
e o nível de cumprimento da cartilha neoliberal
cristina carvalho pacheco

o banco do brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação:
reflexão sobre as lógicas cultural e empresarial
lea carvalho rodrigues

trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença
igor josé de r. machado

uma reflexão sobre a ação social em weber e geertz
juliana gonzaga jayme

issn 1413-2486

